



**Hélcia Macedo de Carvalho Diniz e Silva**

**Avaliação da taxinomia alternativa de Searle à  
classificação das forças ilocucionárias de Austin**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-  
Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia  
da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Danilo Marcondes de Souza Filho

Rio de Janeiro  
Março de 2016



**Hélcia Macedo de Carvalho Diniz e Silva**

**Avaliação da taxinomia alternativa de Searle à  
classificação das forças ilocucionárias de Austin**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-  
Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia  
do Centro Teologia e Ciências Humana da PUC-Rio.  
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo  
assinada:

**Prof. Danilo Marcondes de Souza Filho**

Orientador  
Departamento de Filosofia – PUC-Rio

**Profa. Helena Franco Martins**

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Profa. Rachel Barros Nigro**

Departamento de Direito – PUC-Rio

**Profa. Vanise Gomes de Medeiros**

Universidade Federal Fluminense – UFF

**Profa. Solange Coelho Vereza**

Universidade Federal Fluminense – UFF

**Profa. Denise Berruezo Portinari**

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 09 de março de 2016

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Hélcia Macedo de Carvalho Diniz e Silva**

Graduou-se em Filosofia na UFPB (Universidade Federal da Paraíba) em 2003. Coursou Especialização em Design Instrucional para EAD na UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá/MG). Defendeu a Dissertação de Mestrado em Filosofia (2006) e Letras (2007), ambas pela UFPB. Coursou doutorado na PUC-Rio onde defendeu esta tese. É professora de Filosofia no Curso de Graduação em Pedagogia a Distância da UFPB, Coordenadora de Tutoria do curso de Pedagogia a distância da UFPB, professora concursada no Ensino Médio do Governo do Estado da Paraíba e professora titular do Centro Universitário de João Pessoa/PB (UNIPÊ).

#### Ficha Catalográfica

Diniz e Silva, Hélcia Macedo de Carvalho

Avaliação da taxinomia alternativa de Searle à classificação das forças ilocucionárias de Austin / Hélcia Macedo de Carvalho Diniz e Silva; orientador: Danilo Marcondes de Souza Filho. – Rio de Janeiro PUC, Departamento de Filosofia, 2016.

135 f. : il. ; 30 cm

1. Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2015.

Inclui referências bibliográficas

1. Filosofia – Teses. 2. Teoria dos atos de fala. 3. Classes de força ilocucionária. 4. Taxinomia dos atos ilocucionários de Searle. I. Souza Filho, Danilo Marcondes de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Filosofia. III. Título.

CDD: 100

Aos meus pais, Aauto (*In memorian*) e Ivanice.  
Para meus amores, Alberto Jorge,  
Victor Hugo e Laura Rachel

## Agradecimentos

A Deus, por mais uma etapa cumprida em minha jornada acadêmica.

À PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Especialmente, sou grata ao Professor Danilo Marcondes, pelos ensinamentos, orientação filosófica, apoio e estímulo, desde o acesso às suas publicações, passando pelo diálogo no processo de orientação, até a construção desta tese.

À minha família, pelo incondicional apoio, às vezes perto, outras distante, sem ela palavra alguma seria escrita: meus pais, Adauto (*In Memoriam*) e Ivanice; meu esposo, Alberto Jorge e meus amados filhos, Victor Hugo e Laura Rachel, agradeço por tudo.

Aos professores do curso de doutorado, Irley Franco, Noël Struchiner, Raquel Nigro, Maura Iglésias e Ludovic Soutif, pelo aprendizado.

Aos professores que participaram da Comissão Examinadora.

A todos os professores e funcionários do Departamento, em especial Edna Sampaio, pela recepção e orientação administrativa pontuais nesta caminhada.

Ser-me-ia praticamente impossível nomear cada uma das pessoas que propiciou a discussão sobre Filosofia da Linguagem, o que tornou exequível e frutífero os resultados alcançados. Desse modo, devo agradecer aos amigos verdadeiros que participaram comigo desse processo de doutorado e, ao longo dos anos, fizeram contribuições, sugestões e críticas, estimulando e contribuindo para o enriquecimento desta pesquisa.

Reitero a minha gratidão a quantos que, direta ou indiretamente, contribuíram para concretizar a presente pesquisa, cujo objetivo é avaliar a taxinomia alternativa de Searle à classificação de Austin. Eis o cerne desta investigação, que empreendi buscando o rigor filosófico. Asseguro que isso resultou numa experiência extremamente compensadora.

## Resumo

Silva, Hécia Macedo de Carvalho Diniz e; Souza Filho, Danilo Marcondes. **Avaliação da taxinomia alternativa de Searle à classificação das forças ilocucionárias de Austin.** Rio de Janeiro, 2016, 135p. Tese de doutorado - Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho tem por objetivo avaliar as críticas de J. R. Searle (1932-) às Classes de força ilocucionária de J. L. Austin (1911-1960). O fato é que na *XII Conferência* da obra *Quando dizer é fazer: palavras e ações*, cujo título original é *How to Do Things with Words*, Austin se propõe, provisoriamente, a listar as forças ilocucionárias de proferimentos performativos cujo verbo não aparece de modo explícito. Segundo Searle, esta classificação compreende verbos ilocucionários, e não atos ilocucionários, como o autor critica no artigo *Uma taxinomia dos atos ilocucionários*, publicado no livro *Expressão e Significado*. Neste, a crítica mais contundente é a de que a classificação austiniana não tem princípios claros e bem definidos. A visão de linguagem defendida por Searle está focada na sintaxe e na semântica, pontos que estão longe da noção pragmática da linguagem e segue uma determinada direção que supõe uma base sintático-semântica mais forte do que Austin supunha. Diante disso, se estabelece a seguinte questão: as críticas de Searle à classificação de Austin procedem? Para responder a esta indagação é necessário destacar os pontos que contribuem para a hipótese da improcedência das críticas de Searle à classificação austiniana, que examinaremos aqui. Não se quer, aqui, negar a contribuição de Searle no âmbito da filosofia em geral. No entanto, no que se refere à Filosofia da Linguagem, o resultado desta avaliação mostra que Searle, ao se concentrar na XII conferência, acaba reduzindo a Teoria dos Atos de Fala às classes: Vereditivos, Exercitivos, Comportamentais, Compromissivos e Expositivos. Basicamente, é ao longo da obra *How to Do Things with Words*, a cada conferência, que Austin apresenta os critérios e princípios das classes de força ilocucionária, ainda que sujeitos à revisão.

## Palavras-chave

Teoria dos Atos de Fala; Classes de Força Ilocucionária de Austin; Avaliação da Taxinomia de Searle.

## Abstract

Silva, Hécia Macedo de Carvalho Diniz; Souza Filho, Danilo Marcondes (Advisor). *Evaluation of alternative taxonomy by Searle the classifications of illocutionary forces by Austin*. Rio de Janeiro, 2016, 135p. Doctoral Thesis – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The aim of this work is to evaluate the criticisms of J. R. Searle (1932 -) of the Classes of Illocutionary Force of J. L. Austin (1911-1960). The fact is that at the conference on the work *when to say is to do: words and actions*, Austin set out, provisionally, to list the illocutionary forces of performative utterances whose verb does not appear in an explicit manner. According to Searle, this classification covers illocutionary verbs, and not illocutionary acts, as the author criticizes in the article *A taxonomy of illocutionary acts*. In this text, the most scathing criticism is that Austin's classification does not have clear and well defined principles. The vision of language defended by Searle is focused on syntax and on semantics, a point that is far from the pragmatic notion of language. He follows a prescribed direction that supposes a syntactic-semantic basis that is stronger than the one supposed by Austin. In the face of this, the following question is established: Searle's criticisms of the classes of illocutionary force are well founded? To answer this enquiry it is necessary to highlight the points that contribute to the groundlessness of Searle's criticism of Austin's classification, We examine here. We do not wish here to deny the contribution of Searle to the field of philosophy in general. Nevertheless, as regards the Philosophy of Language, the result of this evaluation shows that Searle, on concentrating at the conference on the classes of illocutionary force, ends up reducing the Theory of Speech Acts to the classes: Verdictive, Expressive, Behabitive, Commissive, and Expository. Basically, it is through the work *How to Do Things with Words*, at each conference, that Austin presents the criteria and principles of the classes of illocutionary force, even if subjected to revision.

## Keywords

Theory of Speech Acts; Illocutionary force Classes by Austin; Evaluation of Taxonomy by Searle.

## Sumário

1	Introdução .....	9
2	A teoria dos atos de fala .....	15
2.1	Uso Pragmático da Linguagem .....	20
2.2	Sobre as Condições de Realização do Performativo .....	29
2.3	Todas as cinco classes de verbos .....	34
2.3	Infelicidades: tropeços, falhas, desacertos e acertos .....	38
2.4	Na vida fazemos coisas com palavras .....	51
3	Searle: taxinomia dos atos ilocucionários.....	57
3.1	Especificidades da Taxinomia dos Atos Ilocucionários .....	59
3.2	A base da taxinomia são os atos ilocucionários .....	64
3.3	Resultados da Taxinomia: sintaxe e semântica.....	69
3.4	Lista da Taxinomia dos Atos Ilocucionários .....	73
3.5	Elaboração da taxinomia alternativa à classificação de Austin.....	76
4	Avaliação da taxinomia alternativa à classificação de Austin.....	84
4.1	Detalhamento das Classes de Austin em comparação com as de Searle.....	90
4.2	A noção sintático-semântica da linguagem na taxinomia de Searle .....	101
4.3	Na obra de Austin há critérios e princípios .....	103
4.4	Implicações do trabalho de Searle para a Filosofia da Linguagem.....	105
4.5	Linguagem e Ação: concepções filosóficas do dizer como fazer.....	108
4.6	Os pontos que distanciam a taxinomia da classificação .....	114
5	Conclusão .....	127
6	Referências bibliográficas .....	134

# 1 Introdução

*É bem verdade que, para muitos pesquisadores, a pragmática está aí para salvar uma dada tentativa exploratória quando os 'dados' se revelam irritantemente rebeldes e persistem em desafiar a explanação proposta, seja no campo de sintaxe, seja no de semântica.*

*Rajagopalan (2000).*

Este trabalho tem como objetivo geral avaliar as críticas de Searle às *Classes de Força Ilocucionária* de Austin (1911-1960). Os objetivos específicos se constituem em apresentar a linguagem na perspectiva austiniana, descrever a *Taxinomia dos Atos Ilocucionários* (muitas vezes mencionada apenas por taxinomia) proposta por Searle e mostrar em resposta às críticas de Searle que há critérios e princípios na classificação de Austin. Motivados pelos estudos de Ottoni e Rajagopalan desenvolveremos esta análise.

Faz-se *mister* perguntar: as críticas levantadas por Searle à classificação austiniana procedem? Esta é a questão que buscaremos responder, pautados na hipótese de que tais críticas são improcedentes e na tese de que as classes de força ilocucionária (por vezes referida como classificação) apresentam critérios e princípios, o que motivou a realização deste trabalho.

A crítica mais contundente de Searle refere-se à falta de princípios e de critérios de Austin ao propor as definições de cada classe, as quais foram denominadas de: Vereditivos, Exercitivos, Compromissivos, Comportamentais e Expositivos, classificação esta que é parte da Teoria dos Atos de Fala. Searle apresenta problemas da classificação referentes à inclusão dos verbos dentro de cada categoria, que se misturam no interior das classes, cujas definições não são compatíveis, tratando-se de *verbos ilocucionários* e não *atos ilocucionários*. Para ele o ponto fraco está na classificação de verbos que não são realizadores de ação.

Desse modo, Searle ([1979] 1995, p. 2) toma para si a tarefa de avaliar “a classificação de Austin, para que se revelem os aspectos em que é adequada e os aspectos em que é inadequada”. Para resolver as inadequações, elabora como alternativa uma taxinomia (Cf. IV *Taxinomia Alternativa*<sup>1</sup>), cujo segundo objetivo consiste em “apresentar uma lista do que considero serem as categorias básicas dos atos ilocucionários” (SEARLE, [1979] 1995, p. 19). Antes disso, complementa afirmando como se fosse a última palavra sobre o assunto, “acredito que minhas dúvidas sobre a taxinomia de Austin ganharão mais clareza e força depois que eu apresentar uma alternativa” Searle ([1979] 1995, p. 18).

Diante disso, a seguinte questão se desdobra: o fato de Searle ter elaborado uma taxinomia alternativa à classificação de Austin implica em dizer que desenvolve a Teoria dos Atos de Fala? A elaboração de uma alternativa às classes de Austin não desenvolve o pensamento austiniano. A proposta de Searle consiste em catalogar atos ilocucionários com outra base, principalmente, a força ilocucionária e o conteúdo proposicional. Segundo Searle ([1979] 1995, p. 12),

Austin propõe suas cinco categorias de maneira apenas experimental, mais como uma base para discussão do que como um conjunto de resultados estabelecidos. ‘Não estou’, diz ele, ‘apresentando nada disso de maneira sequer minimamente definitiva’ (AUSTIN, 1962, p.151). Penso que elas constituem uma excelente base para discussão, mas também acho que a taxinomia precisa ser profundamente revista, pois contém vários pontos fracos.

Essa razão faz Searle elaborar uma taxinomia alternativa à de Austin. Mas, será que isso resolve os problemas que ele mesmo apresenta? Esta é outra questão que pretendemos responder.

Basicamente, Searle prefere fazer análises com base nos aspectos da sintaxe e da semântica do uso da linguagem, isso o distancia da proposta pragmática austiniana. Partimos da hipótese que a visão sintático-semântica<sup>2</sup> da linguagem proposta por Searle é incompatível com a noção pragmática da linguagem apresentada por Austin, embora parta da classificação pragmática que

<sup>1</sup> Na seção IV. *Taxinomia Alternativa* Searle propõe uma lista do que considera atos ilocucionários.

<sup>2</sup> Denominação a partir do objetivo: “Além disso, como é de se esperar que as diferenças semânticas básicas tenham consequências sintáticas, um terceiro objetivo do artigo é mostrar como esses diferentes tipos ilocucionários básicos se realizam na sintaxe de uma língua natural, como o inglês” (SEARLE, [1979] 1995, p. 1-2).

Austin desenvolveu na décima segunda conferência. É o que procuraremos demonstrar nessa tese.

As classes austiniana foram expostas juntamente com as onze primeiras conferências que compõem a Teoria dos Atos de Fala, como parte das “Conferências William James”, em 1955. Estas foram editadas por J. O. Urmson e Marina Sbisá (1962) e publicadas postumamente.

Na realidade, essas críticas se concentram nos objetivos de Searle ([1979] 1995, p. 2), que pretende “desenvolver uma classificação arrazoada dos atos ilocucionários em certas categorias ou tipos básicos”, “avaliar a classificação de Austin”, “mostrar como esses diferentes tipos ilocucionários básicos se realizam na sintaxe de uma língua natural, como o inglês” e, de um modo geral, “classificar os diferentes tipos de  $F(p)$ <sup>3</sup>”. Contudo, o desenvolvimento do referido artigo apresenta uma avaliação crítica e detalhada da classificação austiniana.

Quanto à Teoria dos Atos de Fala, criada por Austin, esta se configura como uma proposta de análise dos proferimentos performativos ditos em determinadas circunstâncias, cujos verbos nem sempre aparecem de modo explícito, conforme explica Marcondes (1990, p. 12).

Os proferimentos performativos, exatamente por serem realizados, não estão sujeitos à verdade ou à falsidade, mas a ‘condições de felicidade, que explicam seu sucesso ou insucesso. Portanto, a análise destas sentenças não pode ser feita adequadamente através da Semântica Clássica, que se baseia na determinação das condições de verdade da sentença, mas sim, através de um novo tipo de análise que Austin começa a desenvolver então e que culminará na teoria dos atos de fala.

Desenvolvida ao longo da obra austiniana, a Teoria dos Atos de Fala considera a linguagem em uso não apenas para representar a realidade, muitas vezes é imprescindível o uso da linguagem para a realização de algumas ações do ser humano. Por exemplo, constituem-se atos de fala verbos como, prometer, pedir e perguntar.

Nesse sentido, o falante pode realizar um ato de fala feliz (*happy*) ou infeliz (*unhappy*<sup>4</sup>) ao usar a linguagem verbal (oral ou escrita). Para Austin, é

<sup>3</sup>  $F(p)$ : força ilocucionária e seu conteúdo proposicional.

<sup>4</sup> A Teoria dos Atos de fala trata o proferimento performativo bem sucedido como uma ação feliz, que em inglês o filósofo eventualmente usa *felicitous* e *happy*, o proferimento mal sucedido é uma ação infeliz (*infelicitous*, *unhappy*).

preciso analisar o ato de fala. Aqueles que se caracterizam como atos de fala infelizes, ou seja, os que falham na realização porque ocorre algum tipo de má execução, alguma regra que compõe o esquema da realização de um ato de fala foi violado pelo sujeito falante. Para essas falhas ou abusos Austin propõe a *Doutrina das Infelicidades*. Segundo Austin ([1962] 1990, p. 38). “existem outras dimensões do que e pode razoavelmente chamar de infelicidades’ que afetam de modo geral a realização de atos cerimoniais e de proferimentos em geral, dimensões que são certamente de interesse filosófico”.

Essa doutrina não é considerada no artigo de Searle, o que deve ter contribuído para o esquecimento e, conseqüentemente, distanciamento do seu pensamento em relação ao uso pragmático da linguagem, uma vez que a décima segunda conferência austiniana sobre a classificação das forças ilocucionárias é apenas uma parte da proposta austiniana.

Há atos de fala em que o verbo pode ser apenas o nome da força, como exemplifica Marcondes (2005a, p. 19): “É claro que eu posso fazer uma promessa sem usar explicitamente o verbo ‘prometer’, dizendo, por exemplo, ‘Eu lhe pagarei amanhã’ e isso conta como uma promessa, dadas as circunstâncias adequadas”.

Nesses casos, o contexto é suficiente para estabelecer o dizer como fazer, embora o verbo esteja implícito ou elíptico, como nos casos de frases com proferimento “performativo primário<sup>5</sup>: ‘Estarei lá”, explica Austin ([1962] 1990, p. 67).

Nesse sentido, o objetivo austiniano, ao esboçar a classificação da Teoria dos Atos de Fala, é “propor um método de análise de problemas filosóficos por meio do exame do uso da linguagem entendido como forma de ação, isto é, como modo de se realizar atos por meio de palavras” (MARCONDES, 2003, p. 29). O autor lembra, ainda, que “Austin define a tarefa da filosofia da linguagem como a elucidação do uso da linguagem e de certa forma esta é uma das características da teoria”.

Dessa forma, o caráter pragmático da classificação constitui-se na explicitação da força ilocucionária de proferimentos performativos. A última

---

5 Austin ([1962] 1990, p. 67) explica, vamos usar o “Performativo primário (que preferimos a performativo implícito ou inexplícito)”.

conferência de Austin é a proposta da classificação, isto é, de modo provisório, propõe cinco classes gerais de verbos ilocucionários.

O estado da arte mostra que diferentes áreas do conhecimento que trabalham com linguagem, tais como, Psicologia, Teoria do Discurso, Antropologia, Direito, Linguística e Filosofia, entre outras, buscam entendê-la e/ou explicá-la. Particularmente, a filosofia estuda a linguagem em uso a partir do trabalho de filósofos do século XX, como por exemplo, Austin, cuja teoria está inserida no campo da Pragmática, um estudo da linguagem para além da sintaxe e da semântica.

Austin preocupa-se, sobretudo, com o uso das palavras que realizam atos. Defende a tese de que o “verdadeiro interesse começa quando passamos a aplicá-la [*Teoria dos Atos de Fala*] à filosofia” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 132) [*Grifos nossos*].

Elaborando a classificação como método de análise, define cada classe com base na força ilocucionária do proferimento performativo. Não obstante, essas classes não são concebidas de forma rígida, uma vez que se interpenetram e visam o estudo de questões concernentes à filosofia.

Obviamente não se pode desconsiderar a estrutura da frase, pois esta é considerada como a materialidade do uso da língua. O que interessa é observar como se dá o ato de fala e quais são as implicações deste dentro de um contexto bem definido. Sobre as circunstâncias do proferimento Austin ([1962] 1990, p. 72) exemplifica, “o contexto das palavras: ‘morrerei um dia’, ‘te deixarei o meu relógio’ e, em particular, o estado de saúde da pessoa que fala, são relevantes para determinar como estas palavras devem ser interpretadas”.

Diante disso, ao avaliar a *Taxinomia dos Atos Ilocucionários*, *corpus* desta pesquisa, percebemos que são adotadas por Searle ([1979] 1995, p. 8) “três dimensões – propósito ilocucionário, direção do ajuste e condição de sinceridade”, como ele mesmo complementa “parecem-me as mais importantes; construirei a maior parte de minha taxinomia em torno delas, ainda que várias outras sejam dignas de nota”. Para tanto, explora algumas características sintáticas.

Esse ponto distancia Searle cada vez mais da noção pragmática da linguagem defendida no pensamento austiniano, o que torna relevante a presente pesquisa. O capítulo dois, **A Teoria dos Atos de Fala**, consiste em apresentar as condições de realização do performativo. Em destaque, a décima segunda

conferência e o conceito de ato ilocucionário, cuja compreensão é essencial para a realização da presente avaliação.

**Searle: taxinomia dos atos ilocucionários**, este é o título do capítulo três, no qual destacamos as críticas às Classes de Força Ilocucionárias, assim como os pontos desta classificação que foram considerados fracos por Searle, demonstramos que Searle ao elaborar a sua crítica propõe uma alternativa à classificação de Austin, denominada de Taxinomia dos Atos Ilocucionários e centra o seu argumento em bases sintático-semânticas.

Realizamos no capítulo quatro uma **Avaliação da Taxinomia Alternativa à classificação de Austin**. Este capítulo tem como objetivo avaliar as críticas de Searle e confrontá-las à classificação, a fim de destacar os pontos improcedentes e, conseqüentemente, a direção da visão de linguagem sintático-semântica defendida por Searle no artigo em destaque. Neste, o âmbito da pragmática não é contemplado.

A taxinomia de Searle é uma alternativa à classificação de Austin. Não obstante, Searle segue em sentido oposto e distinto à noção performativa da linguagem, tal como foi proposta na Teoria dos Atos de Fala.

## 2 A teoria dos atos de fala

*Geralmente o proferimento de certas palavras é uma das ocorrências, senão a principal ocorrência, na realização de um ato (seja de apostar ou qualquer outro), cuja realização é também alvo do proferimento, mas este está longe de ser, ainda que excepcionalmente o seja, a única coisa necessária para a realização do ato.*

*Austin ([1962] 1990).*

O objetivo deste capítulo é apresentar a visão pragmática da linguagem a partir da Teoria dos Atos de Fala de Austin. Seguindo os passos deste filósofo, algumas vezes os exemplos são de caráter institucional, outras não. A abrangência desta teoria envolve o uso da linguagem que é parte ou mesmo toda ação daquele que profere palavras nos mais variados contextos.

Acata-se a noção performativa da linguagem a partir das palavras de Ottoni (1998, p. 80): “Austin tem como meta, na sua abordagem performativa, dar conta de famílias mais gerais dos atos de fala *eo ipso* dos enunciados performativos levantando a hipótese de uma ‘possível lógica’ destes enunciados somente após um longo e árduo trabalho”.

De modo primordial, este debate interessa às comunidades linguística, filosófica e jurídica, entre outras. Assim, é uma discussão que abrange diversas áreas, consoante a tese de Wittgenstein (§ 43, 432) de que o significado “da palavra é o seu uso em um determinado contexto”.

Nesse sentido, Austin expõe nas doze conferências, proferidas em Harvard, categorias referentes à questão da linguagem em uso como base para a realização de alguns atos, conforme explicam os editores Urmson e Sbisá (1990, p. 18):

As conferências que formam este livro [*Quando dizer é fazer: palavras e ações*] foram apresentadas por Austin na Universidade

de Harvard, em 1955, como parte da série de ‘Conferências William James’. Em breve nota, Austin diz que as ideias que servem de pano de fundo a estas conferências se originaram em 1939. [*grifos nossos*].

No *Prefácio à 1ª edição inglesa*, Urmson afirma que o foco do ato de fala, para Austin, é o verbo performativo usado ao se realizar um ato de fala. Este tem a força ilocucionária, a qual imprime ao ato de dizer a força do fazer coisas, ou seja, se realiza uma ação por meio do dito. O ato de prometer, por exemplo, é citado por Austin como um exemplo de ato de fala genuíno. Promessas se efetivam, são feitas, ao se proferirem palavras do tipo: “Prometo...”, “Eu prometo”, “Prometo que...”, ou mesmo quando este verbo está elíptico na frase, quando alguém promete dizendo: “Buscarei o culpado pelo crime até as últimas consequências” ou “Estarei em sua festa de formatura na próxima sexta-feira”. Estes últimos são proferimentos performativos (*performative utterances*). Para Austin ([1962] 1990, p. 72), “O performativo explícito exclui os equívocos e mantém a realização relativamente estável”.

Na realidade, atos de fala são ações realizadas por cada pessoa e são atos intransferíveis, isto é, não é cabível prometer algo em nome de outra pessoa. No caso das promessas e outros performativos é apropriado que a pessoa tenha uma determinada intenção de cumprir com o que diz.

Nesse sentido, o proferimento performativo também requer do falante a intenção de realizar aquilo que ele disse. Assim, até pode ser que haja pessoas que digam algo sem a intenção de cumprir com a sua palavra. No entanto, não se deve prometer algo a alguém sem que se tenha a intenção de cumprir. Há casos reais em que o falante não procede com sinceridade e são essas peculiaridades do uso da linguagem que provocam falhas ou abusos no dizer como fazer.

Austin se debruçou sobre os problemas referentes à linguagem, sobretudo ao uso da linguagem que culmina na realização de atos efetivos por meio do dito. Por um lado, a linguagem é a forma encontrada pelo ser humano para descrever a realidade. Por outro lado, há situações em que é necessário ao ato o uso da linguagem para que algo aconteça.

Isso significa dizer que o ato de fala na verdade é ação, porque muitas vezes o uso da linguagem faz pessoas realizarem coisas quando falam. Para tanto, o contexto e as outras pessoas engajadas devem agir de maneira adequada. Ao

apresentar essa perspectiva da linguagem enquanto ato de fala, a teoria da ação austiniana contribui para a mudança de paradigmas no campo dos estudos referentes aos conceitos de linguagem para além da Linguística.

Ao desenvolver a Teoria dos Atos de Fala Austin considera essencial o contexto. Por exemplo, para saber que é uma promessa, feita por uma pessoa, é preciso levar em consideração o momento e as condições de realizações desse tipo de ato de fala. Estando em casa ou na rua (situações informais) ou no âmbito do trabalho (instância institucional), o ato de prometer é um comprometimento daquele que o faz, gerando expectativas naquele que ouve.

Por exemplo, dizer “Eu te prometo que vou estudar” é um ato de fala compromissivo. O ato expositivo de relatar pode funcionar como prova processual, desde que este seja um proferimento performativo, ou seja, um dito dentro do contexto institucional que reunido às circunstâncias apropriadas seja ação, incluindo, necessariamente, o falante, as pessoas envolvidas, a situação global que envolve o relato proferido.

Conforme explica Austin ([1962] 1990, p. 30):

Segundo estou informado, no direito processual norte-americano o relato do que se disse vale como prova, caso o que tenha sido dito seja um proferimento do tipo que chamamos de performativo, porque este é considerado um relato com força legal, não pelo que foi dito, o que resultaria em um testemunho de segunda mão – não admissível como prova – mas por ter sido algo realizado, uma ação.

Segundo o trecho acima, no direito processual norte-americano o dizer é um proferimento performativo, razão que justifica o caráter institucional dessa esfera de uso da linguagem. Ademais, o direito brasileiro considera o relato desta mesma forma. Segundo Austin é uma prova porque o relato é um ato de fala.

Outro exemplo austiniano é o dizer como fazer no ato de casar, considerando este evento em contexto bem definido. Diante do juiz ou na cerimônia religiosa em um altar é preciso que se diga: “Aceito”. Esta é uma condição *sine qua non* para acontecer um casamento. Nesse momento, a pessoa que faz esse proferimento não está relatando um casamento, está se casando. De acordo com a tradição “no casamento (cristão) é essencial para me casar que eu

não seja casado com alguém que ainda vive, que é são e de quem não me divorciei” [Grifo do autor] (AUSTIN, [1962] 1990, p. 26).

Essa é uma delimitação necessária quando se refere ao contexto do casamento. Neste ritual, é necessário que o noivo realize o seguinte ato de fala: “Sim, eu aceito esta mulher como minha legítima esposa”. Assim como, é também necessário que a noiva diga: “Sim, eu aceito este homem como meu legítimo esposo”. Na realidade, como o próprio nome diz o celebrante conduz os noivos, estes, entre eles, proferem as promessas matrimoniais, isto é, proferem as palavras que realizam o casamento.

Nesse sentido, essas frases são atos de fala ilocucionários, se e somente se, as circunstâncias forem apropriadas, e as pessoas engajadas realizem certos atos de determinado tipo, quer sejam ações físicas ou mentais combinadas com o dizer quer sejam proferimentos de palavras adicionais necessárias, que complementam a ação.

Obviamente, a frase realizadora de um ato insere-se em contexto específico. No caso do casamento, exemplo supracitado, o contexto é a tradição cristã, na qual o celebrante e as testemunhas são pessoas essenciais para que a cerimônia seja selada. Quando o celebrante (padre ou juiz), legalmente instituído, afirma: “Eu os declaro marido e mulher”, essas palavras ratificam o casamento. Atos de fala transformam a vida das pessoas que o proferem. Antes um homem e uma mulher no estado civil “solteiro”, após todo o ritual da celebração, passam para o rol dos casados.

Cabe lembrar que, realizam-se atos com palavras apenas quando todas as condições forem satisfeitas. Atos de fala são ações com palavras se o proferimento performativo for dito com seriedade e contribua para transformar situações reais. Sendo assim, não são examinados por Austin dizeres fictícios, metafóricos e proferimentos irreais.

Nesse sentido, “No caso particular das promessas, e também de muitos outros performativos, é apropriado que a pessoa que profere a promessa tenha uma determinada intenção, a saber, a intenção de cumprir com a palavra” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 28). No caso, o propósito dessa pessoa é realizar um ato de fala feliz.

Quando aquele que promete não tem a intenção de fazer o que disse, ocorre uma falha, isto é, a promessa foi feita de má-fé. Nesse caso, o prometido

não foi levado a cabo, não foi cumprido. Isso ocorre porque a pessoa não agiu de modo adequado ao procedimento específico invocado. Esta pessoa foi infeliz ao pronunciar uma promessa vã.

Para explicar a execução de atos de fala Austin ([1962] 1990, p. 30) afirma: “Tentemos enunciar esquematicamente, sem reivindicar para tal esquema qualquer caráter definitivo, pelo menos algumas das coisas necessárias para o funcionamento, feliz ou sem tropeços, de um proferimento performativo altamente desenvolvido e explícito”.

A fim de explicar esse tipo de proferimento que é o único que interessa na Teoria dos Atos de fala, Austin ([1962] 1990, p. 37) exemplifica:

Suponhamos, por exemplo, que haja um navio nas docas de um estaleiro. Aproximo-me e, quebrando a garrafa presa à proa, proclamo: ‘Batizo este navio com o nome ‘Senhor Stalin’ e para completar solto as amarras. A dificuldade, porém, está no fato de não ter sido eu a pessoa escolhida para batizá-lo (quer o nome ‘Senhor Stalin’ fosse ou não o escolhido; talvez de certa forma seria até pior se o fosse).

O exemplo acima visa explicar um tipo de malogro, ou seja, a pessoa que invocou o ato de fala de batizar o navio, nesse caso, não estava autorizada para realizar tal ação. Ainda que tivesse dito o nome previamente escolhido, “Senhor Stalin”, o batismo não deixa de ser um malogro. Aliás, como lembra Austin, caso o nome escolhido fosse dito o embaraço causado por este ato de fala infeliz seria maior.

Lembrando que para ser bem sucedido o performativo “batizar”, assim como prometer, ordenar e outros, requer a observância de regras esquemáticas da fala em uso. Para que o proferimento culmine em uma realização e se constitua em um ato de fala, deve haver pessoas completamente engajadas na situação específica e autorizadas para participarem da ocasião, estas devem ter seus pensamentos e sentimentos visando à instauração de uma conduta correspondente. Aos demais participantes é requerido um posicionamento adequado subsequente, de maneira apropriada ao contexto, que deve ser bem definido. A não observância de qualquer detalhe provoca desacertos, malogros e insucessos.

Na prática, qualquer falha provoca situações desagradáveis e no dizer de Austin, são atos de fala malogrados, ou seja, alguma coisa aconteceu, mesmo que

inadvertidamente, a partir do ato de fala realizado. Por exemplo, a pessoa designada para batizar está institucionalmente autorizada. Para proceder corretamente, não se pode errar o nome escolhido, caso isso aconteça, então ocorre um ato de fala mal sucedido (malogrado).

Pode-se dizer que ao fazer uma promessa, a pessoa usa o seu dizer para assumir um compromisso com o outro. Se se pretende cumprir com o prometido, a intenção do falante deve ser sincera. Caso contrário, o ato de fala não se concretiza como o esperado.

Nos tempos idos, bastava dizer “Eu dou a minha palavra” para selar um contrato. À época o falante se comprometia sem precisar de contrato assinado reconhecido em cartório. Fazendo referência à força da palavra dada, por exemplo, Austin ([1962] 1990, p. 27) menciona: “A exatidão e a moralidade estão, ambas, do lado da simples afirmativa de que *nossa palavra é nosso penhor*”. Considerando os dias atuais, observa-se que apenas a palavra dada não é mais suficiente para fechar um negócio ou selar um acordo, por exemplo. Os relacionamentos privilegiam os contratos, exigem testemunhas e requerem o reconhecimento em cartório.

Nesse sentido, é real o fato de um ato de fala não ser bem sucedido, por alguma razão, e não culminar em ato efetivo. Todo ato de fala é passível de malogro. Para assinalar as possibilidades de infelicidades, Austin recorre às situações reais do uso da linguagem. A partir disso, apresenta as condições de realização do ato de fala para o uso pragmático da linguagem.

## 2.1 Uso Pragmático da Linguagem

A noção tradicional de linguagem concebe a fala como meio de comunicação entre as pessoas, como veículo que propaga a descrição da realidade dos fatos e como representação do mundo. Esta forma de pensar a linguagem sofreu alterações com o passar dos tempos.

A linguagem usada pelas pessoas, enquanto ato de comunicar algo, realiza-se no momento em que o sujeito expressa conceitos, visões e representações do mundo, seja relatando fatos, seja descrevendo-os. Isso acontece efetivamente desde que o dito seja compreendido por outrem. Tal entendimento foi por um longo tempo partilhado por filósofos e linguistas. Esta forma de conceber a

linguagem equivale ao debate cuja discussão foi travada por linguistas e filósofos da tradição. Estes defendem a visão um tanto reducionista, de que o sujeito se serve da linguagem verbal para propagar os fatos, reais e/ou fictícios.

Em oposição a este posicionamento encontra-se Austin, que considera o fato do uso da linguagem como representação e descrição do mundo, e amplia esta visão, abordando o uso pragmático da linguagem. Não se encontra na tradição filosófico-linguística a abordagem da linguagem da ação, ou mesmo as peculiaridades inerentes ao ato de fala. A visão pragmática da linguagem é cunhada na Teoria dos Atos de Fala.

O cerne do uso pragmático da linguagem é o dizer como fazer, o ato de fala como parte ou mesmo o todo de um ato efetivo. Sobre esta visão pragmática da linguagem Ottoni explica que o ato de fala é constitutivo da ação do sujeito no uso da linguagem. Tal concepção da linguagem em uso é desenvolvida a partir dos proferimentos performativos, quando dizer é fazer.

Marcondes (2000, p. 3), em *Desfazendo mitos sobre a pragmática*, esclarece que há alguns posicionamentos equivocados sobre esse assunto, por isso propõe o desfazimento de mitos da pragmática. A capacidade de uso da linguagem e do desenvolvimento da fala usada para realizar atos com o dizer “é uma abordagem da pragmática”. O sujeito se vale do dizer para diversos fins, que vão além do ato de relatar ocorrências e descrever realidades. Na pragmática a fala é usada para que seja possível fazer algumas coisas concretas, como executar o ato de pedir ou de prometer algo a alguém, entre outros atos.

Desse modo, é fato que a linguagem é usada em situações particulares para fazer coisas, embora isso só tenha sido sistematizado no século XX com os filósofos da escola de Oxford, Gilbert Ryle, Peter Strawson, Wittgenstein (2005), Austin, entre outros. Essa perspectiva tece críticas à noção tradicional da linguagem. Para além desta noção, a pragmática aborda o uso da linguagem como possibilidade de se realizar atos de fala.

No início, Austin propôs proferimentos performativos em separado de proferimentos constatativos (*constative utterances*). Estes são tipos de frase que servem para descrever o mundo e/ou relatar alguma realidade, tipo de ato que pode ser qualificado como verdadeiro ou falso, enquanto aqueles são tipos de proferimentos usados para realizar atos de fala, denominados de proferimentos performativos.

Embora essa distinção entre o performativo e constativo tenha sido abandonada por Austin, esta é uma forma didática com fins de esclarecer o dizer como fazer e delimitar os três tipos de atos de fala, a saber, locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Este recurso metodológico possibilita analisar a força ilocucionária do dizer.

Segundo Penco (2006, p. 156): “Austin realiza um exame profundo dessas condições, distinguindo-as em dois tipos diferentes, que levam em conta os aspectos sociais e convencionais de uma parte, e os aspectos individuais, ligados às intenções dos falantes, da outra”.

Cada tipo de proferimento tem a sua função, ao se dizer coisas se realiza um proferimento performativo ou um proferimento constativo, em ambos os casos se está realizando atos.

De fato, na prática, não é simples desmembrar um tipo de ato de fala de outro. Em se tratando de uso de linguagem tudo acontece de modo muito dinâmico. Em última instância a separação entre o performativo e constativo desaparece e na última conferência Austin percebe que tal desmembramento não procede. De fato, ambos os proferimentos são importantes. Conforme assegura Costa (1995, p. 42):

A distinção se justifica praticamente, por exemplo, pelo fato de que em nossa conversação ordinária o número de proferimentos constativos é aproximadamente tão grande quanto o de proferimentos performativos.

Conforme Costa (1995), como é grande o número de proferimentos constativo e performativo, pode-se concluir que há possibilidade de que ambos tenham força ilocucionária e que funcionem como ações efetivas no cotidiano. Lembrando que atos de fala não admitem a classificação de veracidade ou falsidade.

É fato, todo ser humano capaz de verbalizar palavras coerentemente dentro de uma determinada situação pode, por meio de proferimentos, realizar atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Cada ato de fala acontece:

- ✓ Ao emitir a decisão sobre algum fato a pessoa que faz o proferimento realiza atos de fala *vereditivos*.

- ✓ Os *exercitivos* são realizados quando o uso da linguagem tem o objetivo, por exemplo, de excomungar alguém.
- ✓ *Compromissivos* são atos de prometer, por exemplo, feito com palavras que precisam ser ditas para que o dizer seja verdadeiramente uma promessa.
- ✓ *Comportamentais* são atos realizados quando se pede desculpas, por exemplo.
- ✓ Os *expositivos* são feitos com palavras, por exemplo, para expor uma ideia;

Acima, as classes delimitadas de verbos ilocucionários de Austin considera os seguintes critérios de força ilocucionária: não se pode prescindir da forma gramatical da frase, soma-se a isso a situação da linguagem em uso, os usuários com os seus pensamentos, crenças e intenções e a força ilocucionária.

A classificação, que é antes uma ideia esquemática, apresenta exemplos de proferimentos. Nesta, a decisão que tomamos deve ser proferida para que todos saibam o que ficou decidido, isso é feito em forma de declaração, considerando que esta é parte do ato efetivo daquele que faz o proferimento, este ato de fala é exercitivo.

No caso dos vereditivos Austin ([1962] 1990, p. 49) nos ensina: “Há ainda uma classe de performativos que chamo de vereditivos. Por exemplo, quando dizemos ‘Declaro o acusado culpado’ ou simplesmente, ‘Culpado’, ou quando o árbitro diz ‘Fora de campo’”. O veredito “culpado”, tal ato de fala é realizado por alguém que está autorizado institucionalmente.

Essa classificação não se pretende definitiva e acabada, explica Austin, por provocar um movimento com dois fetiches: “1) verdadeiro/falso; 2) fato/valor” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 123). O estudo de Ottoni (1998, p. 77) identifica que:

Austin, ao iniciar a discussão do ilocucionário, produz uma mudança na sua argumentação, nas suas reflexões sobre a linguagem ordinária. Esta mudança possibilita que Austin amplie seu universo de reflexão, tornando possível, por um lado, pensar uma visão performativa, mas, por outro, proporcionando uma série de questionamentos que colocam em xeque suas propostas.

Na explicação de Ottoni, a classe de verbos ilocucionários, que não é dada como definitiva pelo próprio Austin, consiste em uma ampliação do universo de percepção da forma de se conceber a visão performativa da linguagem.

Conforme Austin, o dizer é fazer coisas, há ato que só é consumado com o uso de algumas poucas palavras. Na literatura específica sobre Filosofia da Linguagem, o estudo da linguagem enquanto ação é parte Pragmática.

Marcondes (2005a, p. 10) assegura que: “Na verdade, a pragmática consiste na nossa experiência concreta da linguagem, nos fenômenos linguísticos com que efetivamente lidamos”. Esta é a perspectiva de Austin, que investiga o uso efetivo da linguagem nas situações reais mais diversas. Por exemplo, no âmbito do Direito a declaração, muitas vezes, serve de prova por conta da performatividade da linguagem.

Ressalta-se que, nesse esfera de uso de linguagem, a saber, a esfera jurídica, há um alto grau de institucionalização da linguagem. Por exemplo, não é possível emitir sentenças judiciais sem proferimentos performativos, sejam escritos, sejam orais.

Em vários contextos, para tomar decisão, fazer perguntas, dar ordens, argumentar e julgar, entre outros atos que requerem o uso da linguagem, ressalta Austin, é necessário usar verbos performativos.

Os espaços sociais são a base para análise de atos de fala realizados pelas pessoas. Nestes, encontramos proferimentos padronizados, convencionais e institucionalizados. É na dinâmica do uso de linguagem onde os atos de fala acontecem e podem ser felizes e infelizes.

Ressalte-se, por conseguinte, que o contexto favorece o ato por suportar a linguagem com a estrutura situacional e o proferimento performativo em sua estrutura profunda. Austin leva em consideração o contexto, formal ou informal.

As instituições, por exemplo, adotam manuais. Poder-se-ia pensar que isso pode subtrair a força ilocucionária do ato de fala. Contudo, não é isso que ocorre efetivamente, cada ato de fala sobressai e realiza uma ação.

Nesse contexto, há documentos padronizados, isto é, aqueles que não permitem grandes alterações. Contudo, como cada caso tem as suas peculiaridades, alguns pontos evidenciam o ato de fala e a conclusão seja adequada à situação. Para Austin ([1962] 1990, p. 56), “Devemos considerar de modo global a situação em que se fez o proferimento – isso é, o ato de fala em sua

totalidade – para que se possa perceber o paralelismo que há entre a declaração e o proferimento, e como um e outro podem dar errado”.

O uso de determinadas expressões altamente formais ratificam a performatividade da linguagem em uso, por exemplo, “Pela presente notifica-se que os intrusos serão processados. Este tipo geralmente aparece em circunstâncias formais ou legais” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 60). Este é um proferimento padrão, pelo menos na linguagem escrita.

Aplica-se o modelo destacando a possibilidade dada a cada pessoa. No modelo, cada ato de fala refere-se ao caso de uso de linguagem. A decisão deve ser coerente com o procedimento, com todas as pessoas engajadas considerando seus sentimentos e intenções. As pessoas devem agir adequadamente. Mesmo tendo um modelo a seguir para declarar a sua decisão cabe à pessoa emitir o ato de fala de acordo com a situação do caso específico. A decisão divulgada é um ato de fala, que mesmo tendo seguido um modelo padrão, o que é considerado é a fundamentação do dizer como fazer.

Assim, o ato de fala leva considera variáveis essenciais: o sujeito e a sua posição social, a instituição, a força ilocucionária, os aspectos contextuais. Basicamente, se estabelecem convenções para o uso da linguagem, levando-se em conta, ao analisar o ato de fala, a situação com todos os elementos que a compõem, tais como as pessoas engajadas, seus pensamentos, desejos e intenções. Assim como a instituição e suas convenções. O malogro ocorre, de acordo com Austin ([1962] 1990, p. 31):

Se violamos uma das regras do tipo A ou B – isto é, se proferimos a fórmula incorretamente, ou se as pessoas não estão em posição de realizar o ato seja porque, por exemplo, já são casadas, seja porque foi o comissário e não o capitão do navio que realizou o casamento, então o ato em questão (o casamento) não se realiza com êxito, não se efetua, não se concretiza.

A realização de coisas com palavras ocorre dentro do contexto, e cada ato de fala pode surgir em múltiplos contextos. Assim, concluímos que a linguagem é fundamental para a ação com palavras com resultados que podem ser felizes ou infelizes. Basicamente, é o âmbito em que a linguagem é usada que define o rigor da ação, mesmo assim podem ocorrer infelicidades, ou seja, ocorrem procedimentos malogrados e nulos, haja vista que são “proferimentos

performativos, felizes ou não” e “devem ser entendidos como ocorrendo em situações ordinárias” e que “Precauções especiais são tomadas em Direito para evitar essas e outras infelicidades, por exemplo, na apresentação de ordens ou notificações legais” (AUSTIN [1962] 1990, p. 36).

O uso da linguagem para realizar atos abre possibilidades para malogros ou infelicidades. Palavras proferidas devem formar um sentido, o qual provoca o ato de falar e, se o fato não acontecer dentro do contexto enunciativo adequado, a ação não é consumada. O dizer é fazer um acontecimento, mesmo se isto é mal sucedido, para Austin, houve um acontecimento. Há possibilidades reais de malogros nos contextos variados de uso de linguagem. Na realidade, naturalmente qualquer sujeito vive momentos que o que faz com que aconteçam as coisas é a linguagem usada.

O contexto é o que especifica o âmbito das ocorrências. As convenções são características para haver a performatividade e em alguns casos há o uso do performativo explícito do ato de fala, assim como outros casos em que a performatividade do dito está implícita ou elíptica. A partir da Teoria geral dos Atos de Fala, o ato de fazer coisas ao dizer algo na forma gramatical da primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa. Austin ([1962] 1990, p. 82) explica:

Não conseguimos encontrar um critério gramatical para distinguir os performativos, mas ocorreu-nos que talvez devêssemos insistir que todo performativo pudesse, em princípio, ser colocado na forma de um proferimento explícito, para fazermos, então, uma lista de verbos performativos. Desde então, descobrimos, contudo, que freqüentemente não é fácil assegurar-nos de que – mesmo quando se apresenta em forma aparentemente explícita – um proferimento seja ou não performativo.

Nesses termos, o trecho acima vê-se que identificar o ato de fala é um critério encontrado por Austin para explicar a força ilocucionária. Por isso a situação real serve como exemplo na Teoria dos Atos de Fala, que fundamenta e sistematiza a linguagem, quando ela é uma fala que realiza atos.

A maioria dos atos de fala se enquadra em uma padronização, eles são efetivamente atos e obedecem a uma convenção aceita pelas pessoas presentes e engajadas na situação de uso de linguagem. Um exemplo disso é o uso da linguagem pelo cidadão comum, que da justiça se vale, para buscar seus direitos.

Aliás, os atos de fala estão em diversas situações envolvendo pessoas, que ao dizer algo estão fazendo coisas (um pedido, uma promessa, entre outros).

Como ressaltamos antes, é essa a dinâmica da linguagem em uso, mais um ponto que amplia o entendimento da linguagem em uso, ao observar o modo como o ser humano usa a linguagem verbal ao participar de uma situação de uso de linguagem e com tal proferimento realizar uma ação.

Essa sistematização da linguagem abre alternativas para se entender uma preocupação antiga, porém, não investigada antes de Austin. A linguagem usada para fazer promessa, dar ordens e pedir desculpas, entre outras coisas que são feitas usando a linguagem, obedece à critérios analíticos.

De modo recorrente, o ato de fala nem sempre ocorre de modo explícito, ao expressar alguma coisa relatos, declarações e ordens, por exemplo. O diálogo entre as pessoas é perpassado pelo uso da linguagem, que são atos e podem até causar desentendimentos entre elas. Para esse tipo de evento Austin classificou de atos de fala malogrados. Fatos que são consequências de dizeres mal dito, isto é, de ações com palavras que provocam mal entendidos.

Sendo assim, faz-se necessário testar o uso do proferimento performativo passando a classificar o ato de fala. Na verdade, entre as pessoas ocorrem diálogos que nem sempre são feitos com falas explícitas. Como dito, promessas do tipo: “Prometo quitar a minha dívida no próximo pagamento” podem ou não podem ser cumpridas. Há casos em que a promessa é feita sem que o verbo “prometer” apareça explicitamente: “Pagarei no mês que vem”. De qualquer forma, o contexto e as variáveis da situação levam a pessoa que proferiu tal frase a se comprometer, então, este deveria agir adequadamente.

Nesse sentido, o fundamento do ato de fala consiste no entendimento de que impreterivelmente, a pessoa que usa palavras adequadas à situação e com elas realizem atos. Austin ressalta que o ato de fala ocorre desde que seja considerado em relação ao contexto.

Contextos formais exigem que o falante use proferimento performativo para ser considerado ato feito, desde que o âmbito seja pragmático por natureza. É praxe proferir algumas palavras para abrir, formalmente, os trabalhos em uma reunião, por exemplo: “Declaro aberta a sessão de hoje”. Da mesma forma ocorre no encerramento: “A sessão está encerrada”. Dizer tais palavras em contexto

definido é uma *condictio sine qua non* para a realização da abertura ou encerramento dos trabalhos.

Declarar é um performativo possível de ser encontrado no uso da linguagem concreta porque não é usado apenas para descrever o mundo, dentro do contexto específico é fazer coisas. Este ato de fala está presente em outras situações além das que foram citadas. Ao explicar que o uso da linguagem é objeto de estudo da pragmática, Marcondes ressalta que uma declaração tem força de ação, dentro de contextos bem delimitados.

Com esse entendimento, o relato é uma forma de usar a linguagem para relatar uma realidade específica e, além disso, para fazer servir como uma prova dentro de um processo judicial. O relato é também um testemunho. Então, o ato de relatar é um ato de fala, que, necessariamente, ocorre em uma situação real e requer condições de satisfação para se efetivar com sucesso.

É necessária a satisfação das condições de realização do ato de fala, para que o mesmo seja bem sucedido. O malogro é explicado na *Doutrina das Infelidades* da Teoria dos Atos de Fala.

Quando o proferimento não é realizado plenamente ocorrem problemas na execução do ato de fala. Se algum item do esquema da linguagem enquanto ação não é satisfeito, então o ato de fala é malogrado. Na seguinte situação, a pessoa legalmente instituída, necessariamente, realiza uma ação, se e somente se, usar a linguagem.

Austin usa uma metodologia de análise do uso da linguagem a noção da execução de atos de fala. Dizer frases coesas e entendíveis é realizar o ato locucionários. Os atos ilocucionários são classificados assim porque ao dizer algo a pessoa realiza uma parte ou toda a ação. Quando no dizer é predominante a provocação de reações no ouvinte temos o ato de fala perlocucionário. Na realidade, não estão tão separados estes tipos de atos de fala, se realiza desde que as condições de realização dos performativos sejam satisfeitas. A força do proferimento, o contexto e as pessoas com seus sentimentos e intenções contribuem para a realização plena do dizer como fazer. Nesse ponto, Austin se ocupa com a classificação das forças ilocucionárias e propõe na Teoria dos Atos de Fala a noção de ato ilocucionário, cujo proferimento consiste no proferimento de frases com verbos ilocucionários ou apenas com a força do verbo, que essencialmente é um ato efetivo no cotidiano.

Em contexto bem definido, o diálogo de um casal, no qual cada um está agindo com a intenção de cumprir com a palavra dada o namorado afirma: “Prometo que irei amanhã” ou “até amanhã”, a sua fala é uma promessa para a ouvinte. Na primeira frase o verbo na primeira pessoa do presente do indicativo ativo implica que o ato de fala ilocucionário está explícito, enquanto que na frase subsequente isso não acontece. Este critério levou Austin a elaborar a classificação das forças ilocucionárias.

## 2.2 Sobre as Condições de Realização do Performativo

Parte-se do entendimento de que o uso da linguagem gera atos, situações factuais e acontecimentos reais por meio do dizer como fazer coisas ao dizer algumas palavras. Há realizações no mundo que não prescindem da fala, ou melhor, em determinados momentos o sujeito realiza ações que estão atreladas ao dizer determinadas palavras, imprescindivelmente.

Entre outros atos de fala, o ser humano realiza atos ao pedir, ordenar e prometer algo a alguém. Esses atos só podem ser realizados se as palavras forem ditam adequadamente e ao serem ditas elas realizam ou contribuem para a realização de atos.

A noção pragmática da linguagem acabou evidenciando a dificuldade dos filósofos da tradição em classificar frases realizadoras de atos e de analisar os casos mais específicos da linguagem em uso corrente.

Conforme esclarece Marcondes (2005b, p. 10): “a pragmática, por sua vez, diz respeito à linguagem em uso, em diferentes contextos, tal como utilizada por seus usuários para a comunicação”. Esta definição esclarece o fato do pensamento austiniano está inserido na Pragmática, que é um “derivado do grego *pragma*, significando coisa, objeto, principalmente no sentido de algo feito ou produzido, sendo que o verbo *pracein*, significa precisamente agir, fazer” (MARCONDES, 2000, p. 38).

A distinção gramatical de frases voltadas para realização de atos não foi identificada pelos gramáticos da tradição. Ao justificar a sua tarefa Austin ([1962] 1990, p. 22) explica:

Tampouco se duvida que tanto os filósofos quanto os gramáticos sempre perceberam não ser fácil distinguir até uma pergunta, ou ordem, etc. de uma declaração, utilizando-se os poucos incipientes critérios gramaticais disponíveis como a ordem das palavras, modos verbais, etc.

Com esta consideração, Austin não está negando o fato de que o uso da linguagem serve para relatar, descrever algo, o fato é que, não é somente isso. Há por meio da linguagem em uso a realização de atos. Como dito, antes da Teoria dos Atos de Fala a linguagem era analisada e definida como sendo declarações, isto é, frases usadas para representar o mundo e descrever a realidade. Tanto para gramáticos, como para filósofos que antecederam Austin algumas frases não tinham explicações definidas.

A dificuldade em perceber o fazer coisa com palavras ocultou por algum tempo o agir com palavras, que provoca mudanças e transformações no mundo e podem ser bem ou mal sucedidos. Muitas vezes, em determinadas circunstâncias, não é algo simples perceber a distinção entre uma sugestão que implica em um pedido ou em uma ordem. Determinadas ações estão coladas ao uso da linguagem, além do que, atos de fala podem gerar tropeços e mal entendidos.

Isso ocorre porque os proferimentos consistem na força do ato. Dizer como enunciado performativo: “Eu te dou a minha camiseta” ou “Eu te peço desculpas pelo que te fiz”. Esses atos são realizados da mesma forma, ou seja, usando a linguagem. Em *Philosophical Papers*, Austin (1979, p. 235) esclarece: “Agora, esses tipos de expressão são os que chamamos de enunciados performativos. Esta é mais uma palavra feia, e uma palavra nova, mas parece não haver nenhuma palavra já existente para realizar este trabalho”.

Conforme dito anteriormente, segundo Austin, a força performativa implica em ação, ou seja, é um proferimento performativo. Este é um neologismo da Teoria dos Atos de Fala, um termo cuja raiz é o verbo inglês *to perform*. Com isso, Austin evita ambiguidades nas possíveis interpretações. Em nota o tradutor explica: “Como o termo (*performativo*) já se acha consagrado na literatura especializada e como se trata de um termo técnico e neologismo cunhado por Austin, optamos por manter o original, adaptando-o para o português” (MARCONDES, 1990, p. 25). A partir desse entendimento é criada a noção performativa da linguagem, que se trata de um tipo de proferimento que nada declara nem representa, explica Austin ([1962] 1990, p. 25) [*grifo do filósofo*]:

“Que nome daríamos a uma sentença ou a um proferimento deste tipo? Proponho denominá-la *sentença performativa* ou *proferimento performativo*, ou, de forma abreviada, ‘um performativo’”. Exemplifica Austin ([1962] 1990, p. 63): “Se profiro as palavras ‘Eu aposto’ ... não afirmo que profiro as palavras ‘Eu aposto’, ou qualquer outra, e sim realizo o ato de apostar”.

São várias as formas de dizer e fazer coisas com o dito. Desse modo, o proferimento performativo pode aparecer, por exemplo, nas formas de pergunta, ordem ou promessa. Segundo Austin ([1962] 1990, p. 26):

Trata-se do seguinte: geralmente o proferimento de certas palavras é uma das ocorrências, senão a principal ocorrência, na realização de um ato (seja de apostar ou qualquer outro), cuja realização é também o alvo do proferimento, mas este está longe de ser, ainda que excepcionalmente o seja, a *única* coisa necessária para a realização do ato [*grifo do filósofo*].

Por dizer, alguém faz coisas, dentro de contextos bem definidos. Por um lado, está o ato declarar, no sentido tradicional do termo. Por outro lado, está o uso da linguagem com a qual se faz coisas, no sentido da teoria da ação (legar, ordenar e prometer, entre tantos outros atos). Basicamente, é sempre necessário que as *circunstâncias* em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, *apropriada*, explica o filósofo. Resumindo, a linguagem em uso tem para os falantes uma determinada linha de ação.

Penco (2006, p. 153) afirma: “Dado que as ações são definidas não pelo fato de serem verdadeiras ou falsas, mas bem-sucedidas ou malsucedidas, Austin denomina as condições gerais para o bom êxito de uma ação de ‘condições de felicidade’”. Desse modo, o batismo é um ato de fala apenas quando realizado por aquele que executa tal ato de fala está convencionalmente aceito pelos envolvidos. O desdobramento dessa ação resulta no esquema das condições de felicidade do proferimento performativo:

(A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e, além disso, que

(A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.

(B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e

(B.2) completo.

(Γ.1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,

(Γ.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente (AUSTIN, [1962] 1990, p. 30-31).

Esse esquema deve garantir a realização do proferimento performativo que resulta no ato de fala e preenche todas as etapas do dizer como fazer. Para realizar um ato de fala é necessário o uso da linguagem verbal, oral ou escrita, dentro de uma situação socialmente constituída. De fato, para se realizar atos de fala é preciso perceber as convenções, ainda que isso não garanta o pleno cumprimento do dizer como fazer.

Nesse sentido, ao explicar cada passo do esquema do dizer como fazer, Austin opta por uma apresentação expositiva. Isso ocorre no conjunto da obra austiniana, uma vez que encontramos a análise de atos de fala em outros textos, tais como: *Performative-Constative* (1963), *Performative Utterances* (1979) e *Outras mentes* ([1946] 1980). Nesse último, a análise da linguagem refere-se às questões filosóficas e faz parte do simpósio *Proceedings of Aristotelian Society* (AUSTIN, [1946] 1980). Nesse texto, referindo-se ao verbo prometer Austin ([1946] 1980, p. 102) explica: “quando digo ‘eu prometo’, dou um outro passo decisivo: não apenas anunciei minha intenção, mas, usando esta fórmula (cumprindo este ritual), eu me comprometi com os outros e arrisquei a minha reputação de uma nova maneira”.

Nesta perspectiva, a ação com o uso da linguagem é tornada possível por um tipo de frase proferida pelo sujeito que realiza algo ao dizer ou por dizer determinadas palavras. Com este proferimento cada um executa o ato de fala. O simples fato de se proferir tais palavras realizadoras de ação é o suficiente para que algo aconteça. Nos casos em que não há sinceridade o ato de fala é malogrado.

A questão da insinceridade nos atos de fala foi tratada por Austin na Teoria dos Atos de Fala, na *Doutrina das infelicidades* (*Doctrine of the Infelicities*). O uso da linguagem pode provocar embaraços. São três as conferências que Austin apresenta as formas possíveis dos fracassos das expressões que resultam em ato de

fala malograda, especificamente na segunda, terceira e quarta conferências. Nestas, encontram-se os critérios para o proferimento feliz e as formas de falhas e abusos da linguagem mal sucedida.

Se, por qualquer razão, uma pessoa diz “Prometo”, no entanto, não tem a intenção de cumprir com o prometido, então este ato de fala não se adequa à situação e é um ato de fala infeliz.

O sujeito faz uso de sua capacidade de falar, executa ações com palavras e, por meio da frase dita realiza atos. Na maioria das vezes o ato de fala ocorre com um verbo performativo explícito, em outros casos apresenta apenas a força ilocucionária. O ato de perdoar, por exemplo, requer, necessariamente, o uso da linguagem para que este seja, efetivamente, uma ação.

Há atos de fala realizados que não são respaldados por uma instituição. Eles podem ser realizados de forma escrita ou oral. No processo de diálogo entre duas pessoas, quando estas entram em acordo e elas aceitam as condições estabelecidas.

Como exemplifica Austin, uma aposta é uma ação que se concretiza apenas quando são aceitas as condições para a sua realização. Ao confirmar a aposta os falantes realizam atos de fala em contexto bem definido e todos devem estar de acordo. Em outro momento, o filósofo apresenta o fracasso do proferimento.

Diferentemente do dizer algo que não obedece a nenhum critério. No clássico exemplo da declaração: “O atual rei da França é calvo” percebe-se um malogro, uma vez que não há referência, não é uma declaração que constata algo, tampouco que serve de prova. Nessa ocasião, Austin recorre a uma teoria do significado que prega o caráter de vagueza para sentenças sem referências.

Como dito anteriormente, as pessoas só conseguem realizar alguns atos no cotidiano quando recorrem ao uso da linguagem. A sentença é uma parte do ato, ou seja, as palavras pronunciadas (escritas e/ou faladas) são fundamentais para fazer algo. Apenas com o uso de determinadas palavras é que se realizam atos em determinadas situações bem definidas.

Nesses casos, a fala do sujeito é o seu próprio agir. Isto caracteriza o ato de fala, tal como sistematizado por Austin, o falar do sujeito pode ser uma descrição da realidade (constatativo) ou mesmo o ato de comunicar algo (performativo).

De acordo com Austin, as condições de realização do proferimento ocorrem nos três tipos de atos de fala: locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Desse modo, os atos que realizam ação dentro de um contexto bem definido e com pessoas engajadas na situação requerem condições para se realizarem. A Teoria dos Atos de Fala, portanto, põe em debate esse assunto concernente ao uso pragmático da linguagem. Tomamos a pragmática de linguagem como norte para abordagens e análises da linguagem em uso.

### 2.3 Todas as cinco classes de verbos

A força ilocucionária é o núcleo do ato de fala total, ou seja, de frases ditas por alguém, em uma determinada situação, que executa algum tipo de ato: ordenar, legar, doar e prometer, entre outros.

No que tange ao ato de fala, a linguagem usada é, essencialmente, ou o ato total ou parte de um ato. Por exemplo, perguntar: “Você pode corrigir as provas dentro do prazo?”, é um ato de fala total. Dependendo do contexto, dizer isso pode ser um pedido: “Quero te pedir para cumprir o prazo dado pela instituição para correção de provas e lançamento de notas”, ou uma ordem: “Ordeno que corrija as provas dentro do prazo e atenda o que determina a instituição em que você trabalha”. O verbo “ordenar” pode ter diferentes forças relacionadas. É o contexto que vai definir a classe desse ato de fala.

Nesse sentido, se um presidente de uma nação declara guerra usando a linguagem. Dizer: “Declaro guerra ao país X” não é um relato da realidade ou uma descrição do mundo, é uma ação com palavras.

Depois que se observa o fato de que falar se constitui em realizar atos, vê-se que as frases são imprescindíveis, em determinadas situações, para que algo aconteça. No uso real da linguagem há coisas que só acontecem se determinadas palavras forem ditas.

Austin afirma que desde que o ser humano começou a usar a linguagem que ele realiza atos de fala, embora os filósofos da tradição não tenham conseguido entender que as frases que nada descrevem nem relatam são efetivos atos de fala. O conceito de uso de linguagem como representação do mundo não dá conta da amplitude que é o falar. Este entendimento se desloca para que o dizer como fazer tome o seu devido lugar.

A partir da Teoria dos Atos de Fala se observa que a comunicação e expressão oral e/ou escrita são realizações que consideram a linguagem em uso. O dizer é algo central em determinados acontecimentos. Recai, naturalmente, sobre a pessoa que fala a responsabilidade do que ela disse, ou seja, dos seus atos de fala. Certamente, nessa pesquisa Austin sentiu a necessidade de fazer uma classificação dos verbos performativos.

Destacado o verbo “prometer” como um fazer efetivo, percebe-se que este é um ato é intransferível. Na classificação austiniana este é um ato *Compromissivo*, isto é, o ato ilocucionário que compromete o sujeito falante, o genuíno ato de fala.

Quando o avaliador de determinado processo promete que fará seu trabalho com responsabilidade, ele cumpre com a sua palavra se proceder dessa forma. Da mesma forma acontece com promessa de ir à festa na próxima sexta-feira com a pessoa que fez o convite. Agir com palavras é prometer e cumprir com a promessa feita, irrestritamente. Outro exemplo é a promessa formal de compra e venda, que é feita por meio de um documento legal. Estes são alguns exemplos de atos de fala que requerem instituições para que sejam realizados plenamente.

Nesse caso, a pessoa que faz uma promessa deva ter a intenção de cumpri-la seja em que situação for. Quando se diz “prometo que hoje eu termino esse trabalho” (dito por um escrevente ao seu superior); “eu prometo ir ao baile contigo sábado à noite” (dito por um rapaz à sua namorada); e “eu vou arrumar o meu quarto, prometo!” (dito por uma menina de quinze anos à sua mãe).

Em realce o ato de ordenar, que é um tipo de ato de fala ilocucionário. Por exemplo, a frase no cabeçalho de uma questão de prova: “Leia e responda o que se pede” é uma ordem. Este proferimento escrito é uma ordem que deverá ser cumprida pelo estudante que deseja obter um bom desempenho na avaliação. O estudante deve agir dessa forma, obedecer à ordem escrita, primeiro ele estudou, foi fazer a prova e depois seguiu o que lhe foi ordenado. Assim como, “Assine o seu nome legível no espaço indicado” é um ato de fala, a assinatura é o que comprova a presença do estudante. O ato de fala de ordenar do professor se concretiza quando a ordem é reconhecida pela estudante, que está institucionalmente apto a participar do processo avaliativo. O caráter ilocucionário da frase que é um ato requer um contexto com sujeitos engajados na situação de

linguagem em uso. É justamente o ato realizado por dizer algumas palavras que faz coisas acontecerem.

O fazer coisas usando palavras está repleto de situações peculiares. Destarte, a presença de proferimentos com forças ilocucionárias é essencial. A realização de um ato de fala está constituída de variáveis, como dito, o contexto, as pessoas com seus desejos, crenças e intenções, bem como a linguagem verbal que é meio para a realização de qualquer ato de fala, todos estes elementos devem ser levados em conta.

A fim de classificar a força ilocucionária das palavras em atos efetivos, basta observar execuções da linguagem que se constituem atos, propriamente ditos. O exercício do professor, imprescindivelmente, é feito com palavras que são atos de fala. Ao ordenar, “Faça o exercício da página X do livro”, ao dizer, “A prova será na próxima aula” ou ao prometer que “Exercícios entregues até o dia prova valem ponto extra”, o professor, em sala de aula, contando com estudantes e a instituição de ensino onde trabalha, realiza esses e outros atos com palavras.

Algumas condições de realização de proferimentos performativos propiciam acontecimentos que requerem parcialmente o uso de algumas palavras, por exemplo, o ato de legar algo para alguém. Só se dá um objeto quando se tem a posse dele e se diz algo.

Às pessoas é dada a possibilidade de usar a linguagem no exercício da profissão, na interação com outrem e, sobretudo, quando estão se comprometendo. Estas pessoas estão no âmbito pragmático do uso da linguagem e realizam atos ilocucionários, que se caracterizam pelo caráter performativo do ato de fala (força ilocucionária).

A atuação do advogado em exercício, por exemplo, está repleta de atos de fala, uma vez que os verbos usados em: Petição Inicial (pedir) e Recurso Especial e/ou de Apelação (recorrer), por exemplo, são ilocucionários. Os atos de fazer uma petição e entrar com um recurso requerem o uso da linguagem, ou seja, são atos de fala.

Cada ato de fala, na forma escrita ou oral, insere-se em uma localização social específica. A esfera de uso de linguagem específica propicia a realização de atos de fala. Por exemplo, no uso de suas atividades cabe ao filósofo expor seus argumentos, o ato de fala expositivo não descreve nem relata o mundo.

O uso da linguagem performativa não é um privilégio dos tempos atuais, porque mesmo antes de Austin ter conceituado apresentado o esquema do dizer como fazer as pessoas já realizavam atos de fala, embora os estudos da linguagem não estivessem sistematizados.

A todo ser humano, capaz de uso da linguagem verbal, é possível vivenciar situações nas quais o dizer é fazer. São atos de fala ilocucionários o dizer que culmina em promessa, pedido, ordem e legado, entre outros atos efetuados com o uso da linguagem.

A seleção de verbos feita na classificação abre a margem para debates específicos na Filosofia da Linguagem, dando espaço para outros pensadores apresentarem as suas posições. O debate sobre a classe de verbos ilocucionários travado pelo filósofo Searle em seu artigo *Uma Taxinomia dos Atos Ilocucionários* faz críticas a Austin. O entendimento de que há pontos fracos na classificação de Austin faz com que Searle elabore como alternativa à classificação uma taxinomia, que tem por base o ato ilocucionário.

Em se tratando de atos ilocucionários Ottoni assegura não ser uma tarefa fácil ignorar a classificação austiniana, mesmo que esta não seja a parte mais importante da Teoria dos Atos de Fala.

Desse modo, no dia a dia, entre os sujeitos falantes, o dizer palavras está intrinsecamente colado às ações. Não obstante, para que estas sejam atos de fala felizes é preciso que haja o ato ilocucionário plenamente realizado, com todo o esquema, como propões Austin.

De fato, a classificação estuda e define classes em que o dito tem força ilocucionária, é ato de fala. No entanto, há um afrouxamento entre as classes, conforme expões o próprio Austin. A razão disso é o fato de que entre as classes dos verbos performativos não há uma delimitação peremptória. Na classificação cada classe tem seus aspectos e os pontos em que há interpenetração entre elas, porque “todos os aspectos estão presentes em todas as classes” afirma Austin ([1962] 1990, p. 124).

Nesse sentido, a classificação não é dogmática. Na realidade é um estudo cuja metodologia propicia a análise de proferimentos e testar a força ilocucionária, reduzir ao performativo explícito e selecionar na frase o verbo quanto à sua classe.

A classe de verbos austiniana baseia-se na noção de “famílias” de atos de fala, os traços que permitem identificar os pontos que coadunam. Há entre uma

categoria e outras aproximações, embora sejam categorias distintas. Segundo Ottoni (1998, p. 78) o “conceito de família, de semelhança de família, já havia sido discutido por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*”. Mesmo assim, a argumentação de Ottoni mostra que Austin havia percebido essa mesma noção na visão performativa da linguagem.

Ao selecionar verbos distintos em uma mesma categoria, o filósofo levou em consideração os traços semelhantes e acabou formando “famílias” de atos de fala. Com essa explicação, Ottoni justifica que o entendimento austiniano de classes não impõe divisórias definidas entre as classes.

Essa argumentação se consolida quando se observa um ato de fala e se percebe que a execução do ato de fala deve ser de acordo com o contexto, da pessoa que fez o proferimento e demais pessoas engajadas na situação de uso de linguagem. Como explica Ottoni (1998, p. 76), “falar enquanto uma atividade humana como fazer promessas, competir, perceber cores faz parte irredutível de nossa experiência tanto quanto acreditar em outra pessoa”.

O conceito de visão performativa da linguagem, apresentado por Ottoni, parte do rompimento definitivo do pensamento austiniano com a visão tradicional da linguagem. Sobretudo, se afasta do argumento de que uma classe de verbo ilocucionário observa cada verbo, isoladamente. Para Austin, deve-se olhar o ver com vistas à relacionar cada verbo ilocucionário em relação às classes. A visão performativa de linguagem, segundo Ottoni, permite a aplicação de conceitos imbricados pelo caráter familiar que existe entre as categorias da classificação austiniana de verbos ilocucionários.

Assim, as cinco categorias, Vereditivos, Exercitivos, Compromissivos, Comportamentais e Expositivos se interpenetram quando um verbo ilocucionário assume sua força de ato a depender do contexto efetivo de atos de fala. Os atos ilocucionários são a base de dizeres que realizam ações. Estas podem ser bem ou mal sucedidas.

### **2.3 Infelicidades: tropeços, falhas, desacertos e acertos**

O debate sobre as categorias é parte da proposta da Teoria dos Atos de Fala e sua sistematização na realização de um ato de fala com sucesso. Austin ressalta o esquema do ato de fala como base do dizer como fazer. A preocupação

está voltada para o dito que faz coisas com palavras pronunciadas que tem força de ação, de fazer coisas em uma circunstância definida. Sabemos que o ato de prometer, por exemplo, só pode ser feito com palavras, e, por isso, depende do contexto.

Ao se dizer a frase: “prometo que estarei lá” o falante faz algo com a forma “explícita da ação realizada ao se fazer o proferimento ‘Estarei lá’. Se alguém diz ‘estarei lá’, podemos perguntar ‘Trata-se de uma promessa?’ A resposta pode ser ‘Sim’” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 67). Ou mesmo, pode-se responder: “Não prometo, mas pretendo estar lá”.

A cada uma dessas possibilidades se faz coisas, haja em vista que nada está sendo descrito, nenhum relato está sendo feito, ou mesmo não se está apresentando uma realidade. Tais frases são, de fato, atos que propiciam a realização coisas no mundo.

O sistema de atos de fala ilocucionários deixa claro que no verbo performativo está a força ilocucionário do fazer coisas com palavras e do agir dentro de situações bem definidas no contexto social.

Nesses termos, a categoria primordial do ato de fala é o verbo ilocucionário em contexto enunciativo específico, pessoas engajadas e circunstâncias que não prescindem do sujeito falante. Dizer umas poucas palavras é realizar coisas.

Ademais, fazer coisas usando a linguagem é algo comum na vida das pessoas. Ao elaborar e dizer frases com verbos performativos o ser humano põe a força ilocucionária no seu dizer. O uso desse verbo é a realização de atos, dentro de contextos bem delimitados.

Sendo assim, dizer proferimentos performativos é realizar atos de fala. Conforme explicita Austin ([1962] 1990, p. 68): “ao dizer ‘eu prometo que’ (se o performativo for feliz, é claro) *constitui*, sem ambiguidades, uma promessa” [*Grifos do filósofo*].

Para realizar o ato de casar é preciso usar um ato de fala, visto que à ação de casar atrela-se a verbalização de determinadas palavras. Para que se realize o ato de casar sem tropeços, cabe ao ser humano o comprometimento com aquilo que ele diz.

Como dito, a linguagem é usada pelo ser humano para fazer coisas, para anunciar uma realidade e para persuadir o outro. Ao fazer uso desta, realizam-se

coisas e pode-se ser feliz ou infeliz. O proferimento, a depender das condições de realização de das regras, é um ato de fala.

Partindo do recorte contextual feito por Austin, citamos como exemplo o conceito de sentença no âmbito jurídico: “O Código de Processo, no art. 162, § 1º, denomina sentença o ‘ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa’- assim a sentença é ato que tem como sujeito da manifestação de vontade o juiz” (SLAIBI FILHO, 2001, p. 221).

Uma sentença é o ato de fala (escrito e/ou falado) que ocorre de forma explícita, ou seja, dito na primeira pessoa do singular, no presente do indicativo da voz ativa. Disso, podem resultar diversos acontecimentos. Caso falhe a execução do dizer, podem ocorrer alguns tropeços com o uso equivocado da linguagem provocando atos de fala malogrados.

Importante é perceber que o ato de fala é justamente a frase dita, em sua forma explícita ou não. Sendo um proferimento explícito a ocorrência aparece na primeira pessoa do presente do indicativo ativo e tem como centro do ato o verbo ilocucionário. Lembramos que este proferimento é o dizer do sujeito que estabelece relações entre a sua fala e o seu agir. O dizer funciona como o seu próprio ato. Nos casos em que o verbo não está explícito, então ocorre frases cuja força ilocucionária encontra-se no nome, ou está elíptico.

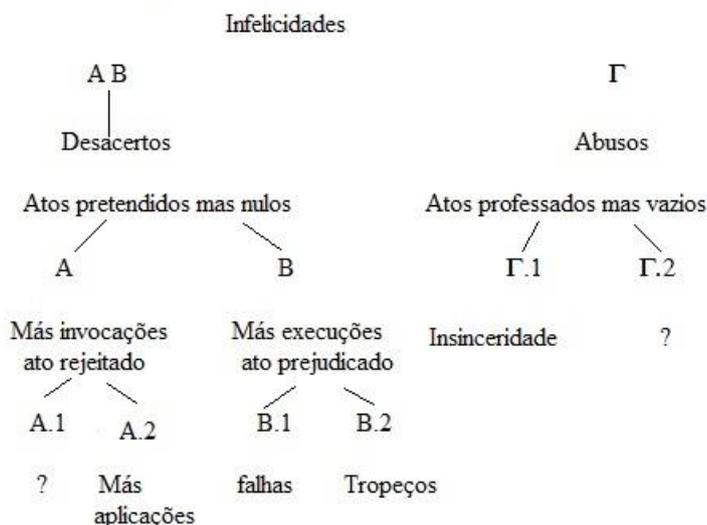
“Todo proferimento que seja de fato um performativo deveria ser capaz de ser reduzido, expandido ou analisado de modo tal que se obtivesse uma forma na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa (gramatical)”, explica Austin ([1962] 1990, p. 62). Embora haja dito que não se encaixe nesse modo gramatical, esse modelo serve para identificar, com mais clareza, o dizer como fazer, como uma espécie de teste.

Na realidade, todo ato realizado com palavras corre o risco de ser infeliz, seja este ato de fala explícito ou não. No tocante a infelicidade do ato de fala, que se constitui em um ato malogrado, não apenas pela falta de sinceridade, mas por várias outras questões, Austin explica na doutrina das infelicidades que há uma especificidade.

Austin entende ser necessário seguir alguns passos para um proferimento performativo feliz. Aquele que ao ser proferido deve ser sincero e todos que fazem parte da situação devem estar engajados. A situação deve ser convencionalmente aceita por todos os participantes de modo correto e completo.

O ato ilocucionário é considerado feliz se corresponder aos sentimentos, pensamentos e intenções da pessoa que o invoca. Realiza-se, assim, uma ação com o uso da linguagem, conforme o esquema de Austin:

Assim, temos o seguinte esquema:<sup>2\*</sup>



Fonte: Austin ([1962] 1990, p. 33)

Em resumo, o esquema das infelicidades é dividido em desacertos e abusos:

O ato de fala denominado como desacerto (A e B) é um ato pretendido, mas nulo. Houve más invocações (ato rejeitado) por conta das más aplicações e más execuções (ato prejudicado) por conta das falhas e tropeços.

O ato de fala do tipo abuso (Γ) é o ato de fala professado, mas vazio. Houve insinceridade, o falante usou de má fé, falando uma coisa sem ter a intenção de fazê-la, isso e outros fatores relativos.

Sobre as interrogações do esquema, Austin ([1962] 1990, p. 33) afirma: “Não me surpreende que haja dúvidas acerca de A.1 e Γ.2, mas vamos adiar sua consideração”. Admitindo interpretações possíveis para a classificação de infelicidades no dizer coisas e realizar ações, Austin apresenta possibilidades de malogros que estão além do esquema, tendo em vista que o ato de fala é dinâmico. Caso Searle tivesse analisado a segunda conferência austiniana, *Condições para performativos felizes*, o seu argumento teria se ajustado melhor ao desenvolvimento dessa teoria e suas críticas às classes de força ilocucionária nem existisse.

Ocorre que a realização de um ato *ao* dizer ou *por* dizer algo acontece quando esse dito culmina em ato de fala, um comprometimento do próprio falante. Além disso, o fazer pode afetar quem ouve ao ponto de causar reações.

Como dito, dizer algo é realizar fatos. Palavras ditas por uma pessoa faz com que ela realize coisas. Conforme Austin ([1962] 1990, p. 89): “a realização de um ato nesse novo sentido, como sendo a realização de um ato ‘ilocucionário’, isto é, a realização de um ato *ao* dizer algo, em oposição à realização de um ato *de* dizer algo” [*grifos do filósofo*].

O ato ilocucionário, o dito que realiza atos *ao* dizer algo, por exemplo, o celebrante legalmente institucionalizado que diz “Eu abençoo esta união” e com tal declaração celebra a união de duas pessoas. Este tipo de ato de fala pode realizar um evento feliz e sem tropeços, desde que todas as etapas sejam cumpridas.

Não obstante, podem ocorrer desacertos. No caso de um casamento, se um dos noivos já tenha sido casado/a com outra pessoa e, na ocasião é desmascarado/a, levando em consideração que o contexto social do qual ele faz parte não admite que uma pessoa se case duas vezes, então o casamento não chegou a acontecer, porque o que é convencionalmente aceito e as circunstâncias particulares devem estar adequadas, no caso o ato de fala foi executado com abuso. Não houve adequação entre o proferimento invocado, as pessoas engajadas e o contexto específico.

Desse modo, é necessário analisar, a partir da Teoria dos Atos de Fala se o proferimento empreendido pelo falante está de tal modo atendendo o que propõe a sistematização do dizer como fazer. É preciso saber se o dizer segue a esquematização traçada na Teoria dos Atos de Fala. A preocupação é saber como ocorre o fazer coisas no mundo usando palavras, a realização com a linguagem ocorre por meio do proferimento de atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários.

Ao longo da argumentação de Austin percebe-se que a separação em três tipos de atos de fala tem por objetivo esclarecer o dizer como fazer. Entre esses três tipos de atos de fala há distinções, explica o filósofo: “da mesma maneira podemos distinguir o ato locucionário ‘ele disse que...’ do ato ilocucionário ‘ele argumentou que...’ e do ato perlocucionário ‘ele me convenceu que...’” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 90).

Interessante perceber que a classificação de atos de fala distingue bem o ato locucionário, em relação ao ilocucionário e o perlocucionário. Estes dois últimos apresentam performativos primários ou explícitos que, de modo isolado e específico, realiza cada ato de fala dentro de um contexto bem definido.

Ao passo que se diz um proferimento performativo, a pessoa faz uso da linguagem, neste há os três tipos de atos de fala. A cada proferimento sobressaem as forças ilocucionárias e cada ato de fala tem uma força ilocucionária predominante. Ao evocar um proferimento, realizam-se atos de fala, simultaneamente. Nesses termos, um proferimento pode ser intencional ou não intencional.

O dizer é um ato locucionário se se descreve ou relata algo ou se usa na emissão de um proferimento. Caso este proferimento implique no comprometimento, de alguma forma, de quem o pronuncia, temos um ato ilocucionário. Se ao dizer algo ocorrem consequências que afetam o interlocutor, então acontece o ato perlocucionário. De qualquer maneira, o ato deve ser assumido pelo falante que diz e ao dizer algo realiza atos de fala.

Basicamente, é possível ler uma sentença em latim, como exemplifica Austin, sem saber o sentido das palavras, o mesmo ocorre se se proferir frases em francês, alemão e outras línguas. Este tipo de dizer ocorre todas as vezes que uma pessoa verbaliza uma frase em qualquer outra língua sem saber o que está dizendo. Basta que o sujeito desconheça a língua proferida para que este profira palavras e estas não se efetivem como atos de fala propriamente ditos.

Um ato fonético é a emissão de ruídos diversos. O fático é um proferimento de palavras conforme uma gramática. E o rético é o ato de dizer que, de certa forma, tenha sentido e referência definidos. Nessa perspectiva, podemos considerar, sem insistir muito na elaboração de detalhes, que dizer algo é:

(A.a) sempre realizar o ato de proferir certos ruídos (ato 'fonético'), sendo o proferimento um 'phone'.

(A.b) sempre realizar o ato de proferir certas palavras e vocábulos, isto é, ruídos de um determinado tipo, pertencendo a um determinado vocábulo e da maneira como pertencem a esse vocábulo, numa determinada construção, ou seja, de conformidade com uma determinada gramática e apenas quando se conformem a ela; com uma determinada entonação, etc. A este ato podemos chamar de ato 'fático', sendo o proferimento que dele resulta um 'pheme' (para distingui-lo do 'phemene' da teoria linguística); e

(A.c) geralmente realizar o ato de usar esse ‘pheme’ ou suas partes constituintes com um certo ‘sentido’ mais ou menos determinado, e uma ‘referência’ mais ou menos definida (que juntos equivalem a ‘significado’). A este ato podemos chamar de ato ‘rético’, sendo o proferimento que dele resulta um ‘rheme’ (AUSTIN, [1962] 1990, p. 83-84).

Essas formas realizam atos de fala locucionários. É a fala que alguém realiza com proferimentos do tipo: “Hoje é um dia ensolarado” e “Está calor aqui”, por exemplo. Ao dizer uma frase realiza-se um ato locucionário.

É certo que estando essa frase inserida em uma situação de linguagem específica e tendo força performativa, então o ato de fala invocado classifica-se no tipo de ato ilocucionário, haja vista a força performativa que este dizer exerce na situação bem definida.

E, ainda, em casos de um ato de fala ilocucionário consistir em ação que provoca reações no ouvinte, então a predominância da força ilocucionária é considerada do tipo de ato de fala perlocucionário, aquele ato de fala que provoca certos efeitos em quem o ouve.

Por meio desses atos, cada um em seu contexto, a pessoa cria alguns vínculos e expectativas, primeiro com ela mesma e depois com o(s) outro(s). Este ato se realiza ao se usar a linguagem, no caso do ato de prometer, sendo este um ato bem sucedido o resultado é uma promessa.

Essa promessa pode ser feita de modo informal, quando um amigo diz para o outro: “Pode contar comigo, eu vou.”. Pode ser uma forma de prometer mais formal, quando o empregado diz ao chefe: “Entregarei o relatório na data solicitada”. Em todo caso, realizar a ação de prometer algo a alguém implica em cumprir algumas etapas, como prometer com sinceridade algo a alguém que escuta e acredita na promessa que está sendo feita e age adequadamente para a realização do que foi prometido.

O ato de se comprometer por proferir atos de fala em um diálogo entre pessoas, ocorre nesta relação uma reciprocidade e confiabilidade essenciais para que a promessa seja cumprida. Se se procede de modo adequado, então o ato ilocucionário é realizado com sucesso, porque quando se promete deve-se ter a intenção de cumprir com a palavra dada. Não obstante, se o falante é insincero, então o ato é professado, mas vazio, isso se caracteriza como um abuso.

Esses desacertos são a prova de que atos de fala nem sempre ocorrem de modo explícito e bem sucedido. Há um grau de complexidade quando se observa mais de perto a variável do ato de prometer, a qual consiste intrinsecamente na força daquele que faz a promessa e tem a intenção de fazer o prometido. A intenção de cumprir com a promessa é um ponto, entre outros, para que o ato de fala seja bem sucedido.

Por exemplo, no juramento de formatura do curso de graduação em Direito um estudante, representando toda turma, pede aos demais formandos que o acompanhem dizendo: “Prometo defender a liberdade, pois sem ela não há Direito que sobreviva, justiça que se fortaleça e nem paz que se concretize”. Este ato de fala deve ser vivido durante toda a vida profissional daquele que fez o juramento, que deve ser sincero. Embora seja dito por um aluno, o juramentista, o proferimento é feito na primeira pessoa do singular do presente do indicativo ativo, isso o caracteriza como sendo uma promessa e, por isso, é um ato de fala da classe dos compromissivos.

Há atos de fala ilocucionários que incidem mais no ouvinte que no falante, no caso do pedido é justamente isso que acontece. Nesse caso este é um ato de fala perlocucionário, aquele que é dito por alguém produzindo determinadas reações sobre o(s) seu(s) interlocutor(es). O fato de causar efeitos colaterais em outrem é o que fez Austin considerar alguns atos como perlocucionários. Embora o filósofo não tenha aprofundado os estudos sobre este ato de fala, é certo que são perlocucionários. Não obstante, “Temos, portanto, que separar bem a ação que fazemos (no caso, uma ilocução) de sua consequência” (AUSTIN, [1962] 1990. P. 97).

Em se tratando de atos de fala ilocucionários, no qual o proferimento é essencial para definir a força ilocucionária de uma ação com palavras, ao se dizer algo se realiza atos, se e somente se, satisfizer as intenções da pessoa que profere a sentença performativa.

Primordialmente, a ato de se comprometer é feito usando a linguagem, é um ato de fala. Então, o ato de fala ilocucionário é o tipo de proferimento que realiza feitos, estabelece confianças e compromete os sujeitos que o proferem. Se o falante não tem a intenção de cumprir o que prometeu, então este abusa do dizer como fazer e, por conseguinte, é infeliz ao fazer a promessa.

No caso do proferimento perlocucionário os efeitos provocados são inesperados e, na maioria das vezes, surpreendem. O dizer que provoca reação no interlocutor pode ser algo agradável ou desagradável. Isso vai depender das condições de realização. Embora Austin não tenha tido tempo de aprofundar esse tipo de ato, e demonstrar mais detalhes dos efeitos, qual o conceito deste tipo de ato e outras peculiaridades, ele demonstrou adequadamente que o ato de fala perlocucionário que provoca alguma reação do ouvinte. É certo que esta definição provoca discussões entre alguns filósofos, como é o caso de Searle, conforme veremos em capítulo específico.

Ademais, atos perlocucionários não requerem de modo rigoroso a convenção, o institucional. Neste, sobressai a reação demonstrada por quem escuta aquele dizer que causa o inesperado.

O fato concreto é que o ato de fala, na maioria das vezes, não ocorre de modo explícito e organizado como está apresentado na Teoria dos Atos de Fala e como o próprio Austin afirma.

A distinção é feita em caráter conceitual (cada tipo de ato de fala e cada classe de força ilocucionária). O objetivo é explicar os três tipos de atos de fala (locucionário, ilocucionário e perlocucionário) e as cinco classes ilocucionárias (Vereditivos, Exercitivos, Compromissivos, Comportamentais e Expositivos). Consideramos uma metodologia que visa entender o procedimento de usar a linguagem. Tática usada para explicitar o dizer que realiza atos, uma vez que as classes de força ilocucionária se interpenetram e os tipos de atos de fala acontecem de forma imbricada.

Na dinâmica de acontecimentos, o fazer coisas com palavras entrelaça as classes e os atos de fala. Na classe dos Vereditivos, por exemplo, está o ato judicial, “Mas alguns atos judiciais, no sentido de atos feitos por um juiz em vez de serem feitos por um corpo de jurados, por exemplo, são realmente exercitivos” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 124-125).

Quando nomeamos, designamos, legamos ou apostamos, estamos realizando atos de fala exercitivos porque essas coisas são feitas, necessariamente, porque ocorre a combinação com o uso da linguagem e os fatos.

Descrever é a realização do ato de fala declarativo. Dizer “Meu celular desapareceu”, em uma sala de aula, pode ser entendido de várias formas. Um aluno pode reagir dizendo: “Colegas, vamos procurar o celular da professora!”. Se

assim ocorrer o meu proferimento teve uma força preponderante de um pedido de ajuda. Outras reações são possíveis, obviamente. Em outro contexto, na delegacia ao dizer: “Meu celular desapareceu”, está se registrando uma queixa, relatando um fato para constar no Boletim de Ocorrência. Este documento serve para comprovar legalmente que o celular não está mais sob o poder do/a proprietário/a.

Em ambos os casos foram realizados atos de fala. Tais atos de fala podem ser malogrados, infelizes. Podem causar embaraços, tropeços e mal entendidos. Assim, o ato de fala performativo, não admite uma análise voltada estritamente para a veracidade ou falsidade do dito. Estes são analisados a partir da Doutrina das Infelicidades, são atos de fala feliz ou infeliz.

Austin pergunta qual é o alcance da infelicidade do dizer a fim de fundamentar a concepção de que “parece evidente que a infelicidade é um mal herdado por todos os atos cujo caráter geral é ser ritual ou cerimonial, ou seja, por todos os atos *convencionais*” [Grifos do autor] (AUSTIN, [1962] 1990, p. 34).

Com isso, Austin quer dizer que “as ações em gerais, não todas, são passíveis, por exemplo, de serem executadas com dificuldades, ou por acidente, ou devido a este ou àquele tipo de engano, ou mesmo, sem intenção” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 35).

Por exemplo, na crise aérea no Brasil, em 2007, a sexóloga Marta Suplicy, então ministra do turismo, fez a seguinte sugestão aos passageiros dos aeroportos brasileiros: “Relaxe e goze para esquecer-se dos transtornos”. Essa ação da ministra foi infeliz, causando um grande embaraço, sobretudo nas pessoas atingidas pelo caos aéreo. À época, muitas delas dormiram nos aeroportos a espera da resolução do problema, todos queriam voltar para seus lugares de origem.

O ato de fala é algo dito de modo consciente, ainda assim, os efeitos dos dizeres não são previsíveis. A ministra fez uso da linguagem e dentro daquele contexto, foi infeliz. Tanto que ficou difícil realizar o ato de fala para convencer de que não era aquilo que foi interpretado. As consequências sobre os sentimentos e pensamentos do ouvinte ou de outras pessoas engajadas na referida situação não deixam de ser surpreendentes.

Um exemplo de ato de fala feliz, entre tantos outros, em contexto bem definido, a menina Laura ganhou um cachorro de presente, na ocasião o seu pai lhe perguntou: que nome ele daria ao cão. Imediatamente, o ato de fala

ilocucionário de “batizar” o cão é proferido pela menina, afirmando: “*Jack! Vamos chama-lo por esse nome*”. Este foi um ato de fala feliz, pois desse dia em diante todos da casa passaram a chamá-lo com o nome escolhida pela sua dona.

Um fator importante é referente aos possíveis acertos e desacertos dos atos de fala. O dizer é fazer que provoca, por vezes, efeito inesperado no interlocutor. Ao classificar a força do dizer quanto à performatividade da linguagem, Austin propõe observar especificamente os proferimentos performativos, mesmo de provisório. Dessa forma, Austin apresenta cinco classes gerais de verbos distintos, que se interpenetram.

Essas classes não estão definitivas e delimitadas. Na verdade, o filósofo admite que não ter definido plenamente e satisfatoriamente cada classe. A classificação geral dos verbos é feita a partir do performativo explícito, lembrando que isso ocorre quando a forma verbal da primeira pessoa do singular do presente do indicativo ativo, mesmo não sendo uma classificação acabada:

Os **Vereditivos** se caracterizam pela peculiaridade de falar ou escrever uma decisão. Nesse caso, se usa entre outros verbos: “Absolvo, condeno, constato (uma realidade)” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 124).

**Exercitivos** são atos de fala que consistem no exercício de direitos e deveres com o uso da linguagem, por exemplo, o magistrado diz: “Julgo extinto este processo” quando legalmente instituído e imbuído do exercício de suas funções. Austin ([1962] 1990, p. 126) explica: “é uma classe muito ampla; alguns exemplos são: sentencio, declaro encerrado, declaro aberto” entre outros.

**Compromissivos** são atos de fala de comprometimento por parte do falante. O sujeito assume uma determinada linha de ação. Por exemplo, em uma negociação uma pessoa usa a sua assinatura no contrato ou simplesmente emite a sua promessa em cumprir a palavra dada, alguns verbos são: “Prometo, me comprometo a, dou a minha palavra” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 127).

Os atos de fala **Comportamentais** apresentam ideia de conduta daquele que fala em relação aos que participam da situação específica de uso de linguagem. Por exemplo, a retratação de alguém, cuja integridade tenha sido agredida com palavras desapropriadas só pode ser feita se algumas palavras forem ditas no momento certo e no lugar adequado. Geralmente, o ato de pedir desculpas só pode ser realizado se se disser algumas palavras, “Para pedir desculpas temos ‘peço desculpas’ e para agradecer ‘agradeço’” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 129).

A categoria denominada de **Expositivos** contém verbos que consistem em expressar opiniões, afirmações, argumentos e muitos outros atos de fala referentes ao ato de expor algo a alguém. Por exemplo, o promotor de justiça expõe sua argumentação, porque ele faz a reconstrução da cena de um crime baseado nos autos e em investigações realizadas previamente. Alguns verbos dessa classe, segundo Austin ([1962] 1990, p. 131) são: “Afirmo, nego, declaro, descrevo, classifico e identifico”.

No que concerne à vocação e natureza da linguagem, a classificação austiniana contribui claramente ao propor, de modo inequívoco, um redirecionamento dos estudos sobre a linguagem. Como dito, o aspecto de abertura deixado pelo filósofo permite debates sobre as classes de força ilocucionária.

A referida classificação tornou-se objeto de crítica para Searle, que sugeriu uma avaliação. Searle propõe outra classificação, que se pretende uma taxinomia alternativa à classificação dos verbos de Austin.

Por um lado, Austin sistematiza as categorias que fundam a Teoria dos Atos de Fala e redimensiona o olhar da filosofia para os estudos acerca da linguagem. A característica austiniana é, de fato, não fechar as discussões como sendo dele a última palavra sobre o assunto, isso fica claro na *XII Conferência*, quando afirma que todo seu trabalho de classificação deve ser visto como uma proposta. Esta rompe com as bases dos estudos da tradição linguístico-filosófica. No pensamento tradicional, por exemplo, há uma concepção de linguagem associada à lógica formal, puramente descritiva. Há, antes de Austin, teorias sobre linguagens simbólicas, matemáticas, entre outras. Este tipo de análise da linguagem se pauta em exemplos artificiais, ou seja, não partem da linguagem em uso ordinário.

Diga-se de passagem, o sujeito usa palavras e/ou frases para relatar coisas, mas não somente para isso, com elas realizam-se atos de fala. É essencial entender o que faz o ato de fala ser bem ou mal sucedido, sobretudo o que se passa quando ocorre ação com palavras.

Mas, a ação com palavras pode ser mal sucedida. Falar sobre a doutrina das infelicidades é destacar, segundo Austin, uma série de fatores que podem contribuir para que algo não se realize como esperado na execução de um ato de fala, tornando o dizer de alguém infeliz.

Os proferimentos performativos, que estão para além do linguístico, equivalem ao ato de fala que responde ao critério de ser feliz ou infeliz. Ao analisar frases que são atos efetivos na realidade, Austin chegou à conclusão que o critério gramatical (ou lexicográfico) não era tão claro quanto lhe pareceu no início. Ocorreu que este filósofo não encontrou na gramática uma saída para esse tipo de problema.

Ainda assim, no primeiro momento o performativo e o constativo apresentou a distinção e/ou permitiu ao filósofo perceber pontos referentes ao campo da Ética, por exemplo. É pelo critério de performatividade que se sabe a natureza do proferimento que se caracteriza como uma promessa ou uma elaboração de regras, entre outros.

Na prática pode ocorrer situação, a mais diversa, passível da análise por meio da Doutrina das Infelicidades. Atos de fala podem realmente ser bem ou mal sucedidos. Adaptamos um fato real com nomes fictícios para exemplificar uma análise desse tipo. Digamos que exista uma associação e que esta realize um planejamento para se realizar a *Assembleia de Intelectuais Consagrados da Liga Especial de Héstia*, a comissão organizadora designa Helena para fazer a abertura do evento.

No entanto, no dia marcado, Helena ficou muito doente, pensando que ficaria melhor até a hora do evento, não avisou aos organizadores. Ademais, ela sabia da importância de seu comparecimento. Na realidade, a noite ela estava pior e, ainda assim, foi até o auditório lotado. Helena sentia-se mal e impossibilitada até de falar com clareza. Ao escutar a mestre de cerimônia lhe chamar ela foi até à mesa, com certa dificuldade. Olhou para a pessoa que tinha anunciado o seu nome e disse em voz baixa, quase sussurrando, “Não consigo dizer nada, estou muito mal, por favor, faça a abertura”. Então, a moça do cerimonial, disse: “Declaro aberta a Assembleia”.

O evento foi realmente aberto? Embora algo tenha acontecido, isto é, o evento tenha se iniciado, não há dúvidas de que houve uma falha, que se deu pelo fato das condições de felicidade não terem sido plenamente satisfeitas, isto é, o critério A2 não foi atendido porque as pessoas e as condições particulares foram inadequadas.

O proferimento não foi feito pela pessoa institucionalmente e convencionalmente designada para invocar o ato de fala “Declaro aberta a

assembleia”. Quem deveria ter invocado o ato de fala era Helena e não a moça do cerimonial. O fato de outra pessoa ter proferido o ato de fala tornou o ato de fala infeliz, porque não ocorreu de modo correto e completo (Violação dos critérios B1 e B2).

Portanto, é requisito para performativos felizes saber o objetivo, primordial, do proferimento, quem deve invocá-lo e em quais condições isso deve ser feito. Um dizer, seja para constatar algo em uma situação ou para, dentro de outro contexto, pedir ou ordenar algo a alguém, precisa obedecer aos critérios de felicidade. Por exemplo, no cotidiano o proferimento “Está calor” pode ser a constatação fatídica de que o tempo está quente e, em outra situação, um pedido para alguém abrir a janela ou ligar o ar condicionado. Estas são condições que contribuem para sistematizar o dizer como fazer, palavras e ação.

## **2.4 Na vida fazemos coisas com palavras**

Com a visão pragmática do uso de linguagem a Teoria dos Atos de fala quebra o paradigma de que a linguagem serve apenas para representar e/ou descrever a realidade. Inicia a partir dos estudos de filósofos do século XX a percepção de que linguagem em uso é um meio para realizar coisas no mundo, desde que os ditos estejam dentro de contextos bem definidos e culminem em atos.

A partir de então a linha entre Filosofia e Linguística é bastante tênue. Para Austin o uso performativo da linguagem é inerente ao ser humano. Ottoni (1998, p. 41) informa que esta “afirmação de Austin é fundamental para compreender suas reflexões sobre a linguagem de um modo geral, e especificamente sobre a performatividade”. Na Teoria dos Atos de Fala estão os conceitos de atos locucionários, atos ilocucionários e atos perlocucionários.

Os atos ilocucionários, por exemplo, são feitos ao dizer uma frase dentro de um contexto real de comunicação. A promessa é um ato de fala ilocucionário, quem promete se compromete com o que foi dito, consigo mesmo e com os ouvintes. Caso não tenha a intenção de cumprir com a sua palavra, tal proferimento provoca falhas ou abusos, como dito anteriormente, e o ato de fala será malogrado.

Desse modo, o ato de fala é o ato de usar palavras para fazer coisas, realizar ações. Apenas usando a linguagem é que se é capaz de pedir, ordenar e prometer, por exemplo. Essas coisas são feitas por qualquer pessoa usando a linguagem verbal, falada ou escrita. Para isso é preciso que seja proferida um proferimento performativo, dentro de um contexto, que esteja respaldado por uma instituição. Para tanto, é preciso que a pessoa que evoca tal proferimento seja sincera perante os ouvintes. Enfim, todos devem estar engajados.

Na vida, as pessoas costumam fazer coisas com palavras, como a doação. Ao ato de doar é *condictio sine qua non* o dizer de determinadas palavras seguido da entrega da coisa que está sendo doada. Assim, ocorrências de fatos, que são realizados contendo palavras e coisas, funcionam com a verbalização de frases que nada descrevem nem relatam, essencialmente.

É sabido que a linguagem ocorre de diversas formas, é longa a lista das linguagens matemática, tecnológica e imagética. Entre tantas manifestações reconhecidamente importantes na sociedade, a linguagem verbal cotidiana é a delimitação dos estudos pertinentes à Teoria dos Atos de Fala, e a única que interessa aqui.

De maneira geral, todos os atos de fala são analisados se estiverem inseridos no contexto, bem definidos. Segundo Austin, não se levam em consideração os casos “*non sense*” da linguagem, estes não se enquadram, assim como as frases metafóricas, ditas por um ator em cena.

Basicamente, na Teoria dos Atos de Fala, as coisas no mundo precisam satisfazer algumas exigências no tocante ao uso da linguagem enquanto recurso que propicia ações efetivas.

Em determinado contexto o ato de declarar pode ser um constativo: “Declaro que o gato está sobre o tapete”, a partir dessa declaração é possível observar o que é dito pode ser comparado ao que de fato acontece, isto é, pode-se averiguar se este dito é verdadeiro ou falso. Declarar pode ser um performativo em outro contexto, por exemplo, no início de um congresso o responsável pelo evento afirma: “Declaro encerrado o evento”, essa realização é necessária para que o evento seja oficialmente encerrado.

Atos de fala são, na verdade, enunciados proferidos pelo sujeito. Estes devem se situar contextualmente e se adequar às convenções aceitas e reconhecidas por todas as pessoas que fazem parte desse contexto.

São as circunstâncias convencionalmente aceitas que propiciam a realização de atos por meio das palavras. Os proferimentos performativos são atos de fala realizados por pessoas que transformam a realidade usando a linguagem, se e somente se, o sujeito estiver engajado e obedecer ao que é institucionalmente convencional e foi aceito previamente por todos os participantes.

Austin ([1962] 1990, p. 38) afirma: “Se alguém emite um proferimento, e se o proferimento é classificado como um desacerto pelo fato de o procedimento invocado *não* ter sido *aceito*, trata-se presumivelmente não do falante, mas de uma pessoa que não o aceita”. Esse aspecto dos atos de fala é observado quando as frases são: pergunta, pedido, promessa e outros.

Pronunciar determinadas palavras pode ser ato de fala apenas quando tal proferimento resulta em ação. “Isso equivale a ir além do significado das palavras e da estrutura sintática e do valor de verdade das sentenças para incluir os elementos contextuais que fazem com que o significado, em acepção pragmática, dê conta de mais do que é explicitamente dito” (Marcondes, 2005a, p. 27).

O dizer de um proferimento acontece em diversas situações, pode ser que o dito tenha todas as características de um dizer como fazer, mas se se averiguar e este estiver fora do seu contexto, esse dizer pode não ter sido um ato de fala. Quando isso ocorre tem-se um caso de desvio. Explica Austin ([1962] 1990, p. 36):

O que quero dizer é o seguinte: um proferimento performativo será, digamos, sempre vazio ou nulo de uma maneira peculiar se dito por um autor no palco, ou se introduzido em um poema, ou falado em um solilóquio, etc. De modo similar, isto vale para todo e qualquer proferimento, pois se trata de uma mudança de rumo em circunstâncias especiais.

Com esta explicação o filósofo delimita o que, de fato, deve ser visto como parte da teoria da ação: a linguagem é o dizer coisas que realiza um ou mais atos efetivamente reais. Antes dessa teoria não se encontra estudos em que o objeto de estudo considere a linguagem em uso. Parece que esta foi ignorada por gramáticos e filósofos da tradição. Ela oferece dificuldades específicas, enfrentadas na sistematização austiniana do dizer como fazer.

Austin toma por fundamento o performativo, este tipo de proferimento dá ao uso da linguagem uma *performance* tal, que faz com que a cada invocação a

peessoa realize atos de fala. Estes, necessariamente, ocorrem dentro de um contexto bem definido, com envolvidos altamente engajados na situação em que a linguagem está sendo praticada.

Exclui-se, portanto, todas as formas de linguagem verbal que aparecem deslocadas do contexto original do ato de fala, como os usos das linguagens que não servem para realizar o ato de fala. Assim, mesmo que a linguagem artística, figurada e metafórica aparente um dizer como fazer, os proferimentos desses tipos não são atos de fala.

Ademais, a delimitação da linguagem verbal como ato de fala serve para assegurar o escopo da Teoria dos Atos de Fala. A linguagem como meio de comunicação entre as pessoas, o aspecto cultural de uma língua, a identificação de sinais corporais aparentando uma linguagem específica são essenciais na vida das pessoas. Não obstante, não estão no escopo da Teoria dos Atos de Fala.

É preciso que não haja interpretações errôneas sobre o conteúdo referente ao dizer como fazer. O fato de encapsular a linguagem verbal dentro de uma situação de uso de linguagem não significa desconhecimento das outras linguagens. Austin supõe esta delimitação do uso da linguagem verbal (oral ou escrita) porque é por meio dizer que acontecem atos.

Austin sistematiza cientificamente o ato de fala, explicitando a linguagem em uso, oral e escrita, usada para realizar atos efetivos no cotidiano por meio da linguagem verbal. Nessa perspectiva, observa-se que para fazer determinadas coisas, como pedir, ordenar e prometer, o sujeito precisa de frases-chave ou mesmo verbos-chave.

Naturalmente, os atos de fala fazem parte ou são o acontecimento real de fatos ocorridos com pessoas engajadas na situação de linguagem, que interagem com outras pessoas e realizam atos convencionalmente aceitos e institucionalmente convencionais.

O ato de pedir desculpas a alguém não acontece se não houver um proferimento com verbo performativo “Desculpe-me”. Um exemplo cotidiano é o seguinte, dentro do metrô lotado, sem querer, você pisa no pé de alguém, ouse não pedir desculpas e veja a reação de espanto desta pessoa. Mesmo que você tenha pisado sem querer no pé desta pessoa, é preciso dizer “desculpe-me”. Não fazer o pedido de desculpas pode ser uma razão plausível para que você seja insultado/a. no mínimo você será chamado/a de mal educado.

Essa e outras situações encaminham as reflexões sobre o uso da linguagem. Austin buscou obter a forma explícita do dizer, por exemplo, “eu prometo que estarei lá”. Como dito, há proferimentos performativos explícitos e outros em que não aparecem no ato de fala a frase gramaticalmente construída, ou seja, nem sempre a frase é dita na primeira pessoa do singular do presente do indicativo ativo. Aliás, para Austin, a maioria das ocorrências de linguagem é feita sem obedecer esta forma denominada por ele de proferimento performativo explícito.

No contexto específico, basta dizer a alguém: “Prometo”. Esse ato de fala que foi proferido com seriedade acaba de fazer com a pessoa que o proferiu realize uma ação e se comprometa consigo e com outra(s) pessoa(s).

Alguns verbos servem de exemplos para o melhor entendimento da sistematização da linguagem. Na sétima conferência o filósofo apresenta verbos performativos explícitos como “Pedir desculpas”, “Criticar” e “Aprovar”. Entre outras possibilidades esses são verbos performativos usados para fazer algo. Destacam-se os atos comportamentais: “Um tipo de performativo que diz respeito a reações ao comportamento dos outros e que se destina a expressar atitudes e sentimentos” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 77).

Outro exemplo específico é verbo de frases com o pronome “eu”, que mesmo não estando explícito faz parte do ato de fala. São os proferimentos que começam assim: “Considero...”, “Ordeno...”, “Prometo...”, “Creio”, e “Faço objeção...”, entre tantos outros.

Sistematizar o ato de fala é um estudo do dizer como fazer, dos proferimentos não enquadrados por linguistas nem por filósofos. Essa tarefa é bastante discutida e examinada até hoje. Muitos autores analisam a linguagem a partir da análise austiniana das classes ilocucionárias. Como dito, Searle admite que o conceito de atos ilocucionários austiniano está bem delimitado e explica que para se fazer uma classificação da linguagem em uso não se pode ignorar a que foi apresentada por Austin na décima segunda conferência da referida obra. Contudo, crítica na XII conferência o fato de Austin ter destacado os verbos performativos, sem delimitar criteriosamente o conceito de cada classe e esquecendo-se de classificar atos ilocucionários. Não bastando criticar, Searle aponta como solução aos problemas encontrados por ele uma taxinomia como alternativa à de Austin, conforme mencionado anteriormente.

Rajagopalan (2000, p. 106) ressalta que “a prática mais comum entre os autores de livros introdutórios é tratar os dois [Austin e Searle] como formando um *continuum* perfeito ou, para usar outra metáfora, como tendo se revezado na construção da teoria” (*Grifo do autor*). Não obstante, olhando mais de perto é possível perceber um engano nessa prática.

A contribuição de Austin para a filosofia é de extrema importância aos estudos da linguagem. Searle, Habermas e Grice, por exemplo, conheceram o pensamento de Austin antes de tecerem as suas teorias. No caso de Searle, especificamente, o desenvolvimento de seu pensamento segue caminhos distintos dos de Austin. A taxinomia, lançada como alternativa à classificação de Austin, tem bases na semântica e na sintaxe.

Embora Searle tenha partido da classificação de forças ilocucionárias de Austin, o seu trabalho além de fazer crítica a Austin, não desconsidera o ato de fala total (ato ilocucionários). Admite, ainda, que Austin tinha razão ao dizer que mesmo no caso em que o verbo performativo não está explícito, há a força ilocucionária na invocação do ato de fala. Este é o assunto discutido no próximo capítulo.

### 3 Searle: taxinomia dos atos ilocucionários

*(...) como é de se esperar que as diferenças semânticas básicas tenham consequências sintáticas, um terceiro objetivo do artigo é mostrar como esses diferentes tipos ilocucionários básicos se realizam na sintaxe de uma língua natural, como o inglês.*

*Searle ([1979] 1995)*

O texto *Uma Taxinomia dos Atos de Fala* consiste na proposta de Searle ([1979] 1995, p. 1) ao afirmar que o “principal objetivo deste artigo é desenvolver uma classificação arrazoada dos atos ilocucionários em certas categorias e tipos básicos”. Na verdade, o referido ensaio apresenta uma taxinomia de atos ilocucionários que se opõe à classificação elaborada por Austin e apresentada na décima segunda conferência, que é parte do desenvolvimento da Teoria dos Atos de Fala. Para tanto, o objetivo, aqui, é apresentar a taxinomia alternativa de Searle, lançada no referido ensaio, que dá continuidade a linha de pesquisa desenvolvida em *Speech Acts* (SEARLE, 1969). No decorrer da exposição uma questão norteia essa pesquisa, será que a taxinomia alternativa à de Austin resolve os problemas da classificação austiniana que foram apontados pelo próprio Searle?

As classes da taxinomia dos atos ilocucionários são: Assertivos, Diretivos, Compromissivos, Expressivos, Declarações e Declarações assertivas. Nesta elaboração, ele acompanha o entendimento austiniano de que se usa a linguagem para se realizar ações, as quais só acontecem por meio da linguagem verbal. Embora Searle considere o conceito de ato ilocucionário sem restrições, ele propõe essas classes como alternativa às classes de força ilocucionária de Austin.

O detalhamento do pensamento de Searle, quanto à construção de sua taxinomia alternativa dos atos ilocucionários é o foco dessa discussão que, entre outros pontos, leva em consideração o fato de a taxinomia de Searle ter sido desenvolvida após algumas críticas ao que foi, originalmente, proposto na classificação austiniana.

Vale lembrar que Austin expôs, na décima segunda conferência, a classificação de força ilocucionária. Esta faz parte do todo que forma a sequência das doze conferências que compõem a Teoria dos Atos de Fala. Para além da mera apresentação de classes de verbos ilocucionários, Austin contribui para a argumentação do uso da linguagem como ato de fala.

Sem dúvida que ao falar pode-se representar o mundo. Não obstante, essa não é a única forma de uso de linguagem. Fala-se para fazer coisas com palavras. Este entendimento contribuiu para quebrar paradigmas no estudo da linguagem verbal tanto na Filosofia como na Linguística, conforme explicado anteriormente. A linguagem passa a ter uma dimensão mais ampla, a de realizar atos ao dizer ou por dizer determinadas palavras.

Partindo desse pressuposto e considerando a definição da classe dos Compromissivos como irrefutável na Teoria dos Atos de Fala, Searle absorve esta base na elaboração de sua *Taxinomia dos atos ilocucionários*, uma proposta alternativa à de Austin. Nesse trabalho, critica as demais classes austinianas: Vereditivos, Exercitivos, Comportamentais, Expositivos. De modo explícito, nessa crítica é apontado como ponto franco da classificação a falta de princípios.

Um dos problemas que Searle diz ter encontrado na classificação é a inconsistência da definição de cada classe, ele critica a catalogação dos verbos apresentados em cada classe e afirma que há um descompasso entre as classes e suas definições. Não obstante, é preciso saber se tais críticas procedem.

Para tanto, ressaltamos que a noção performativa da linguagem, desenvolvida por Austin, foi exposta no capítulo anterior e serve para analisar a abordagem de Searle. Com essa base, é possível confrontá-lo ao que está em Austin, para, enfim, no capítulo seguinte, poder fazer a avaliação das referidas críticas.

Para não incorrer em acusações gratuitas contra as críticas de Searle a Austin, fazendo deste estudo uma visão unilateral, deve-se buscar o detalhamento dos argumentos searleanos, e das categorias apresentadas na taxinomia.

### 3.1 Especificidades da Taxinomia dos Atos Ilocucionários

Basicamente, ao fazer uma revisão crítica da classificação de verbos austiniana, Searle toma esta como ponto de partida e faz a elaboração do que ele denominou de *IV. Taxinomia alternativa*, uma vez reconhecendo a definição de ato ilocucionário e a sua importância na classificação de proferimentos performativos, Searle parte desta classificação e propõe a sua. Ressaltamos, apenas, que a definição dos compromissivos é isenta de críticas, porque, segundo Searle, as demais apresentam verbos catalogados de modo confuso. Critica, além da definição das demais classes (Vereditivos, Exercitivos, Comportamentais e Expositivos) a inconsistência das listas de verbos. Searle apresenta algumas propostas visando resolver os pontos que ele considerou fraco na classificação.

Searle defende a tese de que não é o verbo ilocucionário o núcleo do ato de fala e sim o ato ilocucionário, cuja força ilocucionária e o conteúdo proposicional possibilitam fazer tal distinção: “pressuponho uma distinção entre força ilocucionária de uma emissão e seu conteúdo proposicional, assim simbolizada:  $F(p)$ ” (SEARLE, [1979] 1995, p. 2).

Nesse sentido, o ato de fala é o resultado da combinação entre uma proposição ( $p$ ), com o seu conteúdo e a força  $F$  do dizer. Esse dizer é associado à direção do ajuste, que estabelecem relações com o contexto e juntos formam o ato ilocucionário.

Assim como Austin, Searle define os atos de fala pela força de ação. Esta é tomada como elemento constitutivo do ato realizado por aquele que usa a linguagem. Desse modo, é incontestável o fato de que todo ser humano usa a linguagem verbal (oral ou escrita) para realizar atos com palavras. Esse é o ponto em que a noção de Searle coaduna com a visão pragmática de Austin.

Reconhecer os Compromissivos cunhados por Austin como atos de fala inequívocos quanto ao propósito ilocucionário é conceber o ato de prometer como uma ação que não se realiza sem que se diga o que deve ser dito em um contexto bem definido, inclusive com pessoas engajadas e contribuintes para a realização bem sucedida do ato de fala.

A promessa pede o dizer de algumas palavras como “Prometo”, “Estarei lá” ou “No próximo pagamento quito a minha dívida contigo”. Além de concordar

com a ideia de que um pedido de desculpas não pode ser feito, por exemplo, sem que se profira, pelo menos, um “desculpe-me”. Esses atos são tão fatídicos quanto o ato de doar algo a alguém, que além do proferimento de determinadas palavras, como: “Deixo o meu relógio para você”, é preciso que, além de dizer a pessoa tenha um relógio, pois só se dá aquilo se que tem.

Na percepção de Searle não se pode desconsiderar a classificação austiniana, esta é imprescindível para qualquer pesquisa sobre atos ilocucionários. Penco (2006, p. 161) observa que “Este tipo de análise feita por Searle se insere no problema de propor critérios para uma classificação dos atos linguísticos”.

O que não se pode dizer é que Searle elabora uma teoria acerca da linguagem em uso na obra *Expressão e Significado*. O próprio Searle ([1979] 1995, p. XVII) reconhece que o seu trabalho discute alguns “problemas específicos que surgem no interior do paradigma vigente”. Por isso critica, além do trabalho de Austin, outras perspectivas teóricas. Algumas das quais foram citadas textualmente por Searle ([1979] 1995, p. 252):

- É digno de críticas a abordagem dos atos de fala e a análise do apagamento do performativo, de John Ross (2010), no artigo intitulado *On Declarative Sentences*.
- David Gordon e George Lakoff (1971) se perderam ao defenderem os postulados conversacionais em *Conversational Postulates*.

Searle explica que faz essas considerações porque a sua pretensão é discutir tais abordagens e mostrar que esses pensadores se equivocaram, tanto o pensamento do apagamento do performativo derivado dos trabalhos de John Ross (1970), *On Declarative sentences*, como os postulados conversacionais de David Gordon e George Lakoff (1971), *Conversational Postulates*. Além desses pensadores, Searle ([1979] 1995, p. X) faz críticas ao pensamento de Wittgenstein:

Wittgenstein julgava que nenhuma lista finita de categorias poderia ser uma resposta. ‘Mas, quantos tipos de sentenças existem? ... Há inúmeros (unzählige) tipos’. (1953, § 23). Mas essa conclusão um tanto cética deve levantar suspeitas. Suponho que ninguém diria que há inúmeros tipos de sistemas econômicos, sistemas matrimoniais ou partidos políticos; por que a linguagem haveria de ser taxinomicamente mais recalcitrante do que qualquer outro aspecto da vida social do homem?

Searle faz críticas a esses pensadores com o fito de mostrar a importância da Teoria dos Atos de Fala. Ao declarar isso, provocou a impressão de que seu trabalho é um desdobramento da teoria austiniana.

Se se considerar o ato ilocucionário como um todo, que para Searle é a força ilocucionária e seu conteúdo proposicional ( $F(p)$ ), se alcançará a unidade de análise, que é feita por meio de uma taxinomia de atos ilocucionários que supera a classificação austiniana, com critérios sintático-semânticos e categorias bem definidas. No entanto, esta não é uma argumentação consistente, porque é a força ilocucionária a base da classificação. Searle critica Austin de ter tomado verbos performativos por atos ilocucionários, foi isso o que provocou sobreposições de categorias. Para Searle ([1979] 1995, p. XII), “Várias taxinomias que tenho visto, inclusive a de Austin, confundem uma taxinomia de verbos ilocucionários”.

Não obstante, os acontecimentos que envolvem o uso da linguagem verbal não se restringem ao ato de fala, Austin mostra que concomitante ao dizer como fazer deve-se considerar o contexto, as pessoas com suas intenções e a intenção do próprio sujeito que realiza o ato de fala. Acontecem enunciados performativos contextualizados que fazem parte de ocorrências, e nestas o dizer é um fazer coisas efetivas que incluem toda realização. Não apenas por conta dessa teoria, obviamente, mas também a partir de teorias da linguagem voltadas para o contextualismo.

Um ponto acentuado na taxinomia de Searle é o aspecto estrutural da sintaxe e da semântica de uma linguagem natural, como o inglês. Estes aspectos são essenciais para se entender o ato ilocucionário. Penco (2006, p. 161) explica: “Searle propõe uma outra classificação”. Esta é baseada na procura de critérios explícitos, e complementa dizendo que ele “rejeita a tentativa de Austin por considerá-la demasiadamente intuitiva e sem um critério ordenador”.

Com efeito, não leva em consideração alguns fatores importantes na Teoria dos Atos de Fala, a saber, a esquematização do dizer como fazer, o desenvolvimento da teoria ao longo das conferências e o teste do ato de fala total (Performativo explícito). Recorta, sem tomar cuidado com o todo do trabalho austiniano apenas a classificação de verbos ilocucionários.

É certo que, como em toda tentativa, nada é feito em caráter definitivo, justamente por isso, há entre as categorias um afrouxamento das classes, elas se interpenetram. Esse ponto foi, também, desconsiderado na análise feita por Searle,

desconsiderando o caráter provisório e digno de discussões da classificação austiniana.

Este afrouxamento da classificação austiniana permitiu várias interpretações e acarretou, por exemplo, a leitura de Searle, que considera problemática a classificação de forças ilocucionárias. A classe de verbos performativos apresenta a distinção de categorias, nas quais cada verbo destinado tem determinada força ilocucionária (Locucionário, Ilocucionário e Perlocucionário).

Podemos dizer que realizar um ato locucionário é, em geral, *eo ipso*, realizar um ato *ilocucionário*, como me proponho a denominá-lo. Para determinar que este ato ilocucionário é realizado dessa forma temos que determinar de que maneira estamos usando a locução, ou seja:

- perguntando ou respondendo uma pergunta,
  - dando alguma informação, ou garantia, ou advertência,
  - anunciando um veredito ou uma intenção,
  - pronunciando uma sentença,
  - marcando um compromisso, fazendo um apelo ou uma crítica,
  - fazendo uma identificação ou descrição [*grifos do filósofo*]
- (AUSTIN, [1962] 1990, p. 88).

Como se viu no capítulo dois desta pesquisa, e se reforça acima, o ato ilocucionário é o dizer como fazer coisas com palavras. A frase é um dizer que funciona no centro ou em parte do ato de fala. Os atos de fala ilocucionários são, essencialmente, proferimentos performativos, defende Austin na *XII Conferência* ao elaborar a classificação das forças ilocucionárias de cada verbo proferido. A chave para compreender o pensamento de Austin é dada por Rajagopalan (1996, p. 11):

O que Austin está nos dizendo tem desdobramentos de longo alcance. Em primeiro lugar, ele está se posicionando contra um princípio que caracterizou toda a nossa metafísica desde Platão, segundo o qual o que existe de maneira alguma pode ser afetado por aquilo que porventura viermos a saber. Ou, para utilizar a terminologia dos próprios filósofos, a ontologia está imune às revelações da epistemologia. Esta só pode ir a reboque daquela, e jamais ditar regras. Trata-se da quintessência do chamado realismo platônico. Ou seja, Austin está se colocando em rota de colisão com nada menos que o realismo platônico, que tanto define quanto funciona como um dos baluartes do empreendimento filosófico chamado filosofia analítica.

Vê-se nas palavras de Rajagopalan uma explicação que esclarece o pensamento de Austin a respeito de certos postulados. Este se opõe a visão de linguagem da metafísica, que prega o dizer como forma de representação e descrição da realidade.

Como dito, mesmo considerando, irrestritamente, o ato ilocucionário, sobre as cinco classes austinianas, Searle julga ser necessário revisar a classificação, devido aos pontos fracos. Segundo Marcondes (2003, p. 32): “O primeiro a tentar reelaborar esta classificação foi Searle em *Speech acts* ([1969] 1981), desenvolvendo sua própria classificação alternativa em um texto intitulado ‘*A taxonomy of illocutionary acts*’”, *corpus* desta tese.

Por que Searle decide desenvolver a sua própria classificação? Para resolver os problemas da classificação elaborada por Austin. Será se consegue alcançar o seu objetivo? Não acreditamos que tenha conseguido. Ao apontar a necessidade de revisar as classes austinianas de proferimentos performativos se detém na última conferência, isso o faz se desconhecer o caráter pragmático do uso da linguagem.

Sobre a perspectiva pragmática Marcondes (2003, p. 26) afirma:

A Teoria dos Atos de Fala, tal como proposta por Austin, pode ser considerada como uma tentativa de dar conta de modo sistemático dos fenômenos pragmáticos, isto é, do uso da linguagem. Austin procurou mostrar que o uso da linguagem pode ser objeto de uma análise sistemática desde que se adote os instrumentos conceituais adequados para isso, mostrando deste modo que a análise pragmática da linguagem não é, em princípio, incompatível com uma abordagem teórica.

O trecho acima esclarece a importância da Teoria dos Atos de Fala, ao passo que esta cumpre seu objetivo de ser meio de análise da linguagem em uso. Nesse sentido, a análise se dá de forma pragmática, ou melhor, a análise da linguagem em uso considera, necessariamente, o contexto. Diante disso, é preciso verificar os passos da *Taxinomia dos Atos de Fala*, a saber, as espécies diferentes de atos ilocucionários; as evidências da taxinomia como alternativa à classificação de Austin; a resposta de Searle à Austin sobre os verbos ilocucionários; o lançamento da taxinomia alternativa dos atos de fala; e a exposição das condições de sinceridade do ato ilocucionário.

Enquanto a classificação austiniana se detém na distinção entre as classes de proferimentos performativos, a separação dos verbos de acordo com a definição de cada classe, uma vez que antes de fazer a classificação Austin esclarece a necessidade de deixar explícita a força do ato realizado, Searle toma como base as diferentes perspectivas dos atos ilocucionários.

### 3.2 A base da taxinomia são os atos ilocucionários

Searle recorta diferentes atos ilocucionários, que são os atos de fala tal e qual concebeu Austin. A classe dos compromissivos foi absorvida sem restrições, ou seja, não foi criticada sob nenhuma hipótese.

O uso pragmático da linguagem não aborda apenas o aspecto sintático e/ou semântico. A concepção pragmática focaliza as relações entre os signos e os usuários destes. Como dito no capítulo dois, isso consiste no uso da linguagem que propicia o “desenvolvimento de uma filosofia pragmática da linguagem” (MARCONDES, 2005a, p. 10). Os atos de fala estão adequados aos fatos, tem relação com o “fundamento ou falta de fundamento, à justiça ou injustiça” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 125).

Em oposição a esse entendimento Searle desenvolve “uma classificação arraçada dos atos ilocucionários em certas categorias ou tipos básicos” e para realizar esta tarefa reconhece que toda “tentativa de desenvolver uma taxinomia deve levar em conta o modo como Austin classifica os atos ilocucionários em suas cinco categorias básicas – vereditivos, expositivos, exercitivos, comportativos e compromissivos” (SEARLE [1979] 1995, p. 1). Nesse projeto de pesquisa busca-se responder à pergunta: “Quantas são as categorias de atos ilocucionários?”.

O foco da taxinomia são os atos ilocucionários, ao invés da força do verbo ilocucionário como fez o criador da Teoria dos Atos de Fala. Por exemplo, o verbo “legar” é dito pelo sujeito que deixa os seus bens. Só se pode fazer um testamento com a presença de uma pessoa institucionalmente designada para tal. No exemplo do próprio Austin ([1962] 1990, p. 24) dizer: “‘Lego a meu irmão este relógio’- tal como ocorre em um testamento” é fazer com que tais palavras

tornem-se o ato de legar. Isso evita maiores problemas entre as pessoas da família que gostariam de ter aquele relógio como herança.

Outro exemplo sobre testamento, apenas para ilustrar o ato de legar, pode ser visto na escrita de um testamento feito por um homem rico, mas com pouco conhecimento da norma culta da língua portuguesa, o que causou embaraços na verdadeira intenção do falecido. Isso faz lembrar as aulas sobre pontuação e produção textual de língua portuguesa. Uma ilustração curiosa, que merece atenção:

“Deixo a minha fortuna para o meu irmão  
não para o meu sobrinho jamais para o  
meu advogado nada para os pobres”.

(Autor desconhecido)

Observando o texto percebe-se que o testamento deixado pelo homem rico não tem pontuação. Isso fez com o irmão, o sobrinho, o advogado e um defensor dos pobres pusessem vírgula, ponto e vírgula, e ponto final onde melhor convinha para cada um. Dependendo do ponto de vista, o proferimento permite que a ação de legar seja direcionada a destinatários diferentes. Foi o que aconteceu, porque a falta de pontuação deixou o texto vago e provocou embaraços. O falecido ao proferir o ato de fala de legar sua fortuna causou uma grande confusão entre os que se consideravam possíveis herdeiros.

Com essa ilustração não se pretende delimitar a discussão sobre o uso correto da pontuação ou outros aspectos do texto, nem se pretende saber o deslinde da questão. Na verdade, o foco é perceber a força ilocucionária do ato de legar, executado por meio do testamento, ou seja, com o uso da linguagem, porque um testamento é um ato de fala inserido no contexto social. Ele é o instrumento legal que qualquer um pode usar para legar os seus bens materiais e destinar às pessoas de sua escolha. No exemplo que citamos, o texto foi escrito carecendo de pontuação, permitindo que cada leitor coloque a força ilocucionária onde melhor lhe conviesse. Mesmo depois de morto o ato de fala do homem rico causou uma grande briga entre os que pretendiam ficar com a sua herança.

É sabido que usar a linguagem não é algo simples, pois nem sempre se consegue clareza. No uso da linguagem, falada e/ou escrita, há proferimentos

performativos explícitos e primários. Estes são tão dependentes do contexto enunciativo como aqueles. Atos de fala infelizes ocorrem, conforme demonstrou Austin em sua *Doutrina das Infelicidades*, quando há performativos primários.

A classe dos exercitativos consiste em proferimentos decisivos, nos quais há verbos performativos que fazem o sujeito se posicionar em relação ao assunto em questão, decidindo ficar a favor ou não.

Como os proferimentos exercitativos consistem no exercício de poder, direito e influência, um exemplo pode ser encontrado na dinâmica do Supremo Tribunal Federal (BRASIL, STF/2013) do Brasil, a publicação de um acórdão obedece aos trâmites legais, no ato de fala exercitativo. Reportando ao escândalo nacional observado na manchete do Diário de Justiça, 22 de abril de 2013, observa-se a força ilocucionária no acórdão do mensalão: “Os votos dos ministros e a síntese das decisões sobre o caso do mensalão, julgado em 2012”.

Analisando melhor o dito, e sabendo que no contexto referido para votar o ministro exerce a sua função usando a linguagem, percebe-se que os votos escritos nos autos são, necessariamente, pronunciados na sessão judicial.

Votar é um ato ilocucionário. No caso acima, cada magistrado do Supremo Tribunal Federal, irrestritamente, faz um proferimento (escrito e falado) quando do pronunciamento de seu voto.

Resumidamente, no caso do Mensalão, a votação da cúpula ministerial levou à condenação 25 réus. Entre eles, o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu de Oliveira e Silva, e o ex-presidente do Partido dos Trabalhadores - PT e deputado federal, José Genuíno Neto.

Essas análises são realizadas tendo por base a Teoria dos Atos de fala. Para delimitar as cinco categorias e elaborar a lista de verbos, separando-os por classe, Austin faz uma listagem de tipos de verbos ilocucionários, que pressupõe a necessidade de fazer uma distinção entre o que é a força ilocucionária e o conteúdo proposicional que há nela.

A distinção dos tipos de forças ilocucionárias passa a ser central no pensamento de Searle ([1979] 1995, p. 43-44), que explicita o seguinte:

Por mais paradoxal que isso possa parecer, tais verbos são verbos ilocucionários, mas não são nomes de espécies de atos ilocucionários. É por essa razão, entre outras, que devemos

distinguir cuidadosamente uma taxinomia de atos ilocucionários e uma taxinomia de verbos ilocucionários.

Essa necessidade de distinguir atos de verbos é levada a cabo por Searle, porque para ele há confusão na teoria austiniana, o que provoca pontos fracos nas classes de verbos ilocucionários. Como para Searle é necessário corrigir esse equívoco, ele elabora uma taxinomia de atos ilocucionários. Isso porque o seu entendimento é de que o verbo sozinho não dá conta do ato como um todo.

Os atos ilocucionários são observados por alguns aspectos traçados na taxinomia: quanto à sua direção do ajuste (palavra-mundo e mundo-palavra); a força ilocucionário (*f*); e o seu conteúdo proposicional *p*. A natureza desses critérios serve para fazer a distinção de um tipo de ato ilocucionário e outro.

Isso porque o objetivo é classificar os diferentes tipos de força (*F*), que dão espécies diferentes de atos ilocucionários. O caminho proposto por Searle apontando os problemas da classificação austiniana é o seguinte:

1. Searle apresenta os desvios realizados por Austin. No ponto de vista de Searle, são estes desvios que tornam fraca e sem consistência a classificação de verbos performativos.
2. Avalia a classificação austiniana e revela os aspectos em que não está adequada.
3. Propõe a sintaxe de uma língua natural, no caso o inglês, como solução para resolver os pontos fracos da classe austiniana de verbos ilocucionários.

Para Searle, os problemas da classificação austiniana são os seguintes: sobreposição de verbos dentro da classificação, ausência de princípios claros, há confusão entre classes de verbos e atos ilocucionários, falta de fundamento na maioria das definições das classes, o que provoca a sobreposição das classes: vereditivo, exercitativo, comportamental e expositivo (nomenclatura austiniana).

Segundo Searle, na classificação os vereditivos estão mal colocados, os exercitativos aparentemente estão centrados no exercício da autoridade (estatutos e instituições), a classe dos compromissivos é a única delimitada corretamente, definida e inquestionável, quanto aos expositivos, estes parecem ser definidos em termos de relações discursivas, os comportamentais foram mal definidos. O

conceito do que é bom para falante e ouvinte é extremamente furtivo, isso mesmo se aplica aos expressivos.

Entendendo que falta uma definição bem delimitada de cada classe austiniana, Searle justifica a necessidade de se elaborar uma alternativa que resolva, pelo menos, os problemas supracitados.

Sendo assim, ele parte para uma avaliação da classificação de Austin e revela aspectos inadequados da lista de verbos performativos explícitos, mesmo levando em consideração o fato de a classificação ser apenas um “teste simples da primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 122).

Isso acontece, explica Searle, porque a ação de descrever é um ato de fala feito com o uso da linguagem, ou seja, para descrever um fato ou valor é preciso construir um texto oral ou escrito que o fundamente.

Em determinada situação o ato não está apenas no verbo da frase que foi pronunciada, afirma Searle, está no ato ilocucionário. O ato de fala é o todo enunciativo composto da força ilocucionária, conteúdo proposicional, direção do ajuste da palavra com o mundo (vice-versa).

Defende que a força do ato ilocucionário, distinta em cada caso, quando da emissão e de seu conteúdo proposicional, apresenta “diferentes tipos de atos ilocucionários”. Continua argumentando que ordenar é um ato de fala cuja “parte de seu propósito ilocucionário é fazer as palavras (mais precisamente, seu conteúdo proposicional) corresponder ao mundo” (SEARLE, [1979] 1995, p. 5). A partir disso, elabora a taxinomia baseada nos diferentes tipos de força, tomando como critério de análise  $F(p)$ , que significa a Força ilocucionária de uma emissão e seu conteúdo proposicional. O propósito do ato de fala refere-se ao fato de que este prescinde do estado psicológico de quem o enuncia. Por isso, para Searle, a estrutura sintática de uma ordem tem por fim afetar o ouvinte.

Searle explica que no caso da explicação (asserir ou alegar algo) a realização desse tipo de ato de fala se dá ao passo que a pessoa expressa a sua crença naquilo que está explicando. O ato ilocucionário de explicar é realizado, se e somente se, alcançar o seu propósito enunciativo, a saber, de afirmar algo usando performativos de diferentes tipos. A condição de se realizar o ato de prometer algo a alguém, é que a pessoa que fala assuma uma obrigação, pelo menos é assim que se faz uma promessa.

Searle ([1979] 1995, p. 04) afirma: “Essas condições correspondem às condições essenciais na minha análise dos atos ilocucionários, no capítulo 3 de *Speech Acts* (Searle, 1969)”. As dimensões do dizer como fazer na taxinomia se aproximam do modo imperativo da fala. Alguns resultados dessa análise são apresentados a seguir.

### 3.3 Resultados da Taxinomia: sintaxe e semântica

A Taxinomia apresenta alguns resultados para os seus objetivos. De acordo com Searle ([1979] 1995, p. 1-2), “como é de se esperar que as diferenças semânticas básicas tenham consequências sintáticas, um terceiro objetivo é mostrar como esses diferentes tipos ilocucionários básicos se realizam na sintaxe de uma língua natural, como o inglês”.

Considerando a sintaxe e a semântica uma base sólida para sua taxinomia, Searle apresenta a seguinte explicação: “para a estrutura sintática incrivelmente simples dessas sentenças parece-me ser que se trata de verbos que, em sua ocorrência performativa, encapsulam tanto a força declarativa como o conteúdo proposicional” (SEARLE, [1979] 1995, p. 43).

O foco é apresentar a proposta cuja finalidade é resolver os pontos fracos da classificação austiniana. O ponto base que justifica o ato ilocucionário encontra-se em categorias sumariamente teóricas, reforça Searle.

A taxinomia searleana vai a reboque da classificação de Austin porque, por um lado acata incondicionalmente o conceito de ato ilocucionário, e por outro, aponta problemas de base nas classes, Vereditivos, Exercitivos, Comportamentais e Expositivos.

Contudo, a base sintático-semântica se distancia da essência da teoria cunhada por Austin porque o ato de fala performativo não é dogmático, isto é, a definição não é dada como algo terminantemente definitivo, muito pelo contrário.

Como dito anteriormente, a abordagem de Searle se apresenta de modo dogmático e eminentemente hermético. No caso do pensamento de Austin, há um afrouxamento das classes e flexibilidade nas definições. A crítica de Searle a Austin põe em foco justamente a definição das classes da classificação:

1. há uma confusão persistente entre verbos e atos, 2. nem todos os verbos são verbos ilocucionários, 3. há sobreposição demais entre as categorias, 4. muitos dos verbos catalogados nas categorias não satisfazem a definição dada para a categoria, e, o que é mais importante, 5. não há princípio consistente de classificação [*grifos nossos*] (SEARLE, [1979] 1995, p. 18).

No resumo acima são apresentadas cinco dificuldades que o próprio Searle crer não ter comprovado completamente essas críticas. Inclusive, no texto, por alguma razão ele se equivoca na contagem das acusações, afirmando: “Não creio ter comprovado todas as seis acusações, e não tentarei fazê-lo nos limites desse artigo, que tem outros objetivos” (SEARLE, [1979] 1995, p. 18).

Todavia, no esquema austiniano, por sua vez, há uma definição para cada uma das classes, pois a posição filosófica está voltada para a análise dos problemas da linguagem existente na Filosofia. A preocupação de Austin está centrada, ainda, na linguagem em uso dentro de um contexto enunciativo bem definido. O performativo é definido a partir das observações de fatos ocorridos que incluem a linguagem, isto é, em fatos em que o dizer é fazer. Não obstante, Searle ([1979] 1995, p. 18-19) assume uma posição considerada dogmática:

O que me proponho a fazer é tomar o propósito ilocucionário, e seus corolários, a direção do ajuste e as condições de sinceridade expressas, como base para a construção de uma classificação. Em tal classificação, outras características – o papel da autoridade, as relações discursivas, etc. – encontrarão seu lugar apropriado.

Searle é mais firme quando diz propor uma lista de categorias básicas dos atos ilocucionários. A sentença funciona como ato, para Searle ([1979] 1995, p. 27), “O dispositivo indicador da força ilocucionária opera sobre o conteúdo proposicional para indicar, entre outras coisas, a direção do ajuste entre o conteúdo proposicional e a realidade”.

Searle se baseia no Dispositivo Indicador de Forças Ilocucionária-DIFI. É este que define o ato de fala, não se limitando ao verbo pronunciado. Assim, atos mais concretos realizados ao se usar as palavras são compostos de dispositivos cujas forças ilocucionárias executam atos.

Os atos de fala como fazer afirmações, dar ordens, perguntar e prometer são alguns exemplos austinianos que aparecem na taxinomia de Searle, cujos

dispositivos são mais abstratos, porque só ocorrem devido ao aspecto sintático da linguagem, por exemplo, referir e predicar.

Searle, para explicar que referir é diferente de relatar, por exemplo, elabora os *Diferentes tipos de diferenças entre diferentes tipos de atos ilocucionários*, subtítulo dado por Searle ([1979] 1995, p. 9) à seção que explica os dispositivos DIFI:

*Diferenças quanto ao conteúdo proposicional determinadas pelos dispositivos indicadores da força ilocucionária. As diferenças, por exemplo, entre um relato e uma predição envolvem o fato de que a predição tem de tratar do futuro, enquanto um relato pode tratar do passado ou do presente [grifos do filósofo].*

As diferenças apresentadas por Searle servem para explicar que um ato ilocucionário difere de outro e ressalta os aspectos sintáticos de sua taxinomia. Ele tenta explicar a estrutura sintática superficial das sentenças sob o ponto de vista da realização do ato de fala e seus dispositivos.

Os aspectos sintáticos da classificação são abordados para mostrar a diferença sutil entre um verbo e outro. Da mesma forma, são explicados os aspectos semânticos do uso de atos de fala. A análise sintática da linguagem não se assemelha ao critério austiniano da classificação dos verbos ilocucionários porque Austin faz a verificação da força ilocucionária a partir das classes de verbos performativos e recorre, com ressalvas, a forma gramatical da primeira pessoa do presente do indicativo da voz ativa, mas não se reduz a isso.

No caso da delimitação da abordagem dos diferentes tipos de atos ilocucionários o fundamento dos argumentos de Searle é o tripé: força ilocucionária, conteúdo proposicional e direção do ajuste. Isso o distancia da noção pragmática da linguagem, haja em vista que se concentra em uma abordagem bastante teórica cimentada na semântica e na sintaxe.

Com o eixo e o foco diferentes dos de Austin, embora tenha seguido a fórmula de separação em categorias, Searle propõe na taxinomia dos atos ilocucionários seis classes: Assertivos, Diretivos, Compromissivos, Expressivos, Declarações e Declarações assertivas.

Excetuando a definição da classe dos atos ilocucionários, o caminho trilhado por Searle segue direção oposta ao de Austin, pois na classificação austiniana dos verbos ilocucionários os critérios mais frouxos permitem que as

classes se interpenetrem. O teste do performativo explícito serve para mostrar que, às vezes, é possível reduzir o enunciado analisado para a primeira pessoa do singular do presente do indicativo ativo, quando isso é feito o verbo ilocucionário torna-se explícito. A taxinomia de Searle, ao contrário, cria corolários e definições mais rígidas, como a direção do ajuste palavra-mundo e vice-versa de cada classe proposta e os aspectos psicológicos vinculados à condição de sinceridade.

Por um lado, está Austin ao elaborar as classes de verbos ilocucionários de modo a permitir várias interpretações por conta da interpenetração das classes. Ele adota um perfil investigativo e curioso na sua pesquisa, contribuindo decididamente para a *Virada Linguística*. Por outro lado, encontra-se Searle, centrado em seu propósito de separar os atos ilocucionários. Definir conceitos e delimitar categorias. Não se pode esquecer o fato de que Searle se ocupa com pesquisas que não foram, por diversas razões, exploradas por Austin, isto é, a taxinomia dos atos ilocucionários privilegia a sintaxe e a semântica do dizer que realiza atos.

Como se pode observar, Searle apresenta caminhos distintos ao de Austin, principalmente quando se esquece das outras conferências que antecedem a décima segunda e cunha definições pouco fundamentadas.

Assim, Searle ([1979] 1995, p. IX) reconhece que:

As discussões de alguns problemas mais relevantes da Teoria dos Atos de Fala – por exemplo: metáfora, ficção, atos de fala indiretos e a classificação dos tipos de atos de fala – fariam parte de uma teoria geral do significado; nela eu pretendia mostrar de que maneira a filosofia da linguagem se funda na filosofia da mente, e em particular, como algumas características dos atos de fala se fundam na Intencionalidade da mente. O capítulo original sobre Intencionalidade, entretanto, acabou tornando-se um manuscrito do tamanho de um livro.

Essas palavras denunciam o caminho escolhido por Searle. Na realidade, pelo que sabemos até o momento’, nenhum estudo toma como base a taxinomia de Searle. Aliás, nem o próprio Searle aplicou a sua taxinomia. Com efeito, o trabalho de Searle segue direção oposta ao de Austin, conforme explicam Ponzio, Calefato e Petrilli (2007, p. 168):

Não se pode explicar a ‘força ilocucionária’, a ‘intencionalidade’ da enunciação, remontando simplesmente à intencionalidade da

mente e tomando por base as cinco categorias segundo as quais Searle classifica os atos linguísticos (assertivos, diretivos, comissivos, expressivos e declarativos).

Neste trecho Ponzio, Calefato e Petrilli ratificam a ideia de que as classes de Searle não sustentam a análise ilocucionária, isso porque se volta ao mentalismo e psicologismo. No entanto, são seis as categorias sintáticas e não cinco como afirmaram.

Além das classes citadas acima há a classe das Declarações Assertivas, posta de forma dogmática e como um desdobramento da classe das Declarações. Com isso, Searle busca explicar a questão das intenções dos atos ilocucionários segundo a noção básica da força ilocucionária, o conteúdo proposicional dos atos ilocucionários e a intencionalidade da mente.

A proposta de Searle visando resolver os pontos fracos que ele mesmo apontou na classificação austiniana se revela problemática desde a elaboração de uma taxinomia como alternativa para substituir a classificação de Austin até os corolários propostos. Um agravante é a desconsideração das onze primeiras conferências. Ao se concentrar na XII Conferência, acaba esquecendo pontos basilares da Teoria dos Atos de Fala, como a *Doutrina das Infelidades*, por exemplo, que não é sequer citada no artigo aqui analisado. Searle faz a nomeação, definição, delimitação e exemplificação de cada uma de suas classes com o intuito de listar atos ilocucionários bem delimitados.

### **3.4 Lista da Taxinomia dos Atos Ilocucionários**

Searle observa as listas de verbos ilocucionários da classificação austiniana de forças ilocucionárias e afirma que o primeiro ponto crítico desta é a essência que se perdeu quando da elaboração de listas de verbos para cada classe. Em sua opinião a postura de Austin é no mínimo esquisita, deveria ser uma lista de atos ilocucionários. Segundo Searle, é possível anunciar algo de modo ilocucionário, uma vez que anunciar não é apenas um verbo ilocucionário é o modo como o ato ilocucionário se manifesta.

Searle aponta os problemas da classificação de verbos ilocucionários, que peca nas definições da classe dos Vereditivos, Exercitivos, Comportamentais e

Expositivos, que carecem de uma delimitação mais bem fundamentada. Afirma Searle ([1979] 1995, p. 17-18):

Há ainda outra dificuldade, a de que nem todos os verbos catalogados no interior das classes realmente satisfazem as definições oferecidas, mesmo se tomadas essas definições num sentido bastante vago e sugestivo, que claramente é o pretendido por Austin. Assim, *nominate* (nomear), *appoint* (designar) e *excommunicate* (excomungar) não são ‘proferir uma decisão favorável ou desfavorável a uma certa linha de ação’.

A classe dos Compromissivos não é criticada. Esse conceito serve de modelo para o desenvolvimento da taxinomia, cujo fim é corrigir problemas de consistência e princípio básicos.

A definição de quatro das cinco classes desenvolvidas por Austin é vaga porque mistura verbos distintos em uma mesma classe, critica Searle ao dizer que Austin poderia ter dito que se realiza ação e não que se advoga uma ação. Searle ([1979] 1995, p. 18) explica ainda:

Isto é, no sentido em que poderíamos concordar que ordenar, mandar e exortar alguém a fazer algo são todos casos de advogar que esse alguém o faça, não podemos concordar que nomear ou designar também seja advogar. Ao designá-lo presidente, não advogo que você seja ou se torne presidente; eu o faço presidente.

Diferentes verbos foram catalogados de modo confuso, ou seja, os verbos que compõem uma determinada classe não estão delimitados, por isso é que as classes se sobrepõem umas as outras. Nesse trecho Searle não cita que classes estão sobrepostas.

Essas acusações de Searle parecem dogmáticas. O fato é que nas primeiras linhas do artigo analisado, o objetivo principal é claro, a saber, desenvolver uma classificação arrazoada dos atos ilocucionários. Não obstante, para elaborar essa taxinomia parte do modelo de classificação de Austin, centra-se em críticas e toma uma direção oposta quando adota critérios da sintaxe e da semântica. Isso distancia e acaba desenvolvendo outra coisa, a saber, a Teoria dos Atos de Fala Indiretos.

Essa teoria não é uma continuidade do pensamento austiniano, pois a base é sintática e semântica. Na base da criação austiniana está a pragmática. Como se vê, há entre Searle e a visão pragmática austiniana uma grande distância.

Na taxinomia dos atos ilocucionários Searle defende a hipótese de que é o verbo que liga o sujeito ao predicado, mas isso não é um fator de realização de atos ilocucionários. Se se considerar os verbos da língua inglesa pode-se constatar que na classificação de Austin encontram-se os verbos: “*affirm* (afirmar), *deny* (negar), *state* (enunciar), *class* (classificar), *identify* (identificar), *conclude* (concluir) e *deduce* (deduzir). Todos eles estão catalogados como expositivos, mas também poderiam facilmente ter sido catalogados como vereditivos” entende Searle ([1979] 1995, p. 16). Sobre a classificação de Austin Searle critica a sobreposição de classes, complementa afirmando que “uma vista d’olhos em sua lista de expositivos (pp.161-2) é suficiente para mostrar que a maioria dos seus verbos se ajusta à sua definição dos vereditivos, tanto quanto *describe*” [grifo do filósofo].

Outra crítica em relação à confusão entre as classes austinianas: “Austin cataloga *dare* (afrontar), *defy* (desafiar) e *challenge* (contestar) ao lado de *thank* (agradecer), *apologize* (desculpar-se), *deplore* (deplorar) e *wellcome* (dar as boas-vindas), como comportativos” (SEARLE, [1979] 1995, p. 17). Critica essa lista por considerar que a força ilocucionária do ato de “denunciar” é oposta ao de “dar as boas vindas”, e mais, o fato de ambos os verbos terem sido colocados por Austin na mesma categoria, fez com que este se enganasse e confundisse as coisas.

Estes e outros pontos foram questionados. Deles surgiu a construção da taxinomia alternativa à classificação de Austin. A crítica de Searle sobre a definição das categorias austinianas é apresentada por Ottoni (1998, p. 55):

Para Searle não há distinção, enquanto ato intencional ou constituído de uma ação, entre o ato de fala escrito e o falado. A fala e a escrita são definitivamente atividades intencionais conscientes, mas o aspecto dos atos ilocucionários não implicam que exista um conjunto separado de estados conscientes além de apenas a fala e a escrita (p. 202). Para Searle, falar e escrever comportam uma intenção e é o caráter convencional do enunciado performativo e do ato ilocucionário que possibilitará a interação.

Ottoni explica a relevância de o ato ser intencional e convencional, aliás, sobre a intencionalidade o próprio Searle ([1979] 1995, p. IX) reconhece: “quando a *cauda* intencionalista cresceu mais que o cachorro linguístico, pareceu-me que a melhor idéia seria publicar esses estudos como volume separado”.

Essa é uma das razões que justifica a diversidade de temas apresentado nos ensaios reunidos em *Expressão e significado*. De certo modo, estão vinculados à filosofia da linguagem.

Searle ([1979] 1995, p. 12-13) reconstrói a classificação da seguinte forma: vereditivos: “consistem na pronúncia de um veredito, oficial ou não-oficial, sobre a evidência ou as razões relativas a valor ou fato, tanto quanto estes possam distinguir”. Exercitivos são verbos que consistem em “proferimentos de decisões favoráveis ou desfavoráveis, respeitando a linha de ação que aquele que está proferindo adota”. O propósito dos compromissivos “é comprometer o falante com uma certa linha de ação”. Expositivos “são usados em atos de exposição que envolvem a explanação de concepções, a condução de argumentos e o esclarecimento de usos e referências”. Comportativos: “inclui a noção de reação ao comportamento e à sorte de outras pessoas, e a noção de atitude e expressão de atitude diante da conduta passada ou iminente de alguém”.

### 3.5 Elaboração da taxinomia alternativa à classificação de Austin

Searle afirma ter partido da classificação austiniana para elaborar a sua taxinomia, isso porque ele adota, de modo irrestrito, a definição de ato ilocucionário, isto é, do dizer como fazer, da palavra dita que é um ato.

Excetuando a classe dos compromissivos, para Searle, o erro de Austin foi ter se baseado em verbos ilocucionários. Por isso, propõe as seguintes etapas quando da elaboração da taxinomia, que serve como alternativa à de Austin:

- a) Na perspectiva searleana uma taxinomia só será fundamentada corretamente, se se considerar a condição de sinceridade, além de sua base formada pelo tripé: Força ilocucionária, conteúdo proposicional e direção do ajuste.
- b) Os atos ilocucionários são de seis tipos distintos: Assertivos, Diretivos, Compromissivos, Expressivos, Declarações e Declarações assertivas.

- c) Os atos ilocucionários devem ser analisados a partir de seus propósitos enunciativos.

Não se deve esquecer de que para Searle há corolários, que são proposições deduzidas, imediatamente, da revisão que ele engendrou sobre a classificação dos atos ilocucionários da Teoria dos Atos de Fala.

A categoria dos Assertivos dá ênfase ao propósito ilocucionário. Para ele, essa categoria valida o caráter do verdadeiro e do falso. Esse entendimento não é parte do pensamento de Austin, uma vez que ao longo da argumentação da Teoria dos Atos de Fala tal distinção (performativo-constatativo) foi abandonada por falta de consistência filosófica.

Nessa classe, Searle propõe que os proferimentos estejam relacionados ao comprometimento do falante. Para ele, este comprometimento tem diferentes graus. As palavras devem se ajustar ao mundo a partir daquilo que o falante crê (condição do ajuste: palavra-mundo). O propósito ilocucionário dos assertivos se dá, afirma Searle ([1979] 1995, p. 19), na medida em que “todos os membros da classe assertiva são avaliáveis na dimensão de avaliação que inclui o verdadeiro e o falso”. Como exemplo de verbos assertivos ele cita: “*boast* (gabar-se) e *complain* (reclamar)” (SEARLE, [1979] 1995, p. 20).

Sobre a categoria dos Diretivos Searle ([1979] 1990) afirma que um diretivo é tentar levar o ouvinte a fazer algo. Ao fazer esta tentativa, o falante está emitindo atos de fala diretivos, Searle ([1979] 1995, p. 5) afirma: “os verbos que denotam os membros dessa classe são: *Ask* (pedir, convidar), *order* (ordenar), *command* (mandar), *request* (pedir e suplicar)”. Explica Searle ([1979] 1995, p. 21): “seu propósito ilocucionário consiste no fato de que são tentativas (em graus variáveis, e por isso são, mais precisamente, determinações do determinável que inclui tentar) do falante de levar o ouvinte a fazer algo”. A direção do ajuste de proferimentos diretivos é a seguinte: o mundo se ajusta às palavras (mundo-palavra) de acordo com a vontade (ou desejo).

Categoria dos Compromissivos: acatada a definição austiniana dos compromissivos, sem restrições. Searle afirma que esta é uma classe com a definição coerente, mas faz uma pequena ressalva:

A definição de Austin dos compromissivos parece-me inatacável; aproprio-me dela sem modificações, com a ressalva de que muitos

dos verbos que ele cataloga como verbos compromissivos absolutamente não pertencem a essa classe, como *shall* (haver de), *intend* (ter a intenção de), *favor* (favorecer) e outros (SEARLE, [1979] 1995, p. 22).

A direção do ajuste dos atos de fala compromissivos parte do mundo à palavra (mundo-palavra) e a intenção é uma forte condição de sinceridade para a realização de um compromissivo. Os atos ilocucionários com o propósito de comprometer o falante tem uma linha de ação cujo ato a ser realizado é altamente comprometedor. Searle critica Austin por ter catalogado verbos como sendo compromissivos, quando na realidade não o são.

Quanto à categoria dos Expressivos, ao externar um estado psicológico, por exemplo, crença, desejo e intenção, o sujeito está proferindo um ato de fala expressivo, que não tem direção do ajuste. A verdade de um expressivo é pressuposta, como afirma Searle ([1979] 1995, p. 23), quando da realização de um ato ilocucionário expressivo “o falante não está tentando fazer com que o mundo corresponda às palavras, nem está tentando fazer com que as palavras correspondam ao mundo; pelo contrário, a verdade da proposição expressa é pressuposta”.

Os atos ilocucionários da classe dos expressivos são usados pelo sujeito para expressar o seu estado psicológico, isto é, a condição de sinceridade externada por meio da linguagem verbal ao agradecer, congratular, desculpar-se, dar pêsames, deplorar e dar as boas-vindas.

Os atos ilocucionários se definem pela realização com sucesso do falante quando este emite um proferimento, e é com esse dizer que fazemos algumas coisas. Searle defende a tese de que suas classes, na taxinomia dos atos ilocucionários, são definições que observam a adequação entre o dito e o que realmente acontece. Mas, não seria justamente essa a preocupação de Austin?

Searle acompanha Austin, quando entende que na classe das Declarações estão os atos de fala passíveis de seres avaliados na dimensão do dizer como fazer, cuja direção do ajuste é palavra-mundo. Searle ([1979] 1995, p. 26-27) explica: “as declarações produzem uma alteração no estatuto ou condição do referido em relação a objeto ou objetos tão-somente em virtude do fato de se ter conseguido realizar a declaração. Essa característica das declarações distingue-as de outras categorias”.

Desse modo, declarar é realizar coisas com palavras, similar ao ato de prometer. “O propósito ilocucionário declaracional; a direção do ajuste é tanto palavra-mundo quanto mundo-palavra, em virtude do caráter peculiar das declarações; não há condição de sinceridade” (SEARLE, [1979] 1995, p. 29).

Mesmo as frases consideradas tradicionalmente como sendo declarações, são estas realizadoras de atos de fala. Declarar que “Você está fora do jogo” e/ou “Você é culpado” é agir com palavras.

Não é enfatizada a questão da instituição extralingüística no início de seu ensaio crítico. Contudo, isso não passa despercebido por Searle ([1979] 1995, p. 28): “Austin às vezes fala como se todos os performativos (e, na teoria dos atos geral, todos os atos ilocucionários) requeressem uma instituição extralingüística, mas é claro que isso não acontece”.

Essa crítica se fundamenta na noção sintático-semântica da linguagem, como denominamos nesta tese. Considera o fato de que nem todo ato de fala requer uma instituição para ser um dizer realizador de coisas no mundo. Nesse sentido, declarar algo tem força de ato sem requerer o respaldo de uma instituição:

Há duas classes de exceções ao princípio de que toda declaração requer uma instituição extralingüística. Em primeiro lugar, há declarações sobrenaturais. Quando, por exemplo, Deus diz ‘Faça-se a luz’, trata-se de uma declaração. Em segundo lugar há as declarações que dizem respeito à própria linguagem, como, por exemplo, alguém diz ‘Eu defino, abrevio, nomeio, denomino ou intitulo (SEARLE, [1979] 1995, p. 28).

Há declarações que não requerem instituições. Contudo, Searle ([1979] 1995, p. 30) reconhece que:

Se o árbitro proclamar que você está fora do jogo (e isso for confirmado em caso de recurso), então, para os efeitos do beisebol, você estará fora do jogo, não importam os fatos em causa; se o juiz declará-lo culpado (e isso for confirmado em caso de recurso), então, para os efeitos da lei, você é culpado. Não há nada misterioso nesses casos. Instituições caracteristicamente requerem atos ilocucionários a serem proferidos por autoridades de vários tipos, com a força de declaração.

Searle entende que a institucionalização é considerada necessária em certos contextos enunciativos, ela garante a validação do ato de fala. Com o

respaldo da instituição o árbitro está imbuído da autoridade de apitar o jogo. Imprescindivelmente, é preciso ajustar o conteúdo declarado ao ato realizado com palavras. Há situações em que não se pode prescindir do dizer institucional para validar alguns atos de fala.

Nesse entendimento, os atos ilocucionários são realizados com o dispositivo indicador da força ilocucionária (DIFI) operando sobre o conteúdo proposicional, indicando, entre outras coisas, a direção do ajuste. No caso das declarações, esta direção ocorre entre o conteúdo proposicional e a realidade (palavra-mundo).

Para acontecerem com sucesso, os atos do tipo declarações estão atrelados ao contexto enunciativo, embora seja possível dizer algo e realizar ato de fala declarativo sem que haja uma instituição respaldando, adverte Searle ([1979] 1995, p. 26):

A característica definidora dessa classe [*Declarações*] é que a realização bem-sucedida de um de seus membros produz a correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade, a realização bem-sucedida garante a correspondência entre o conteúdo proposicional e o mundo: se sou bem-sucedido em realizar o ato de designá-lo presidente, então você é o presidente; [*Grifo nosso*].

Vê-se que neste ponto, Searle acompanha o pensamento de Austin e percebe os casos paralelos do ato de fazer um enunciado como sendo uma forma de realizar atos de fala. Nesse sentido a ideia de Searle acerca da declaração coaduna com a definição de Austin. Ambos consideram a classe das declarações como sendo dizeres realizadores de atos ilocucionários. Assim, não apenas a classe dos compromissivos foi acatada por Searle.

Para Searle há, ainda, a Declaração assertiva. Toda declaração assertiva é proferida por alguém que tem a força ilocucionária institucional, a qual está dentro do contexto enunciativo, cuja condição de sinceridade do conteúdo proposicional é somada à crença daquele que declara e daquilo que está sendo feito:

Diferentemente das outras declarações, (*as declarações assertivas*) partilham com os assertivos uma condição de sinceridade. O juiz, o júri e o árbitro podem logicamente dizer mentiras, mas a pessoa que declara guerra ou nomeia para um cargo não pode mentir ao

realizar o seu ato ilocucionário [*Grifos nossos*] (SEARLE, [1979] 1995, p. 30).

Quando imbuído institucionalmente no exercício da profissão, o profissional não pode proferir inverdades, pois no momento em que faz alguma coisa com palavras esta ação é realizada em nome da instituição que ele está representando. A direção do ajuste e a força de uma declaração assertiva são somadas às crenças de que é a condição de sinceridade do conteúdo proposicional que garante o sucesso deste tipo de ato de fala.

Uma ideia que está na teoria de Austin e é acompanhada por Searle é que tanto na teoria austiniana quanto na searleana, os atos de fala podem ser bem ou mal sucedidos. Uma declaração assertiva exige da pessoa que a faz sinceridade. Neste caso específico, não é dada à pessoa que faz declarações assertivas a possibilidade de escolha para agir de modo sincero ou insincero. Por ser um representante da instituição, este profissional não pode mentir.

No caso específico, o profissional deve ser oficialmente designado para declarar as decisões institucionais, ao fazer essas declarações assertivas eles assumem a responsabilidade dos proferimentos oficiais.

Neste ponto há uma observação a ser feita, o fato de Austin reconhecer o uso da linguagem com sinceridade. Da mesma forma, Searle apresenta as declarações assertivas, que são atos de fala com instâncias institucionais coladas à realidade, ligadas ao propósito ilocucionário e atreladas às pessoas e às suas declarações com o conteúdo proposicional e condições do ajuste.

Este não é o único ponto em que a taxinomia de Searle se aproxima da classificação de Austin. Como dito, a classe dos diretivos apresenta a mesma direção do ajuste dos compromissivos, assume Searle ([1979] 1995, p. 22):

Se a direção do ajuste é a mesma para compromissivos e diretivos, teríamos uma taxinomia mais elegante se pudéssemos mostrar que eles são realmente membros de uma mesma categoria. Sou incapaz de fazê-lo, porque enquanto o propósito de uma promessa é o de comprometer o falante a fazer algo (e não necessariamente tentar levá-lo a fazer algo), o propósito de um pedido é o de tentar levar o ouvinte a fazer algo (e não necessariamente comprometê-lo ou obrigá-lo a fazer algo).

Nesse trecho Searle admite que em sua taxinomia haja duas categorias distintas, porém com a mesma direção do ajuste. Contudo, criticou Austin de fazer uma sobreposição de categorias e acabou caindo no mesmo problema.

Este é um problema recorrente na taxinomia. “Alguns membros da classe das declarações sobrepõem-se a membros da classe dos assertivos”, assume Searle ([1979] 1995, p. 29).

Por exemplo, a classe das declarações assertivas tem a direção do ajuste inicial palavra-mundo, simultaneamente ligada a esta direção há a direção do ajuste mundo-palavra. Isso deve ocorrer para que o ato de fala do tipo declaração assertiva seja bem sucedido. Além da condição do ajuste aquele que pratica o ato com palavras deve agir com sinceridade, ele precisar ter a crença no conteúdo proposicional que está executando.

Assim, ‘Você está demitido’ e ‘Renuncio’ não parecem permitir uma distinção entre força ilocucionária e conteúdo proposicional, mas julgo que, de fato, ao serem usadas para realizar declarações, sua estrutura semântica seja: ‘Declaro: seu emprego terminou’, ‘Declaro: minhas funções terminaram’ (SEARLE, [1979] 1995, p. 26).

Nesse sentido, as declarações funcionam como atos ilocucionários por razões óbvias, o dizer é o ato de realizar coisas por pessoas engajadas na situação de linguagem e os proferimentos, bem como suas consequências, são atos de fala, estando uma instituição respaldando esse fazer coisas com palavras temos as declarações. Conforme resume Searle ([1979] 1995, p. 27):

A distinção original entre constativo e performativos pretendia ser uma distinção entre emissões que consistem em dizer (constativo, enunciados, asserções, etc.) e emissões que consistem em fazer (promessas, apostas, advertências, etc. ). O que estou chamando de declaração foi incluído na classe dos performativos. O principal tema da obra madura de Austin, *How to Do Things with Words*, é a falência dessa distinção. Assim como dizer certas coisas é casar-se (um ‘performativo’), dizer certas coisas é fazer uma promessa (outro ‘performativo’), dizer certas coisas é fazer um enunciado (supostamente um ‘constativo’).

Como veremos no capítulo seguinte mais detalhadamente, esse trecho é um dos pontos, da taxinomia, que está pautado na classificação, ao mesmo tempo em que se distancia desta. O pensamento de Austin considera o proferimento

performativo, a visão sintático-semântica de Searle observa os Dispositivos Indicadores da Força Ilocucionária (DIFI), na qual os atos ilocucionários estão intrinsecamente ligados ao estado psicológico do sujeito que o realiza.

## 4 Avaliação da taxinomia alternativa à classificação de Austin

*Podemos afirmar, então, que quando analisamos a linguagem nossa finalidade não é apenas a linguagem enquanto tal, mas investigar o contexto social e cultural no qual é usada as práticas sociais, os paradigmas e valores, a 'racionalidade', enfim, desta comunidade, elementos estes dos quais a linguagem é indissociável. A linguagem é uma prática social concreta e como tal deve ser analisada. Não há mais uma separação radical entre 'linguagem' e 'mundo', porque o que consideramos a 'realidade' é constituído exatamente pela linguagem que adquirimos e empregamos.*

*Marcondes (1990).*

Para avaliar as críticas feitas por Searle à classificação de Austin, neste capítulo, é necessário retomar alguns pontos apresentados anteriormente, principalmente os pontos fracos da classificação, que foram apresentados por Searle.

Por um lado a taxinomia toma como direção o conceito de ato ilocucionário, tal como concebido na Teoria dos Atos de Fala e adota como corolários a direção do ajuste da palavra ao mundo, ou vice-versa. Por outro lado, na classificação austiniana a força ilocucionária é testada a partir de proferimentos reduzidos à simples forma da primeira pessoa do singular do indicativo da voz ativa.

Para chegar ao performativo explícito Austin sugere uma consulta ao dicionário buscando listar cada classe de verbos performativos: Vereditivos, Exercitivos, Compromissivos, Comportamentais e Expositivos.

Buscamos comprovar a hipótese de que há impropriedade na noção sintático-semântica da linguagem e, com isso, demonstrar a consistência da visão pragmática de linguagem evidenciando os pontos que distancia o entendimento de Searle do de Austin.

Embora Searle afirme que o objetivo é propor uma taxinomia como alternativa à classificação de Austin, ele acaba desenvolvendo uma noção de linguagem baseada na sintaxe e na semântica, pensando em resolver o que ele próprio apontou como pontos das classes de força ilocucionária apresentadas por Austin na XII Conferência.

Não obstante, Searle caiu no esquecimento e desconsiderou a Teoria Geral dos Atos de Fala. Nesta, Austin deixou claro o seu objetivo ao desenvolver um instrumento de análise de atos de fala, dizendo que a classificação é necessária, principalmente, quando há verbos performativos primários no dizer como fazer, mas que não é o único método de esclarecer os atos de fala performativos.

A classificação é tida pelo criador da Teoria dos Atos de Fala como um dos meios de análise para averiguar problemas filosóficos. Sendo assim, em cada uma das cinco classes de verbos performativos há uma força preponderante, que é a força realizadora da ação e geradora de atos de fala, que podem ser felizes ou infelizes.

Austin anuncia a classe dos comportamentais, por exemplo, dizendo que estão inseridos na esfera do comportamento linguístico do ser humano (reações ao comportamento dos outros quando usam a linguagem e se destina a expressar atitudes e sentimentos). É analisada a frase, cujo verbo performativo pode aparecer de modo implícito/elíptico ou explícito, o qual realiza atos de fala efetivos.

Ocorre que a base do pensamento austiniano é distinta da proposta por Searle porque o que fundamenta a Teoria dos Atos de Fala é a força ilocucionária, o proferimento performativo. Enquanto que o pensamento de Searle tem como base a sintaxe e a semântica, com isso há um esquecimento dos propósitos específicos da Teoria dos Atos de Fala, especificamente, o dizer como fazer em contextos bem definidos, assim como não é considerada a Doutrina das Infelicidades.

O teste do performativo explícito serve para identificar a força do proferimento, um tipo de proferimento que requer uma análise é aquele que

apresenta o verbo implicitamente, por exemplo, dizer “Eu virei te ver amanhã” é se comprometer com outro, ou melhor, é prometer que algo a alguém mesmo que o verbo “Prometer” não esteja explícito.

Ditos como esses levam em consideração a intenção do falante (voltar no outro dia), porque ele fez um tipo de promessa. Esta envolve duas pessoas em um contexto de final de encontro com uma promessa de reencontro próximo.

Partindo do pressuposto de que a promessa compromete as pessoas que dizem esses tipos de frases, faz-se necessário o engajamento das pessoas, que sigam agindo adequadamente. A força ilocucionária desse tipo de proferimento, segundo Austin, é performativa, que se fosse reduzir ao performativo explícito o sujeito diria assim: “Eu prometo a você que voltarei amanhã”.

Assim, é possível classificar a força ilocucionária do proferimento, que se se dissesse: “Até amanhã”, estando em contexto definido como o descrito anteriormente, pode-se assegurar que houve um ato de fala, ou seja, proferimento performativo da classe dos compromissivos.

Para analisar a força de um proferimento pode-se reduzir o proferimento a um performativo explícito, evidenciar o verbo usado e constatar na classificação se o proferimento na forma da primeira pessoa do presente do indicativo ativo se enquadra em uma das cinco classes propostas por Austin.

Na perspectiva de Searle ([1979] 1995, p. 44) essa classificação apresenta problemas, e é preciso distinguir “uma taxinomia de atos ilocucionários e uma taxinomia de verbos ilocucionários”.

A distinção entre atos e verbos ilocucionários, de acordo com Searle, é a seguinte: os atos consistem em *Força ilocucionária* do dito, seu *Conteúdo Proposicional*  $F(p)$  e direção do ajuste (palavra-mundo); para Searle ([1979] 1995, p. 3) “Os verbos ilocucionários fazem sempre parte de uma língua específica: francês, alemão, inglês, ou outra qualquer”.

Searle, em sua taxinomia, se pauta nessa distinção, desloca a base da Teoria dos Atos de Fala, retira o proferimento performativo com verbos ilocucionários e coloca o ato ilocucionário ( $F(p)$ , direção do ajuste entre o mundo e a palavra, ou vice-versa).

Digamos que isso muda a direção da investigação proposta por Austin, e, por conseguinte, cria outra argumentação que baseia as categorias da taxinomia dos atos ilocucionários.

A mudança é tão profunda que na taxinomia as definições são estruturadas em árvores sintáticas, sendo que as análises semânticas se aproximam mais da análise Linguística, se distanciando da análise dos estudos referentes às investigações filosóficas.

Uma sentença, para Searle, tem componentes com força e conteúdo, conforme enumera Marcondes (2003, p. 170):

Searle define também sete componentes da força ilocucionária em termos dos quais os tipos propostos são definidos: 1) objetivo ilocucionário (illocutionary point); 2) grau de força do objetivo ilocucionário; 3) modo de realização; 4) condição do conteúdo proposicional; 5) condição preparatória; 6) condição de sinceridade; 7) grau de força da condição de sinceridade.

Como se observa, a força da proposição são os atos de fala e o conteúdo proposicional é a referência. Nesta perspectiva, portanto, Searle considera orações subordinadas e estrutura da língua, não se encaixando na pesquisa pragmática do uso da linguagem.

O próprio Searle ([1979] 1995, p. 31) denuncia a análise por meio da estrutura das orações principal e subordinada:

Já que todas as sentenças que consideraremos conterão um verbo performativo na oração principal e uma oração subordinada, abreviarei as estruturas de árvores usuais da seguinte maneira: por exemplo, a sentença, *I predict john will hit Bill* (Eu predigo que John baterá em Bill) tem a estrutura profunda mostrada a figura 1. Vou abreviá-la simplesmente assim: *I predict + John will hit Bill*.

Vê-se que na investigação acima as sentenças consideradas apresentam um verbo performativo, uma oração principal e outra subordinada. Embora Searle critique Austin por classificar verbos performativos, em sua análise o verbo está em evidência, o que demonstra que classificar o proferimento que tem o verbo performativo é mais seguro, como fez crer Austin.

Além de Searle, depois que Austin sugere a classificação, outros estudiosos apresentaram propostas para classificar os atos de fala, a maioria deles propôs estudos que não lograram êxito, conforme elenca Rajagopalan (2010, p. 46), os autores abaixo tentaram elaborar classificações similares a proposta por Austin:

Vendler (1972), Ohmann (1972), Fraser (1947b), van Ek e Alexander (1976), Sinclair e Coulthard (1975), Candlin et alii (1976), Holdcroft (1978), Bach e Harnish (1979), Verschueren (1980), Ballmer e Brennenstuhl (1981), Edmundson (1981) etc, etc. Diante de tantos insucessos sucessivos, atualmente já não se vê mais tamanho entusiasmo nesse sentido entre os estudiosos.

Alguns estudos tentaram elaborar classes de atos ilocucionários e, por certo, cada taxinomia tem o seu valor. Contudo, não suplantam a classificação austiniana porque não foram bem sucedidas.

Entre tantas tentativas, a de Searle ganhou destaque na literatura. Esta, na realidade, é uma proposta de avaliação aparentemente despreziosa da classificação austiniana. Contudo, acaba abrindo espaço para discussões acerca da metodologia de análise proposta na Teoria dos Atos de Fala. Tal debate se insere na distinção, abandonada por causar outros problemas, entre performativos e constataivos. Inicialmente essa distinção foi necessária para refutar o entendimento de que a declaração servia apenas para descrever a realidade e representar o mundo.

No tocante às frases declarativas é preciso entender que ao se fazer uma declaração se tem força ilocucionária, desde que este dito se enquadre no contexto bem delimitado, com pessoas engajadas em fazer o que estão declarando. É certo que a declaração tal como entendeu a tradição é uma abstração, conforme explica Austin ([1962] 1990, p. 121):

A doutrina da distinção performativo/constatativo está para a doutrina dos atos locucionários e ilocucionários dentro do ato de fala total como toda teoria especial está para a teoria geral. E a necessidade da teoria geral surge simplesmente porque a ‘declaração’ tradicional é uma abstração, um ideal, e assim o é também sua tradicional verdade ou falsidade.

A propósito disso, antes de desenvolver a sua classificação Austin ([1962] 1990, p. 121-122) sugere, em particular, as seguintes conclusões: “(A) O ato de fala total na situação de fala total é o *único* fenômeno que, em última instância, estamos procurando elucidar”. Conforme citado anteriormente, ao sugerir esta primeira conclusão o filósofo inglês deixa clara a indefinição sobre o ato de fala total. “(B) Declarar, descrever, etc. *são apenas dois* nomes, dentre muitos que designam atos ilocucionários; não ocupam uma posição *sui generis*”. Ao afirmar

isso o filósofo critica o entendimento tradicional da linguagem como representação e descrição da realidade. Defendendo a concepção de que dizer é fazer coisas com palavras, critica a visão da linguagem como adequação:

(C) Em particular, não ocupam uma posição *sui generis* quanto a estarem relacionados aos fatos de forma *sui generis* chamada de verdadeira ou falsa, porque a verdade e a falsidade não são (exceto por meio de uma abstração artificial sempre possível e legítima para certos propósitos) nomes de relações, qualidades, ou o que seja, mas sim da dimensão de apreciação de como as palavras se situam quanto à sua adequação aos fatos, eventos, situações, etc., a que se referem.

Ao dizer que a verdade ou falsidade como adequação é apenas uma forma de ver o ato de fala, torna evidente a possibilidade de apreciação das palavras em dimensões distintas. Logo, abre espaço para posicionamentos diversos, e até, díspares com relação ao seu pensamento.

Ainda na apresentação das conclusões, (D): “Do mesmo modo, o familiar contraste entre ‘normativo ou valorativo’ e factual está precisando, como tantas outras dicotomias, ser eliminado”.

Nesse ponto o filósofo defende a visão performativa da linguagem e, afirma, “(E) podemos bem suspeitar que a teoria do ‘significado’ como equivalente a ‘sentido e referência’, vai certamente necessitar de alguma depuração e reformulação em termos da distinção entre atos locucionários e ilocucionários”.

Entenda-se o velho ‘sentido e referência’ sob a influência dos pontos de vista correntes, essa recomendação amplia as inúmeras possibilidades de pesquisa sobre a depuração e reformulação da distinção que Austin esboçou.

No entendimento austiniano, portanto, a direção é pragmática porque toda a classificação considera o contexto, as pessoas que usam a linguagem e a linguagem em uso com significados dentro de determinadas situações e contendo verbos performativos.

Searle, por sua vez, aponta para a direção mais distante possível da ação concreta com a linguagem e adere ao fator dogmático quando toma por base os aspectos *sintático-semânticos* do dizer, fundamentando a taxinomia na análise sintática da frase, sem priorizar o contexto.

Assim, além de não acrescentar nada de novo ao que Austin desenvolveu, Searle cria alguns problemas de outra ordem, como a análise ideal da frase por meio de árvores sintáticas. Os textos: *actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem* (SEARLE, [1969] 1981) e *Expressão e significado: estudos da Teoria dos Atos de Fala* (SEARLE, [1979] 1995) são dedicados à estudos referentes à linguagem. Neste último, além do ensaio que é *corpus* desta pesquisa, está a pesquisa dos atos de fala indiretos.

Austin, em sua classificação define cada categoria, elenca os verbos performativos e analisa as situações de linguagem em que as classes se interpenetram. Sendo assim, além de elaborar a classificação, Austin a aplica.

#### **4.1 Detalhamento das Classes de Austin em comparação com as de Searle**

Consoante ao que afirma Marcondes (2003, p. 25) é “um método de análise de problemas filosóficos através da linguagem, a Teoria dos Atos de Fala”. Os atos de fala, a depender do contexto e das pessoas envolvidas, transformam realidades. Pelo menos, os conceitos-chave, a saber, atos ilocucionários, proferimentos performativos e força ilocucionária, da Teoria dos Atos de Fala, são imprescindíveis ao estudo analítico dos problemas investigados pela Filosofia da Linguagem Ordinária. Além disso, as classes de força ilocucionária austiniana propiciam as análises de proferimentos performativos, e por conseguinte, definem o ato de fala realizado.

O estudo realizado por Searle (denominado, aqui, de noção sintático-semântica da linguagem), no entanto, não é uma abordagem que segue o caminho da pragmática, uma vez que se volta para a estrutura da língua e não para o seu uso.

Por um lado, na justificação austiniana dos atos de fala é refutada a percepção tradicional dos estudos da linguagem, sobretudo a que considera a linguagem como algo puramente descritivo ou representativo. Na realidade, a tradição classificou assim a linguagem por não ter despertado para o caráter pragmático da linguagem, que “ao dizer” ou “por dizer” algo se faz coisas, em determinadas situações.

Por outro lado, Searle critica a classificação proposta na Teoria dos Atos de Fala, afirmando que não tem princípios. Ao criticar as definições das classes de força ilocucionária, e ignorar o teste do performativo explícito, usado para identificar o ato realizado acaba desconhecendo a teoria austiniana como um todo.

Não obstante, o teste do performativo explícito, apresentado por Austin quando da culminância de suas conferências em Harvard, isto é, na décima segunda conferência, visa esclarecer o dizer que realiza ação, assim como o dizer que pode ser infeliz e provocar algum problema. Por meio da classificação se observa os proferimentos primários levando em consideração o contexto, o dizer realizador de ações e os enunciados que nada descrevem nem relatam, os atos de fala.

Assim, “Eu aposto contigo que o meu time vai ser campeão”, “Eu batizo este computador de Rosinha”, “Eu declaro guerra ao alcoolismo”, entre outros proferimentos, são exemplos de atos de fala, desde que dito em determinadas circunstância e realizem ações efetivas.

Ações com o uso da linguagem foram examinadas, também, por Searle. Digamos que a taxinomia deste pensador ganha destaque, segundo Rajagopalan (1996, p. 15), porque invoca “seu próprio (e supostamente merecido) *status* de herdeiro intelectual de Austin”. Não obstante, não se pode comungar com esta ideia, haja em vista que ignora a visão performativa e enaltece o que denominamos, aqui, de noção sintático-semântica de linguagem.

Nessa, a performatividade da linguagem dá lugar a análises focadas tanto na sintaxe como na semântica. Para Rajagopalan (1996, p. 109), é possível que o posicionamento de Searle servisse, pelo menos, para “assegurar que Austin permanecesse na respeitável tradição da Filosofia Analítica”.

A classificação austiniana propõe cinco classes que se interpenetram e se definem a partir do contexto em que o ato de fala aconteceu, fazendo com que o sujeito falante realize ações. Tais interpenetrações não são sobreposição de classes, como critica Searle.

Essa classificação é entendida como mecanismo de análise, desenvolvido para evidenciar o performativo explícito. O princípio da Teoria dos Atos de Fala é a performatividade do dizer como fazer e o da classificação é a força ilocucionária do verbo. Este, nem sempre aparece explicitamente.

O quadro comparativo abaixo, elaborado com base na classificação de Austin e na taxinomia de Searle, é uma tentativa de síntese de cada categoria, a partir das definições dadas por cada filósofo.

<b>QUADRO COMPARATIVO</b>	
<b>Classes de Força Illocucionária Austin ([1962] 1990)</b>	<b>Taxinomia dos Atos Illocucionários Searle ([1979] 1995)</b>
Vereditivos: emitir vereditos	Assertivos: verdade da proposição expressa
Exercitivos: exercício de poderes e direitos	Diretivos: tentar levar o ouvinte a fazer algo
Comissivos: prometer ou assumir algo	Compromissivos: prometer ou assumir algo
Comportamentais: atitude e comportamento	Expressivos: expressar um estado psicológico
Expositivos: expor argumentos	Declarações: realização do dizer no mundo
-	Declarações Assertivas: condição de sinceridade

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro acima estão apresentados, de modo resumido, as definições das categorias ditadas pelos filósofos Austin e Searle, sucessivamente.

Em seguida confrontamos cada classe, evidenciando as particularidades acentuadas por cada filósofo.

<b>Classes de Força Illocucionária Austin ([1962] 1990)</b>	<b>Taxinomia dos Atos Illocucionários Searle ([1979] 1995)</b>
Vereditivos	Assertivos
A instituição respalda o ato de fala que deve estar adequado à verdade ou falsidade da ação.	O falante se compromete em grau ou crença adequada ao valor de verdade em relação ao fundamento do dito que realiza ação.

Fonte: Elaboração própria.

Os proferimentos performativos classificados como Vereditivos são emissões de juízos de valor sobre algo, seja este “oficial ou extra-oficial, sobre evidências ou razões quanto ao valor ou ao fato, na medida em que são passíveis de distinção” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 124). É o dizer adequado ao que é verdadeiro ou falso. Complementa Austin:

Os vereditivos têm conexões óbvias com verdade e falsidade com relação ao fundamento ou falta de fundamento, à justiça ou injustiça. Nota-se que o conteúdo de um veredito é verdadeiro ou falso, por exemplo, numa disputa a respeito da decisão de um juiz de futebol (AUSTIN, [1962] 1990, p. 125).

Sendo um vereditivo passível de constatação em relação à verdade ou falsidade de um proferimento, este não deixa de ser um ato de fala. Curioso é constatar que os Assertivos da taxinomia de Searle têm semelhanças com a classe dos Vereditivos de Austin, conforme reconhece no trecho abaixo:

Essa classe [*Assertivos*] conterà a maioria dos expositivos de Austin e também muitos dos vereditivos, pela razão, que espero agora esteja óbvia, de que todos têm o mesmo propósito ilocucionário e apenas diferem por outra característica de força ilocucionária. O teste mais simples para um assertivo é: pode-se caracterizá-lo literalmente (*inter alia*) como verdadeiro ou falso; embora eu me apresse em acrescentar que não se formulam assim condições necessárias nem suficientes, como veremos ao chegarmos à minha quinta classe [*grifo nosso*] (SEARLE, [1979] 1995, p. 20-21).

No trecho acima, de acordo com a percepção apresentada por Searle ao assumir semelhanças entre a sua classe e a de Austin, está evidente, que ambas as definições apresentam o dizer adequado ao que é verdadeiro ou falso. Pelo menos nessa categoria não encontramos um desenvolvimento da Teoria dos Atos de Fala.

Resumindo, os Vereditivos são atos de fala que se constituem essencialmente no estabelecimento de um fato ou valor passível de distinção com a verdade ou a falsidade em relação ao fundamento do fazer coisas com palavras. Os Assertivos, por sua vez, são atos de fala que comprometem o falante em diferentes graus e crenças, caracterizado pela verdade ou falsidade, literalmente. Nestas abordagens o dizer como fazer é, para Austin, vereditivo por consistir na emissão de um juízo, oficial ou extraoficial, e para Searle, o assertivo por ser uma expressão de uma crença valorada e adequada ao mundo.

No confronto entre os Exercitivos de Austin e Diretivos de Searle, temos as seguintes peculiaridades:

Classes de Força Ilocucionária Austin ([1962] 1990)	Taxinomia dos Atos Ilocucionários Searle ([1979] 1995)
Exercitivos	Diretivos
Exercer institucionalmente o poder,	Dizer e fazer com que o ouvinte faça algo

a profissão por meio do uso da linguagem, fazendo com que o ouvinte manifeste alguma reação.	
--	--

Fonte: Elaboração própria.

Os Exercitivos, de acordo com a classificação proposta por Austin ([1962] 1990, p. 126), “consiste em tomar uma decisão a favor ou contra um determinado curso da ação, ou advogá-la”, continua argumentando: “Suas consequências podem ser que outros sejam ‘compelidos’ ou ‘autorizados’ ou ‘não autorizados’ a fazer certos atos”.

Nesse sentido, os atos de fala exercitivos provocam consequências, por exemplo, no Campeonato Carioca 2015, no jogo Flamengo *versus* Vasco, o árbitro mostra o cartão vermelho quatro vezes e expulsa dois jogadores de cada time. Este gesto indica o ato de fala: “Fora!”. Tal acontecimento faz com que cada jogador expulso saia de campo. Isso gera consequências para tais jogadores. No contexto mencionado, o juiz proferiu uma ordem da classe dos exercitivos. Segundo Austin, são verbos dessa classe: ordenar, advertir, aconselhar e legar, entre outros.

Quanto aos Diretivos de Searle ([1979] 1995, p. 21), cujo “propósito ilocucionário consiste no fato de que são tentativas (em graus variáveis, e por isso são, mais precisamente, determinações do determinável que inclui tentar) do falante de levar o ouvinte a fazer algo”, digamos que, basicamente, a direção do ajuste palavra-mundo dessa classe apresenta semelhanças à dos exercitivos de Austin. Na verdade, ele mesmo reconhece que isso, afirmando que “muitos exercitivos de Austin estão também nessa classe [Diretivos]” (SEARLE, [1979] 1995, p. 21).

Os exercitivos são atos de fala realizados por juízes e árbitros que empregam exercitivos para fazer coisas, desde que estejam respaldados por uma instituição. Por exemplo, a diferença entre convidar e sugerir alguém a fazer algo depende das circunstâncias, da vontade e do modo de quem fala. Por exemplo, o professor diz a sua turma, “Sugiro que vocês estudem tais e tais conteúdos para a próxima prova”, na realidade o aluno deve entender isso como uma ordem, se este pretende lograr êxito no exame que vai fazer.

A classe dos Compromissivos, tanto para Austin como para Searle, são idênticas:

<b>Classes de Força Illocucionária Austin ([1962] 1990)</b>	<b>Taxinomia Alternativa dos Atos Illocucionários Searle ([1979] 1995)</b>
Compromissivos	Compromissivos
O dizer compromete o falante com ele mesmo e com o outro.	

Fonte: Elaboração própria.

Austin propôs a classe dos Compromissivos e Searle a acatou, irrestritamente. Ao dizer ou por dizer a pessoa se compromete consigo mesmo e com o outro. Esse tipo de ato de fala se assemelha, segundo Marcondes (1990, p. 9), ao entendimento de que “‘minha palavra é meu penhor’, o que faz com que se considere o ato de fala, a interação comunicativa propriamente dita, como tendo um caráter contratual ou de compromisso entre as partes”.

Sendo assim, a base para a elaboração da taxinomia é a definição austiniana de ato ilocucionário. Sobre a classe dos Compromissivos não paira nenhuma crítica, muito pelo contrário, para Searle ([1979] 1995, p. 15) “Apenas no caso dos Compromissivos Austin usou, clara e inequivocamente, o propósito ilocucionário como a base da definição de uma categoria”.

Confrontando a classe dos comportamentais austiniana em relação à dos Expressivos de Searle.

<b>Classes de Força Illocucionária Austin ([1962] 1990)</b>	<b>Taxinomia dos Atos Illocucionários Searle ([1979] 1995)</b>
Comportamentais	Expressivos
Atos de fala relacionados ao comportamento revelado com o uso da linguagem dentro do contexto.	Ato de fala que expressa um estado psicológico.

Fonte: Elaboração própria.

A classe dos Comportamentais, para Austin ([1962] 1990, p. 123) “têm a ver com atitudes e *comportamento social*” [*grifos do filósofo*]. Esses atos de fala podem ser realizados em diversos momentos. A definição desta classe mostra que não é simples classificar a força ilocucionária de verbos performativos, pois eles “criam problemas porque parecem demasiado heterogêneos” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 124).

Austin considera o comportamento social do ser humano com o uso da linguagem algo bastante inconstante. Esse ponto cria problemas no ato de classificar os atos de fala comportamentais. Dizer “Seja bem-vindo” pode ser bem ou mal sucedido, dependendo do modo como o falante se expressa, a quem se

dirige este comportamento e em qual situação esse fato aconteceu. Com efeito, quem escuta esta saudação sente, no mesmo instante, se é ou não bem-vindo naquele momento.

Os expressivos da taxinomia são atos de fala realizados pelo falante cujo dito nem corresponde o mundo às palavras nem palavras ao mundo. Para Searle, a verdade dessa proposição é pressuposta.

Expositivos para Austin e Declarações para Searle são nomenclaturas distintas para dizer que usamos a linguagem e com ela criamos a realidade, fazemos as coisas existirem no mundo. Abaixo, uma diferença, apenas, de nomenclatura.

<b>Classes de Força Illocucionária Austin ([1962] 1990)</b>	<b>Taxinomia dos Atos Illocucionários Searle ([1979] 1995)</b>
Expositivos	Declarações
Usar a linguagem para explanações	Fazer existir por meio da linguagem

Fonte: Elaboração própria.

Por exemplo, o ato declarar pode ser um ato de fala que explana fatos e, ao mesmo tempo, fazer coisas existirem por meio do dizer como fazer. Por expositivos entenda aquele ato de fala usado para expressar pontos de vista, conduzir debates e expor o uso e a referência de determinado termo. Esta é uma classe cujo campo é muito vasto, exemplifica Austin ([1962] 1990, p. 130), “Os exemplos centrais são ‘declaro’, ‘nego’, ‘destaco’, ‘exemplifico’, ‘respondo’ e outros semelhantes”.

O entendimento de Austin ([1962] 1990, p. 124) sobre os expositivos é o seguinte: “são excessivamente numerosos e importantes, e tanto parecem estar incluídos em outras classes quanto parecem, por vezes, ser *sui generis* de uma forma que não consegui esclarecer nem para mim mesmo”.

Searle, por seu turno, afirma: “Seria econômico poder incluir todos os atos illocucionários nessas quatro classes, e isso daria uma sustentação padrão geral de análise adotado em *Speech Acts*, mas parece-me que a taxinomia ainda não está completa”. Assim, a classe das Declarações não é uma única categoria, desta se

desdobra as Declarações Assertivas<sup>6</sup>, porque declarar é fazer existir um estado de coisas, como complementa Searle ([1979] 1995, p. 25):

Falta ainda uma classe importante de casos, em que o estado de coisas representado na proposição expressa é realizado ou feito existir pelo dispositivo indicador da força ilocucionária, casos em que se faz existir um estado de coisas ao declarar-se que ele existe, casos em que ‘dizer faz existir’. São exemplos ‘Renuncio’, ‘Você está demitido’, ‘Eu o excomungo’, ‘Batizo este navio o encouraçado Missouri’. Esses casos foram apresentados como paradigmáticos nas primeiras discussões dos performativos, mas parece-me que ainda não foram adequadamente descritos na literatura e sua relação com os outros tipos de atos ilocucionários é comumente mal-entendida.

Nesses termos, as Declarações realizam coisas e são atos ilocucionários, por fazer algumas coisas existirem. Para Searle ([1979] 1995, p. 26), “A estrutura sintática superficial de muitas sentenças usadas para realizar declarações oculta esse aspecto, pois nelas não há distinção sintática superficial entre conteúdo proposicional e força ilocucionária”. Sobre as declarações, a partir de Austin, é retirado o peso dado pela tradição de ser uma frase que é sumariamente usada apenas para representar uma realidade ou descrever coisas que acontecem.

As *Declarações* da Taxinomia é a classe que considera o uso da linguagem, por exemplo, para declarar guerra. Esta só passa a existir se a declaração for um ato ilocucionário bem sucedido, ou seja, se houver correlação entre o conteúdo proposicional e a realidade (o mundo).

Para Austin e Searle as declarações são verificáveis a partir dos acontecimentos. Por exemplo, a presidente do Brasil Dilma Rousseff, em 18 de outubro de 2015, declarou em Estocolmo, na Suécia, o seguinte ato de fala: “Levy fica”. Explicou que não irá mudar o representante do Ministério da Fazenda porque o governo concorda com a política econômica praticada no Brasil. Esta declaração foi feita com o fim de desmentir os rumores sobre a possível mudança no referido ministério.

A classe das Declarações Assertivas é considerada por Searle imprescindível, embora esta seja a última a ser apresentada e sobre a qual há

---

<sup>6</sup> “Declarações assertivas” – Diferentemente das outras declarações, partilham com os assertivos uma condição de sinceridade

pouca justificação. Areladas às instituições o ato de fala de declarar assertivamente requer que a pessoa esteja na posição que lhe confira autoridade.

Ao analisarmos a classificação austiniana não encontramos corresponde para a classe das declarações assertivas da taxinomia de Searle:

<b>Classes de Força Illocucionária Austin ([1962] 1990)</b>	<b>Taxinomia dos Atos Illocucionários Searle ([1979] 1995)</b>
-	Declarações Assertivas
-	Proferimentos que requerem instituições para respaldar a verdade da alegação.

Fonte: Elaboração própria.

Enfim, a classe das Declarações Assertivas não é uma subclasse das Declarações porque tem definição própria e se apresenta mais hermética. A força illocucionária das declarações assertivas requer algumas autoridades, são proferimentos que para serem realizados exigem o poder institucional. Searle ([1979] 1995, p. 30) explica:

Algumas instituições requerem alegações assertivas a serem proferidas com a força de declarações, para que o debate sobre a verdade da alegação possa terminar em algum momento e os passos institucionais seguintes, que dependem da solução da questão fatural, possam acontecer: o prisioneiro é solto ou mandado para a cadeia, o time perde a vez, um gol é marcado. A existência dessa classe pode ser assinalada pelo nome ‘Declarações Assertivas’.

Searle classifica o proferimento como Declarações Assertivas todo dito que é uma alegação validada por uma instituição, porque esta corrobora com as convenções vigentes, pessoas engajadas na situação de linguagem, condições do ajuste e valor de verdade, explica Searle. Essa classe não tem correspondente na classificação austiniana.

Há algumas peculiaridades importantes que não permitem definir uma classe sem que esta esteja interpenetrada com outra, explica Austin ([1979] 1990, p. 124): “As últimas duas classes [*Comportamentais* e *Expositivos*] são as que acho mais difíceis, e bem pode ser que não estejam nitidamente classificadas ou que estejam um tanto embaralhadas, ou mesmo que necessitem de uma classificação inteiramente distinta” [*Grifos nossos*].

Com relação a isso a explicação de Austin ([1962] 1990, p. 130) é a seguinte: “No campo dos comportamentais, além do risco comum das

infelicidades, há uma oportunidade bastante grande para a insinceridade”. Há interpenetração de uma classe em relação às outras, continua explicando, os comportamentais fazem uma “conexão estreita com os exercitivos, porque aprovar pode ser um exercício de autoridade ou uma reação diante da conduta de alguém”.

Searle, na Taxinomia, por seu turno, ratifica que as seis classes são definidas de modo mais hermético. O ato de fala tem verbos ilocucionários, mas acontecem por conta da força ilocucionária e do conteúdo proposicional, que compõem a direção do ajuste palavra-mundo ou mundo-palavra ao mesmo tempo em que está atrelado à sinceridade de quem fala.

São atos de fala: perguntar algo a alguém ou responder a alguém o que foi indagado; dar uma informação ou pedir a alguém uma informação, dar uma garantia ou mesmo advertir alguém de que algo não está como deveria; anunciar uma intenção ou dar um veredito, marcar um compromisso com um amigo ou fazer um apelo e tantos outros dizeres que realizam atos, desde que sejam satisfeitas todas as condições necessárias.

Como dito, para Austin é o verbo usado que determina a ação. Este possibilita a classificação em categorias. A noção performativa da linguagem ressalta ocorrências de atos de fala, que são proferimentos com verbos ilocucionários. Embora o teste para se encontrar a força ilocucionária do performativo seja uma proposta, os atos de fala são reconhecidos como o uso da linguagem para realizar ações. Em algumas ações ao dizer se realiza alguma coisa, em outros o dizer é parte do ato realizado. Podem-se realizar atos de fala em muitas situações. Dizer é fazer acontecer coisas porque em algumas frases elaboradas e pronunciadas pelo sujeito falante é este dito que faz a realização de coisas no mundo.

Searle não aceita a evidência dada à lista austiniana de verbos ilocucionários. Para ele é a força ilocucionária que constitui o ato de fala. Searle ([1979] 1995, p. 14) critica:

A primeira coisa a ser notada sobre essas listas é que não são classificações de atos ilocucionários, mas de verbos ilocucionários ingleses. Austin parece assumir que uma classificação de diferentes verbos é *eo ipso* uma classificação de espécies de atos ilocucionários. Não há, porém, razão para supor que seja esse o caso.

Esse trecho aponta para o problema de princípio da classificação austiniana. Contudo, a lista de verbos ilocucionários é, para Austin, uma forma de averiguar a performatividade do dizer como fazer buscando discutir problemas filosóficos por meio do método de análise filosófica da linguagem. “Nesta sua análise, Austin recorre a uma série de exemplos tirados não só da prática cotidiana do uso linguístico, como também de processos criminais em que alguém foi ou não responsabilizado por uma ação.” (MARCONDES, 1990, p. 9).

Basicamente, o eixo da taxinomia se distingue da fundamentação teórica austiniana quando delimita a linha limítrofe do ato ilocucionário na força ilocucionária do proferimento e seu conteúdo proposicional  $F(p)$ . Essa é uma postura dogmática, que se distancia da visão performativa da linguagem.

Austin ([1962] 1990, p. 130) acredita nas conexões óbvias entre comportamentais e compromissivos, “pois elogiar ou apoiar é tanto reagir diante da conduta alheia quanto comprometer-se com uma linha de conduta”. Vê-se que na classificação de forças ilocucionárias não há definição isolada, pois Austin leva em conta a natureza própria da linguagem em uso, a dinâmica do dizer como fazer dentro do contexto.

Isso é questionado por Searle ([1979] 1995, p. 2), “Quais são os critérios que nos permitem dizer que, dadas três emissões, uma é um relato, outra é uma predição e outra é uma promessa?”.

Com esse entendimento a taxinomia parte da diferença entre as espécies de atos ilocucionários e critica a classificação alegando que os verbos catalogados são ilocucionários e que algumas classes se sobrepõem.

Segundo Searle ([1979] 1995, p. 3), “O que realmente ocorre é que há vários contínuos distintos que se cruzam. Uma fonte de confusão relacionada com essa é nossa inclinação para confundir verbos ilocucionários com tipos de atos ilocucionários”.

A preocupação de Searle é justificar suas críticas tentando mostrar que na classificação há uma confusão entre verbo e ato ilocucionário. Sua proposta se pauta, ainda, nos tipos de força ilocucionária que diferem um ato de fala de outro.

Com isso, o desenvolvimento da taxinomia elege um aspecto não abordado na classificação austiniana. Searle envereda por caminhos distintos ao método austiniano de análise de proferimentos performativos.

## 4.2 A noção sintático-semântica da linguagem na taxinomia de Searle

A noção sintático-semântica da linguagem é uma percepção com base no conceito de atos ilocucionários. A fim de discorrer sobre esta noção, observamos a base do propósito ilocucionário da taxinomia e seus corolários.

Nossa pesquisa está pautada na noção performativa da linguagem tal como foi sistematizada por Austin. Em relação a esta, o pensamento de Searle é distinto, sobretudo ao desenvolver a taxinomia, com bases sintático-semânticas. É isso que iremos demonstrar nesta seção. A taxinomia é pautada e formulada com métodos estruturalistas e análises linguísticas preocupadas em explicitar o dito de frases principais e subordinadas.

Conforme Marcondes (1992, p. 41), “Quando a linguagem é adquirida, o que se adquire não é pura e simplesmente uma língua, suas regras especificamente linguísticas, mas todo um sistema de práticas e valores, crenças e interesses a ele associados”. Sendo assim, a sintaxe e a semântica são partes da linguagem, que sozinhas não dão conta da prática do sistema de uso da linguagem. Como a taxinomia está pautada nos aspectos sintático-semânticos da linguagem, então ela não dá conta do uso de linguagem propriamente dito. Esse é um dos pontos que comprova a direção oposta de Searle em relação ao pensamento de Austin.

Searle observa a polêmica discussão sobre o significado, ao entender que “nem todos os casos de significação são tão simples: em alusões, insinuações, ironias e metáforas – para mencionar uns poucos exemplos – a significação da emissão do falante e a significação da sentença divergem sob vários aspectos” (SEARLE, [1979] 1995, p. 47)

Lembrando que esta preocupação não fez parte do pensamento austiniano, que tratou de deixar claro a não inclusão de proferimentos que não fazem parte do critério estabelecido, a saber, o ato de fala em situações concretas. As afirmações que se referem a algo que não existe, como, “O atual rei da França é careca” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 35), não estão incluídas na Teoria dos Atos de Fala. Em nota Marcondes (1990, p. 35) esclarece: “Trata-se de exemplo famoso, analisado por Bertrand Russell em seu artigo *On Denoting* (1905), a propósito da questão da aparente falta de sentido de sentenças que, como esta, não possuem

uma referência atual”. Ficaram fora da análise austiniana, também, metáforas e frases fora do contexto real de enunciação.

E necessário destacar que Searle ([1979] 1995, p. 15-16) critica a classificação afirmando:

O ponto fraco mais importante da taxinomia [*classificação austiniana*] é simplesmente o seguinte. Não há nenhum princípio, ou conjunto de princípios, claro e consistente na base dos quais a taxinomia esteja construída. [...] Porque não há um princípio claro de classificação e porque há uma confusão persistente entre atos ilocucionários e verbos ilocucionários, há muita sobreposição entre categorias e muita heterogeneidade no interior de algumas categorias [*Grifos nossos*].

Esta crítica não procede porque o princípio básico da classificação é a força ilocucionária do verbo performativo, mesmo que este não se apresenta explicitamente, há o nome como força ilocucionária que realiza a ação. Ainda assim, é possível testar este tipo de proferimento reduzindo-o ao performativo explícito, ou seja, colocando a frase na primeira pessoa do singular, do presente do indicativo ativo.

Searle ([1979] 1995, p. 17) continua elencando críticas ao afirmar que

Não só há muita sobreposição entre uma categoria e outra, mas há, no interior de certas categorias, tipos de verbos bastante distintos [...] *dare* (afrontar), *defy* (desafiar), *challenge* (contestar), têm que ver com ações subsequentes do ouvinte, alinhando-se com *order* (ordenar), *command* (mandar) e *forbid* (proibir), por razões tanto sintáticas quanto semânticas.

Contudo, para Austin o que interessa é a força do dizer como fazer e não a classificação a semântica do verbo *afrontar* em oposição ao ato de *agradecer*. Fazer um agradecimento, assim como uma afronta, requer um contexto bem definido, com pessoas intencionadas em se comportarem de modo adequado ao seu dizer.

Nestes termos, cada classe está apresentada “num sentido bastante vago e sugestivo, que claramente é o pretendido por Austin”, reconhece Searle ([1979]1995, p. 19). Os verbos *nomear*, *designar* e *excomungar* não são proferir uma decisão favorável ou desfavorável nem advogar uma linha de ação, segundo Searle, “Austin poderia ter dito, realizar uma ação, não advogar uma ação”.

Na visão Searle ([1979] 1995, p. 16): “Considere-se, por exemplo, o verbo *describe* (descrever), um verbo muito importante em qualquer teoria dos atos de fala. Austin cataloga-o como um vereditivo e também como um expositivo”. Com esse comentário Searle quer constatar a sobreposição de categorias. Contudo, cada classe tem a sua definição, que é proposta e não imposta na classificação de Austin.

As críticas recaem sobre a falta de clareza de quatro das cinco classes, as quais provocam recorrentes equívocos. Searle censura o fato de haver verbos que aparecem em mais de uma categoria, embora sejam categorias distintas. Segundo este entendimento, encontra-se na classificação assimetrias.

Com essa postura crítica Searle demonstra não ter compreendido a noção pragmática da linguagem. Em *A pragmática na filosofia contemporânea* Marcondes (2005a, p. 22) explica que é “necessário tratar de forma sistemática os aspectos pragmáticos da linguagem. Isso porque a pragmática extrapola a visão da sintaxe e da semântica”.

A Teoria dos Atos de Fala é consistente e o seu desenvolvimento é profícuo justamente por apresentar a noção pragmática da linguagem. Na literatura há teorias que surgiram a partir da Teoria dos Atos de Fala, mas seguiram por direções que se distanciam do pensamento austiniano, como é o caso de Searle. De toda sorte, até o momento, não foi encontrado registro ou estudo que sejam baseados, ou melhor, que façam análises com base na taxinomia. Inclusive nem do próprio Searle. De acordo com Coulthard (1985, p. 20), “a teoria de Austin é sugestiva, mas ele morreu antes que estivesse apto a desenvolvê-la<sup>7</sup>”.

### 4.3 Na obra de Austin há critérios e princípios

Na classificação encontramos critérios e princípios, embora a proposta austiniana deixe algumas definições mais frouxas e ocorram interpenetrações entre as cinco classes e os verbos catalogados. O objetivo da classificação é identificar o verbo performativo, que está sendo realizado ao se fazer um proferimento, que tem determinada força e contribui para a realização de um ato de fala. Por exemplo, “Desculpe-me pelo atraso”, este ato de fala comportamental

---

<sup>7</sup> *Austin's theory is suggestive, but he died before he was able to develop it* (Coulthard, 1985, p. 20).

só pode ser realizado usando a linguagem verbal, dentro de um contexto enunciativo bem definido, entre outros contextos, pode ser que alguém tenha se comprometido em realizar algo, mas não tenha conseguido honrar o prazo pré-estabelecido, por isso pede desculpas.

Nos contextos os verbos performativos ganham força de ação. Segundo Austin o importante é “a idéia de que há *famílias* mais gerais de atos de fala relacionados e sobrepostos parcialmente”. A classificação é formulada, ainda que de modo provisório, baseando-se nas definições e critérios que aparecem ao longo da Teoria dos Atos de Fala.

Na *VI Conferência* Austin ([1962] 1990, p. 75) aponta para a classe dos *comportamentais* (BEHABITIVES), “Para que algo seja um proferimento performativo, mesmo nos casos vinculados a sentimentos e atitudes que denominarei de ‘Comportamentais’, não tem que ser *simplesmente* uma expressão convencional de sentimentos e atitudes”.

Portanto, está postulado nos seus objetivos a necessidade de classificar verbos performativos. O comportamento do sujeito por meio do proferimento performativo atende os critérios e princípios explicitados nas condições de realização, pessoas engajadas com os seus sentimentos e intenções, contexto bem definido e institucionalização do dizer como fazer. Os critérios dessa classificação estão apresentados na *I Conferência*, quando do estabelecimento do esquema do uso da linguagem, que é ato de fala.

Usar efetivamente a linguagem para fazer coisas é realizar ações tipicamente humanas. A linguagem verbal está inserida no âmbito social e intencional que Austin tenta explicar quando estabelece critérios para conceituar a visão performativa, o dizer como fazer, as palavras convertendo-se em atos.

O ser humano emite sons, que se transformam em palavras, estas pertencem a um sistema gramatical e possuem sentido e referência. São os atos de fala que realizam ações cotidianas, ou propiciam acontecimentos. Ao falar e produzir efeitos no outro pelo que se disse, mesmo que estes não sejam o esperado, o ser humano realiza atos perlocucionários. Os atos ilocucionários são atos convencionais, dentro de certas circunstâncias apropriadas. Quando digo, por exemplo, na sala de aula “Está muito frio hoje!” e um aluno se dirige até o ar condicionado para elevar a temperatura, esta minha frase não é apenas um ato locucionário que constata a temperatura da sala, com ela estou realizando um ato

de fala, ou melhor, pedindo a alguém que regule a temperatura do ar condicionado.

Sendo assim, critérios estritamente estruturais (sintáticos e semânticos) não dão conta de explicar os proferimentos como: pedido e promessa, entre outros atos ilocucionários, isto é, análises sintática e semântica não são suficientes para resolver os problemas da filosofia, que envolvem aspectos extralinguísticos do dizer. Isso comprova a nossa hipótese, de que as críticas de Searle a Austin são improcedentes.

#### 4.4 Implicações do trabalho de Searle para a Filosofia da Linguagem

Antes de observar a contribuição de Searle para a Filosofia da Linguagem é necessário deixar claro que o ato de fala, irrestritamente, é o tipo de dizer que para ser entendido “sempre deve ser considerado provisório” (MARCONDES, 1990, p. 10), pois o dizer como fazer está atrelado aos sujeitos falantes e suas condições de felicidade, crenças e intenções.

Antes, ainda, evidenciamos que o conceito de ato ilocucionário, na análise do uso pragmático, adota os seguintes parâmetros: quando, como, por que e por quem determinadas expressões podem ser usadas e outras não. Uma frase funciona como um ato de fala feliz e sem tropeços se cada etapa do dizer é cumprida integralmente. Mas, quando não funciona é considerado um ato de fala malogrado, explica Austin em sua Teoria dos Atos de Fala.

No caso da vida humana e de suas nuances, um fato relevante é que se vive à mercê da linguagem, no sentido mais amplo do termo. Quando se trata da linguagem verbal e suas várias situações de uso, os proferimentos podem ser bem ou mal sucedidos. Para Austin, são atos de fala felizes quando o dizer atinge o objetivo pretendido, havendo qualquer falha o ato de fala é infeliz (malogrado).

Sabendo disso, pode-se analisar a taxinomia de Searle, que por sua vez, se apropria do conceito de ato ilocucionário austiniano. A classe dos compromissivos, da classificação austiniana considera o ato ilocucionário como realizador da ação. Esta, para Searle, não é digna de críticas. Ao invés disso, é base para a elaboração da taxinomia. As características determinantes que implicam em ato ilocucionário é a ideia de que usar a linguagem é “uma forma de

ação e não de *representação* da realidade” [Grifo do autor] (MARCONDES, 1990, p. 11).

Então, o propósito da classificação, lançada de modo provisório com base na força ilocucionária, obedece ao critério do teste de força ilocucionária, dividida em cinco classes: Vereditivos, Exercitivos, Compromissivos, Comportamentais e Expositivos.

A taxinomia, por sua vez, apresenta um estudo do uso de linguagem que não depende da explicitação de um verbo performativo, tampouco da classificação de verbos ilocucionários. O foco da Taxinomia tem como critérios: a força ilocucionária, o conteúdo proposicional, o dispositivo identificador da força ilocucionária que opera sobre o conteúdo proposicional, a realidade e as condições de sinceridade daquele que usa a linguagem. Em substituição da classificação sugere as seguintes categorias: Assertivos, Diretivos, Compromissivos, Expressivos, Declarações e Declarações Assertivas.

Destacamos como classe das Declarações, as que são proferimentos performativos, pois declarar é fazer coisas, efetivamente. Austin afirma ([1962] 1990, p. 22): “De início apareceu, nem sempre formulada sem deplorável dogmatismo, a concepção segundo a qual toda declaração (factual) deveria ser ‘verificável’, o que levou à concepção de que muitas ‘declarações’ são apenas o que se poderia chamar de pseudodeclarações”.

A ideia de Searle ([1979] 1995, p. 27) coaduna com esse pensamento, “Fazer um enunciado é realizar um ato ilocucionário tanto quanto fazer uma promessa, uma aposta, uma advertência, etc. Qualquer emissão consistirá na realização de um ou mais atos ilocucionários”.

Diversas sentenças que antes foram consideradas por filósofos e gramáticos como “declarações” (Tipo de proferimento usado como representação da realidade), depois da Teoria dos Atos de Fala são vistas como atos de fala. Isso provoca mudança de paradigma, haja em vista que se abandona a percepção de linguagem como representação para o uso da linguagem enquanto atos de fala, o que causou o deslocamento do conceito de declaração.

No caso, Searle defende a ideia de que na declaração há um dispositivo indicador da força ilocucionária, operando sobre o conteúdo proposicional e a direção do ajuste: palavra-mundo, ou mundo-palavra, ou ausência de direção do ajuste, de cada classe de ato ilocucionário na taxinomia.

Essa visão se distancia do pensamento do criador da Teoria dos Atos de Fala no ponto que Austin supera a delimitação da análise da sentença, uma vez que para ele não se pode prescindir do contexto. Conforme Marcondes (1990, p. 11):

Uma das principais consequências desta nova concepção de linguagem consiste no fato de a análise da sentença dar lugar à análise do ato de fala, do uso da linguagem em um determinado contexto, com uma determinada finalidade e de acordo com certas normas e convenções.

O que interessa, para Austin, é a análise das condições de uso da linguagem, o contexto, as convenções e a ação propriamente dita. Os atos de fala realizam coisas com finalidades específicas.

A noção de linguagem sintático-semântica de Searle, por sua vez, se concentra em aspectos estruturais e analisa a linguagem a partir dos diferentes tipos de atos ilocucionários básicos que se realizam na sintaxe de uma língua natural, como o inglês, conforme citado anteriormente. A taxinomia focaliza aspectos adequados e inadequados dos diferentes tipos de força (*F*).

De fato, a Taxinomia segue uma direção distinta da classificação. Esta tem bases na performatividade, aquela deságua na estrutura da língua. Na realidade, o pensamento de Searle é independente, está centrado nas diferenças semânticas básicas que têm consequências sintáticas.

Searle assume as suas preferências ao elaborar a taxinomia afirmando: “Na seção IV tentei classificar os atos ilocucionários, e, na seção V, tentei explorar algumas das características sintáticas dos verbos que denotam membros de cada uma das categorias” (SEARLE, [1979] 1995, p. 44). Este posicionamento mostra que ele ignora o todo da Teoria dos Atos de Fala e reintroduz a questão do ato de fala que pode ser classificado como verdadeiro ou falso. Essa distinção performativo-constatativo, que inicialmente foi estudada na Teoria dos Atos de Fala, foi abandonada por Austin quando do desenvolvimento da classificação, que entende que tal distinção não tem consistência, uma vez que há casos em que declarar é realizar uma ação por meio da linguagem.

Na Filosofia, por exemplo, a visão performativa da linguagem austiniana focaliza a distinção entre os atos de fala, locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Ottoni demonstra um pouco dessa abordagem dos atos de fala

ao elaborar o estudo de *uptake*, que sugere a captação pelo outro do ato linguístico realizado por aquele que fala. Os atos de fala ilocucionários requerem condições necessárias para que algo possa ser realizado plenamente. Segundo o autor, os atos de fala exigem respostas convencionalmente aceitas pela audiência. Ao defender a ideia do eu-sujeito e de visão performativa da linguagem Ottoni (1998, p. 80) afirma:

Há, segundo Austin (HTD, p. 100 e 103), três maneiras de distinguir o ato ilocucionário do perlocucionário: assegurar a apreensão (*securing uptake*), ter um resultado (*taking effect*) e demandar respostas (*inviting reponses*). Destas três, a primeira, o *uptake*, é a mais importante, uma vez que com o *uptake* fica mais claro que a referência que vai estar diretamente ligada ao momento da enunciação não se dá mais no nível constativo da linguagem, mas numa concepção performativa.

Este esclarecimento do dizer como fazer apresenta o que distingue o ato ilocucionário do ato perlocucionário. Observa-se claramente a partir dessa explicação de Ottoni, que as escolhas de Austin enveredam pela seara da linguagem em uso. Não parte da estrutura da sentença com seus elementos constitutivos.

Quanto aos proferimentos performativos, afirma Marcondes (1990, p. 12): “a análise destas sentenças não pode ser feita adequadamente através da Semântica Clássica, que se baseia na determinação das condições de verdade da sentença”.

Diante disso, vê-se que a taxinomia não surtiu efeito enquanto metodologia de análise de problemas filosóficos, como é o caso da classificação austiniana. Contudo, certamente, esta serviu de caminho para Searle elaborar a Teoria dos Atos de Fala Indiretos.

#### **4.5 Linguagem e Ação: concepções filosóficas do dizer como fazer**

Linguagem e ação, para além da estrutura, da sintaxe e da semântica. A Teoria dos Atos de Fala e seu critério de performatividade da linguagem é uma perspectiva que consiste na análise de dizeres que nada relatam nem descrevem, e sim, realizam atos de fala como fazer uma promessa, ordem ou declaração.

A linguagem pode ser usada para constatar a realidade, dentro de um contexto. Dizer, por exemplo, “Está quente”, pode ser um ato de fala locucionário, se e somente se, o proferimento não é dito pelo sujeito com uma intensão a mais. Assim como dizer, “Vai chover”, ao olhar para o céu escuro e cheio de nuvens carregadas, o contexto delimita este proferimento, que foi emitido como sendo um ato de fala locucionário.

No centro da cidade estão duas amigas fazendo compras, uma diz “Vou passar a tarde aqui, como prometi”, a outra interage dizendo: “Vai chover”. Contudo, a primeira retruca afirmando: “Prometi e vou cumprir com a minha palavra”. Nesse breve diálogo, dentro de um contexto bem definido, o ato de fala de prometer foi bem sucedido, embora a frase dita pela outra amiga seja uma alerta, isto é, “Vai chover e você não tem nenhuma sobrinha” ou “Você vai ficar a tarde aqui mesmo levando chuva!”, e outras possibilidades de atos de fala ilocucionários. Esta mesma frase, dita dentro de outro contexto é um ato de fala perlocucionário, por exemplo, o casal sai de casa para praia e a mulher diz, “hoje vou pegar um sol”, o marido olha para o céu e comenta, “Vai chover”. Pronto! Esse comentário provoca reações diversas, a mulher diz que ele não quer ir à praia com ela, que chovendo ou não ela irá e, as reações são imprevisíveis. Dentro desse contexto pode ser até que esta frase provoque uma discussão acalorada entre os dois. Esse proferimento performativo, ou melhor, ato de fala perlocucionário é um tipo de frase que causa certos efeitos no ouvinte. Por um lado a reação pode ser esperada, mas pode ser inesperada. Estas possibilidades dos atos de fala são debatidas por muitos pensadores. A Teoria dos Atos de Fala promove um debate que se insere “no ponto de encontro entre a filosofia da linguagem, a lingüística, a teoria da literatura, a antropologia, a psicologia e a teoria da comunicação, para destacar apenas algumas” explica Marcondes (2005a, p. 9).

Austin observa o proferimento como um todo, acrescenta em sua análise elementos extralingüísticos e investiga a força ilocucionária que torna o dizer um ato, sugere que o ato de fala pode ser ou não feliz e que a infelicidade do dizer é um ato de fala malgrado. O falante emite uma sentença e quer significar o que diz, mas também quer significar algo mais. Na realidade, linguagem e ação são objetos de estudo para pragmáticos, estes conhecem a Teoria dos Atos de Fala e concordam com o conceito de dizer como fazer.

A Teoria dos Atos de Fala Indiretos de Searle propõe análise de sentenças implícitas, que podem ter duas ou mais forças ilocucionárias, reconhecendo que no proferimento há algo a mais, que não está explícito nas palavras ditas, uma amostra disso é o exemplo abaixo:

Comecemos considerando um caso típico do fenômeno geral dos atos indiretos:

1. Aluno X: Vamos ao cinema hoje à noite.

2. Aluno Y: Tenho que estudar para um exame.

A emissão de (1) constitui uma proposta em virtude de seu significado, particularmente em virtude do significado de ‘vamos’ (SEARLE, [1979] 1995, p. 51).

Desse recorte enunciativo há um contexto, que é o diálogo entre dois amigos e que “A emissão tem o significado incidental de um enunciado, mas tem o significado primário de um pedido feito por meio da feitura de um enunciado” (SEARLE, [1979] 1995, p. 48). A primeira emissão é literal, sendo assim se constitui em uma proposta e a segunda emissão se constitui, normalmente, em uma rejeição. Ambas as emissões são atos de fala indiretos porque os sujeitos falantes recorreram aos artifícios da linguagem para emitir os seus enunciados.

De forma sistemática Searle ([1979] 1995, p. 53) faz “Uma breve reconstrução das etapas necessárias para derivar a elocução primária da elocução literal”. Nesta, são detalhadas algumas etapas teóricas para descrever cada passo de uma conversação. O autor complementa ratificando que “numa conversação normal, é claro que ninguém passaria conscientemente pelas etapas envolvidas nesse raciocínio”. Não obstante, o filósofo entende que esta exposição visa demonstrar os atos de fala indiretos, realizados em uma conversação com o seu propósito ilocucionário:

Pode parecer um tanto pedante descrever tudo isso em 10 etapas; mas mesmo assim o exemplo ainda está incompletamente descrito – não discuti, por exemplo, o papel da suposição de sinceridade, nem as condições *ceteris paribus* associadas as várias etapas. (SEARLE, [1979] 1995, p. 55).

Como o ato ilocucionário é realizado indiretamente, Searle acredita ser necessário, descrever as etapas como isso ocorre. Nos atos de fala indiretos há uma emissão primária, aquela que o “falante emite e quer significar exata e

literalmente o que diz. Nesses casos o falante tem a intenção de produzir um certo efeito ilocucionários no ouvinte” (SEARLE, [1979] 1995, p. 47). Acrescenta-se o proferimento indireto. Este enunciado diz algo a mais daquilo que é dito literalmente, por exemplo, alusões, insinuações, ironias e metáforas.

Esses enunciados não são abordados na Teoria dos Atos de Fala, justamente porque não se encaixam na definição de atos de fala, enquanto proferimentos reais, dentro de contextos bem definidos.

Para Searle, ao dizer “1. Aluno X: Vamos ao cinema hoje à noite” - o uso do “vamos” dá uma conotação de força ilocucionária primária, o que se emite é exatamente aquilo que se quer dizer, que nesse caso é um convite. Na emissão “2. Aluno Y: Tenho que estudar para um exame” - o ato de fala é indireto porque o que se emite é aquilo que se quer dizer e que significa algo mais do que a frase que se disse, ou seja, “Não irei ao cinema porque vou estudar para o exame”. Pressupondo que é um aluno, que o exame requer tempo, que, geralmente, não é possível ir ao cinema e estudar, conclui-se que o Aluno Y está, indiretamente, recusando o convite que lhe foi feito.

Cada conjunto de ato de fala indireto, portanto, tem seu tipo de ato ilocucionário com suas diferentes forças ilocucionárias, cuja finalidade é a realização do dizer. Teoricamente, na linguagem em uso, há uma sequência de etapas para serem cumpridas e resultarem em atos propriamente ditos. Independentemente se estes atos são ou não explícitos. Isso porque nem sempre se é explícito, o dizer que é um ato de fala, ou parte de uma realização.

Nesse sentido, a Teoria dos Atos de Fala Indiretos contribui para esclarecer acontecimentos reais que a linguagem usada não está clara, esta que é realizadora de atos por alguém que a invocou, que é parte essencial na vida dos sujeitos falantes. Há casos em que se diz algo e, na realidade, não se busca o significado modo literal das palavras usadas. Isso motiva outra pesquisa de Searle, os atos de fala indiretos. Vejamos:

	Diretivo (Pedido)	Compromissivo (Promessa)
Condição preparatória	<i>O é capaz de realizar A.</i>	<i>F é capaz de realizar A. O quer que F realize A.</i>
Condição de sinceridade	<i>F quer que o faça A.</i>	<i>F tem a intenção de fazer A.</i>
Condição do conteúdo proposicional	<i>F predica um ato futuro A a respeito de O.</i>	<i>F predica um ato futuro A a respeito de F.</i>
Condição essencial	<i>Vale como uma tentativa de S de levar O a fazer A.</i>	<i>Vale como a contração de uma obrigação de fazer A.</i>

FONTE: Searle ([1979] 1995, p. 73).

Essa visão de linguagem e ação, apresentada no quadro acima, põe as condições de felicidade relativas às classes: diretivo e compromissivo da taxinomia. Observando a tabela, a delimitação de cada categoria apresenta a lista de critérios de análise de enunciações indiretas, isto é, atos de fala indiretos.

Na tabela apresentada os atos de fala indiretos diretivos (Pedidos) e compromissivos (Promessas) serão bem sucedidos se as quatro condições forem satisfeitas: condições preparatórias, de sinceridade, do conteúdo proposicional e essencial.

Há realização de atos de fala diretivos que são indiretos, esta classe se reduz a três tipos: “os que têm a ver com as condições de felicidade relativas à realização de um ato ilocucionário diretivo, os que têm que ver com as razões para se praticar o ato e os que encaixam um elemento no outro” (SEARLE, [1979] 1995, p. 73). Esta seria a posição ideal do conceito de ato ilocucionário segundo a noção sintático-semântica da linguagem. Com isso se constata a conclusão de Rajagopalan (1996, p. 247), “Searle idealiza o conceito do ato ilocucionário”.

Com efeito, a investigação das condições de felicidade, de Searle, relativas às duas classes (Diretivo e Compromissivo) ignora alguns casos. Examinando as listas e os conjuntos de condições, as seguintes generalizações emergem naturalmente:

*Generalização 1: F pode fazer um pedido indireto (ou outro diretivo) perguntando se ou enunciando que uma condição preparatória relativa à habilidade de O para fazer A é satisfeita.*

*Generalização 2: F pode realizar um diretivo indireto perguntando se ou enunciando que a condição de conteúdo proposicional é satisfeita.*

*Generalização 3: F pode realizar um diretivo indireto enunciando que a condição de sinceridade é satisfeita, mas não perguntando se ela é satisfeita.*

*Generalização 4: F pode realizar um diretivo indireto enunciando que ou perguntando se há razões boas ou cabais para fazer A, exceto quando a razão é que O quer ou deseja, etc. fazer A, caso em que pode apenas perguntar se O quer, deseja, etc. fazer A [grifos do autor] (SEARLE, [1979] 1995, p. 74).*

Um ato ilocucionário indireto implica no dizer como fazer coisas com palavras a partir do pressuposto de que é preciso querer fazer, uma vez que o simples fato de querer fazer algo, mesmo usando a linguagem indireta, justifica o dizer como meio para realização deste.

Essa pressuposição é básica no entendimento de atos de fala indiretos tal como foi concebida por Searle ([1979] 1995, p. 75), que exemplifica: “Consideremos um caso do tipo mais simples: à mesa de jantar, X diz a Y ‘Você pode passar-me o sal?’, para pedir a Y que passe o sal. Ora, como Y sabe que X está pedindo que passe o sal, e não simplesmente perguntando sobre sua capacidade de passar o sal?”. Esta é uma forma possível de se fazer um pedido usando a linguagem indiretamente.

A Teoria dos Atos de Fala Indiretos é uma investigação que visa explicar o que é um pedido indireto e suas generalizações. Pedir é um ato de fala realizado com o uso da linguagem verbal, na maioria das vezes, segundo o qual as pessoas realizam de diversas formas. Por exemplo, um pedido pode ser feito por meio de uma afirmação, pergunta ou ordem.

O pedido, dependendo da forma como ele é feito, se enquadra no conceito de ato de fala diretivo indireto, chegando a se confundir com uma pergunta. Nessa perspectiva de ver a linguagem, a abordagem é da ordem lógico-sintática, ou seja, olhando a estrutura do dizer, o valor de verdade e a condição de sinceridade. Segundo Marcondes (1995, p. 27): “A *Teoria dos Atos de Fala indiretos* é uma das raras tentativas de lidar com essa questão e, mesmo assim, acabou não levando a um desenvolvimento deste tipo de método”. Até o presente momento Searle não ampliou a sua teoria acerca do uso indireto da linguagem. Com efeito, Searle desloca o foco da classificação da força ilocucionária quando sugere a noção sintático-semântica.

Observando a finalidade de Austin, ao desenvolver uma classificação, cada classe de força ilocucionária tem a preponderância da força do dizer, sem se limitar a isso. Ocorre, entre elas, interpenetrações naturais.

Em relação à adequação do que defende Austin com a sua teoria do dizer como fazer e Searle com a sua noção sintático-semântica da linguagem, entende-se que cada uma tem a sua relevância. Não obstante, a improcedência das críticas feitas por Searle à classificação austiniana é evidente, há grande diferença entre a classificação e a taxinomia.

#### 4.6 Os pontos que distanciam a taxinomia da classificação

Embora Searle tenha originado a sua reflexão sobre o dizer como fazer a partir da classificação austiniana, ao longo do seu trabalho, sobretudo na elaboração da taxinomia faz críticas, a partir das quais se interessa por questões opostas ao seu ponto de partida. Envereda pelas alamedas da análise sintática da frase. Explicita Searle ([1979]1995, p. 31), “Até agora, classifiquei atos ilocucionários e usei fatos sobre verbos como evidência e ilustração. Nesta seção [V. *Alguns aspectos sintáticos da classificação*], pretendo discutir explicitamente algumas questões da sintaxe do inglês” [*Grifos nossos*].

Além da classificação de Austin, Searle critica Wittgenstein e outros pensadores:

A conclusão mais importante a ser tirada dessa discussão é a seguinte. Não há, como Wittgenstein (numa interpretação possível) e muitos outros alegaram, um número infinito ou indefinido de jogos de linguagem ou usos da linguagem. Pelo contrário, a ilusão de que os usos da linguagem são ilimitados é gerada por uma enorme falta de clareza sobre o que sejam os critérios que permitem distinguir um jogo de linguagem de outro, um uso da linguagem de outro. Se adotarmos o propósito ilocucionário como a noção básica para a classificação dos usos da linguagem, há então um número bem limitado de coisas básicas que fazemos com a linguagem: dizemos às pessoas como as coisas são, tentamos levá-las a fazer coisas, comprometemo-nos a fazer coisas, expressamos nossos sentimentos e atitudes e produzimos mudanças por meio de nossas emissões. Frequentemente, fazemos mais que uma dessas coisas de uma só vez, com a mesma emissão. [*Grifo do autor*] (SEARLE, [1979] 1995, p. 45-46).

Searle, nesse trecho, sugere que se adotamos o propósito ilocucionário como base da linguagem em uso haverá um número limitado de atos de fala. Isso o distancia do pensamento de Austin e dos pensadores que defendem a ideia de dizer como fazer porque a força ilocucionária do proferimento performativo é a realização de atos de fala que podem apresentar verbos performativos explícitos ou primários. Com efeito, a base da classificação é a performatividade da fala. Ao defender um propósito ilocucionário que limita o dizer como fazer, Searle põe como base aspectos da sintaxe e da semântica, o objetivo de Searle é examinar a estrutura da frase:

proponho-me agora a examinar a estrutura profunda de sentenças performativas explícitas relativas a cada uma das cinco categorias; isto é, pretendo examinar a estrutura sintática de sentenças que contenham a ocorrência performativa de verbos ilocucionários apropriados a cada uma das cinco categorias (SEARLE, [1979] 1995, p. 31).

Ao privilegiar a estrutura sintática da frase realizadora de atos, Searle faz críticas à classificação e se distancia da cada vez mais da visão pragmática da linguagem defendida por Austin. Aliás, no livro *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala* encontramos além das críticas a Austin, no primeiro ensaio, críticas à concepção de significado literal, afirma Searle ([1979] 1995, p. 184), “A concepção que atacarei é algumas vezes expressa pela afirmação de que o significado literal de uma sentença é o significado que ela tem no ‘contexto zero’ ou ‘contexto nulo’”. Critica a exposição de David Gordon e George Lakoff:

Ambas as teorias parecem-me ser explicações equivocadas dos dados concernentes aos atos de fala, e ambas – embora por vias bem diferentes – cometem o mesmo erro de postular uma explicação excessivamente poderosa para dar conta de certos fatos, quando já existe uma teoria dos atos de fala independentemente motivada que dá conta dos mesmos fatos (SEARLE, [1979] 1995, p. 252).

Essas críticas parecem ser feitas com o fim de defender a taxinomia, ou o que chamo, aqui, de noção sintático-semântica da linguagem. Este estudo não desenvolve a visão pragmática da linguagem, como fizeram crer alguns comentadores.

Enquanto Searle percebe o uso da linguagem conforme ele delineou na taxinomia dos atos ilocucionários, baseando o dizer como fazer em classes teoricamente desenvolvidas, concentrando o fazer em frases estruturadas sintaticamente, Austin percebe a “maneira intrincada pela qual se relacionam o ilocucionário, o performativo e o ato de fala” (OTTONI, 1998, p. 78), o que permite traçar a noção de família de atos de fala. Um entendimento de que há semelhanças intrínsecas entre as classes de força ilocucionária, uma visão performativa da linguagem.

Searle, por seu turno, analisa tipicamente duas formas sintáticas para verbos ilocucionários, a saber, nas classes a frases são analisadas com base na força e o conteúdo proposicional  $F(p)$ . Com base nisso, os atos ilocucionários se fundamentam em bases sintático-semânticas e em dimensões cujo propósito ilocucionário tem direção do ajuste, fórmula da força ilocucionária e condição de sinceridade.

Na verdade, essa análise de Searle toma situações idealizadas, indo em direção contrária às observações da Teoria dos Atos de Fala. Nesta, os proferimentos observados fazem parte de realizações em contextos bem definidos. Os exemplos tomados por Austin são casos extraídos do cotidiano, o que não acontece de modo organizado, ou seja, o dito não é algo que tem um início, meio e fim.

Frases bem formuladas não são ditas pelos sujeitos falantes. Ao invés de dizer, por exemplo: “Eu prometo que irei ao baile”, se diz: “Pode contar comigo”, ou, “Estarei lá”. Essas frases em contextos bem delimitados são promessas. Assim como, dizer “Sim! Irei” pode ter a força ilocucionária que permite ao ouvinte entender que é uma promessa, pode-se prometer dizendo apenas “Ok!”.

Em geral, os proferimentos não são feitos na forma gramatical da primeira pessoa do singular do presente do indicativo ativo. Dentro de determinadas condições se alcança o objetivo de prometer. Se se quer entender o dizer como ato, assim como as implicações ilocucionárias do dizer como fazer, então se deve partir para uma análise com base na proposta de Austin. Entre outros trabalhos na literatura destacamos o trabalho de Marcondes (1980) intitulado *Um exame da questão a ‘Vontade Popular’ através da análise filosófica da linguagem ordinária*. Neste, encontramos a análise acerca da questão política no uso da frase

“Vontade do povo”, cujo objetivo é analisar as condições pragmáticas e as formas como essa terminologia é empregada em realidades distintas.

O conceito de ato de fala (oral ou escrito), resumidamente, é todo proferimento que dele resultam acontecimentos. É imprescindível o conceito de que ao dizer algo se executa atos, e que tais atos são efetivos e constitutivos da vida em sociedade. Nesta, prometer, legar e ordenar, entre tantos outros, são realizados porque lhes é imprescindível o uso da linguagem. Nesse sentido, a linguagem é sumariamente performativa. Caso contrário, as coisas que acontecem na realidade e são provenientes de atos de fala mal executados, são acontecimentos malogradas, infelizes, com falhas e abusos.

Os atos malogrados, por vezes, podem ser desde um simples mal-entendido do dito (feito), uma má execução das palavras proferidas (falhas ou abusos) e atos considerados nulos, devido ao fato de que o dito faz acontecer algo, que em seguida é comprovadamente nulo. Essa análise é uma proposta metodológica que deve ser testada para se obter uma “lista de verbos na ordem de 10 à terceira potência” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 122). Tal expressão merece uma explicação, que é dada em nota de rodapé, pelo tradutor Marcondes (1990, p. 122-123), “Por que usar essa expressão em vez de 1.000? Primeiro, porque impressiona mais e parece mais científica. Segundo, porque vai de 1.000 a 9.999, uma boa margem enquanto que a outra poder ser entendida como ‘cerca de 1.000’, uma margem muito pequena”.

Na visão austiniana o ato de classificar não é colocado como algo definitivo. Há momentos em que ele afirma não está totalmente satisfeito com as cinco classes gerais de verbos, reconhecendo a dificuldade de estabelecer uma classificação fechada. Ao expor o seu posicionamento permite outras possibilidades e abre espaço para outros estudos, considera Austin ([1962] 1990, p. 123): “Distingo cinco classes gerais de verbos, mas não estou totalmente satisfeito com elas. Entretanto, abrem a nossos olhos um campo mais rico do que se nos movêssemos unicamente com os dois fetiches: 1) verdadeiro/falso; 2) fato/valor”. O caráter preliminar destas classes gerais evidencia a cautela e o bom senso do criador da Teoria dos Atos de Fala, ao mesmo tempo em que se destaca o grau de importância para se entender o ato com palavras.

Sendo assim, há diferenças entre a visão performativa de Austin e a noção sintático-semântica de Searle. Em alguns pontos da taxinomia encontram-se

expressões dogmáticas, como Searle ([1979] 1995, p. 33) afirma, “A estrutura profunda de sentenças assertivas paradigmáticas, tais como *I state that it is raining* (Eu anuncio que está chovendo) e *I predict he will come* (Eu predigo que ele virá) é simplesmente: *I* verbo (*that*) + *S*”. Nas assertivas prevalecem o ato ilocucionário em uma estrutura profunda que aparece sujeito e verbo.

Não obstante, a classificação austiniana não fecha cada classe de modo hermético. Ao invés disso, concebe cada classe com possibilidades de interpenetrações umas com as outras. Conforme Austin ([1962] 1990, p. 124) esclarece:

Um vereditivo é um ato judicial, distinto dos atos legislativos ou executivos, que são ambos exercitivos. Mas alguns atos judiciais, no sentido de atos feitos por um juiz em vez de serem feitos por um corpo de jurados, por exemplo, são realmente exercitivos.

Nesse ponto, ao explicar o conceito da classe de proferimentos vereditivos, Austin mostra a interpenetração, isto é, a conexão entre esta classe e a dos exercitivos, “uma interpretação dos fatos pode comprometer-nos a dar certo veredito ou estimativa. Dar um veredito pode também implicar em aderir a algo; pode comprometer-nos a apoiar alguém ou a sair em sua defesa, etc.” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 125).

Pode-se, ainda, entender que “culpar é um veredito, mas em outro sentido, quando significa adotar uma atitude para com uma pessoa, então é um comportamental”. “Quando digo ‘interpreto’, ‘analiso’, ‘descrevo’, ‘caracterizo’, etc., isso de certa forma é dar um veredito, mas está essencialmente relacionado a questões verbais e ao esclarecimento de nossa exposição” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 126).

Os Vereditivos são criticados por Searle ([1979] 1995, p. 16-17) nos seguintes termos, “Os poucos verbos que não são vereditivos são casos em que o significado do verbo tem que ver apenas com relações discursivas”. Com isso, ele critica a sobreposição entre as classes propostas por Austin.

No entanto, a classificação austiniana apresenta as possíveis interpenetrações de uma classe em relação às outras, evidenciando a força ilocucionária preponderante do ato de fala de acordo com as situações possíveis. O verbo “conceder”, por exemplo, usado em um contexto específico ganha força

de um exercitativo: o magistrado profere a sentença “eu concedo *habeas corpus* ao réu”, isso quando o sujeito falante está em pleno exercício de suas funções. O mesmo sujeito, usando o verbo “conceder”, em outro contexto, ao dizer “Eu concedo a minha vez”, realiza um ato de fala comportamental. Neste caso, a força ilocucionária é passível de constatação.

De outro modo, em outro momento, se tal sujeito disser: “Concedo a palavra a você” e continuar falando desenfreadamente, este é um proferimento mal executado. Isso acontece muito quando se está em uma discussão acalorada, por exemplo. Desse modo, a ressalva austiniana está valendo, quando afirma que o ato de fala de “Conceder algo a alguém” pode ser classificado em mais de uma classe, a depender do contexto.

Ao propor a interpenetração entre as classes, realizando uma comparação das possibilidades de usos dos verbos performativos, Austin conclui que cada classe tem a sua definição:

Em suma, podemos dizer que o veredito é um exercício de julgamento, o exercitativo é uma afirmação de influência ou exercício de poder, o comissivo é assumir uma obrigação ou declarar uma intenção, o comportamental é a adoção de uma atitude e o expositivo é o esclarecimento de razões, argumentos e comunicações (AUSTIN, [1962] 1990, p. 131).

Cada classe é uma espécie que tem como princípio o performativo (feliz ou infeliz), mesmo os proferimentos passíveis de constatação com o que é verdadeiro ou falso se enquadra em alguma classe de força ilocucionária.

De todo modo, “cada vez que ‘digo’ algo (exceto, talvez, quando emito uma simples exclamação como ‘Poxa’ ou ‘Arre’) realizo conjuntamente atos locucionários e ilocucionários” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 111).

No caso dos compromissivos em comparação aos exercitativos, aqueles funcionam como compromisso em determinada situação de diálogo. Por exemplo, duas pessoas engajadas no diálogo, em situação de cumplicidade, uma declara espontaneamente para outra: “Eu estarei ao seu lado por toda a minha vida”, a força ilocucionária desse proferimento é, preponderantemente, de compromisso, esse dizer é uma promessa.

Assim como não é sobreposição o caso de um exercitativo funcionar como comportamental. Essa força ocorre quando o dito incide na atitude ou realização

de ato comportamental do sujeito falante. Por exemplo, um funcionário vai até a reitoria para exercer o seu direito de expressão e lutar por aumento salarial. Acampa no prédio com uma faixa que diz: “Protesto contra o baixo salário da categoria dos professores!”. Neste contexto, o texto escrito é um proferimento da classe dos Exercitivos, o professor está exercendo o seu direito.

Deslocando o contexto do proferimento do professor, colocando esta faixa no protesto com os demais professores em praça pública, a força ilocucionária preponderante deste exercitivo passa a funcionar como proferimento da classe dos comportamentais, isso porque a faixa fala por toda a categoria ali reunida com um só objetivo, demonstrar o seu comportamento ativista no período de greve.

Nesse sentido, observamos uma interpenetração entre os exercitivos e os comportamentais. Segundo Austin ([1962] 1990, p. 127): “Há exercitivos, tais como ‘desafio’, ‘protesto’, ‘aprovo’, que estão estreitamente ligados aos comportamentais”. Continua expondo sobre a interpenetração entre os exercitivos com os expositivos, que é feita quando ocorre deslocamento da força ilocucionária nos proferimentos ditos em contextos que requerem às pessoas atos de fala com uma força ilocucionária preponderante dos expositivos, mas “‘retiro o que disse’, ‘não faço objeção’ e ‘faço objeção’, têm no contexto de uma discussão ou de uma conversa a mesma força que os expositivos”.

A crítica em relação à sobreposição de categorias é improcedente, haja em vista que Austin também mostrou as possíveis interpenetrações da classe dos compromissivos com as demais classes de sua classificação. O falante faz coisas ao dizer determinados proferimentos que o leva a se comprometer, mas também compromete o outro. São atos ilocucionários realizados por alguém que deve assumir uma linha de ação. Segundo Austin, nos vereditivos há, intrinsecamente, um comprometimento por parte de quem fala.

Nesse sentido, em proferimentos exercitivos há um comprometimento com as consequências dos atos de fala realizados. Na classe dos comportamentais, geralmente o sujeito falante se compromete quando censura alguém, ele deve adotar uma atitude quanto à sua conduta de modo que não faça algo semelhante. Um compromissivo é um tipo de adesão que o sujeito faz consigo mesmo e com o outro ao dizer determinados enunciados, exemplifica o filósofo: “Dizer ‘Apoio X’ pode, de acordo com o contexto, significar *votar* em X, *aderir* a X ou *aplaudir* X” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 128). Este exemplo remete aos tempos de campanha

eleitoral, quando algumas pessoas dizem: “eu me comprometi com o candidato X”, querendo dizer que o voto dele está prometido a alguém, e, por conseguinte, sua ação no dia da votação é agir coerentemente com a palavra dada.

Austin ([1962] 1990, p. 128-129) apresenta os seguintes verbos quando sugere interpenetração entre compromissivos e expositivos:

#### **Comparação com os vereditivos**

Os vereditivos nos comprometem a ações de duas maneiras:

- (a) comprometem-nos a realizar as ações que são necessárias para sustentar nosso veredito e ser coerente com ele;
- (b) comprometem-nos a realizar as ações que podem ser consequência de um veredito ou estar incluídas nelas.

#### **Comparação com os exercitivos**

Os exercitivos nos comprometem com as consequências de um ato, como ocorre, por exemplo, quando se dá um nome. No caso especial dos permissivos caberia perguntar se devem ser classificados como exercitivos ou como comissivos.

#### **Comparação com os comportamentais**

Reações como as de declarar-se ofendido, de aplaudir ou elogiar pressupõe aderir e comprometer-se, da mesma maneira que acontece com aconselhar e acolher. Mas os comportamentais nos comprometem com uma conduta *semelhante*, por implicação, e não a esse conduta efetiva.

#### **Comparação com expositivos**

Jurar, prometer, e garantir que algo é de uma certa forma, funcionam como expositivos. Chamar, definir, analisar e supor formam um grupo, e apoiar, estar de acordo, estar em desacordo, sustentar e defender formam outro grupo de ilocuções, que parecem ser ao mesmo tempo expositivas e comissivas [*Grifos do filósofo*].

Nesse trecho, Austin apresenta verbos que apresentam um grau de comprometimento por parte de quem realiza, bem como a familiaridade da classe dos compromissivos com as outras classes. Todas implicam em dizer e se comprometer.

A classe de proferimentos comportamentais “incluem a idéia de reação diante da conduta e da sorte dos demais, e de atitudes e expressões diante da conduta passada ou iminente do próximo” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 129). Ao dizer “seja bem-vindo” o falante assume, necessariamente, a conduta que corresponde a de acolhida, ou seja ele deve agir com sinceridade. Ao invocar proferimentos da classe dos comportamentais deve-se ter tais pensamentos, sentimentos e intenções de se conduzir desta maneira. Quando isso não acontece,

é incrível como o ouvinte percebe, instantaneamente, a má invocação do proferimento. Ao dizer “seja bem-vindo(a)” é preciso que se haja com sinceridade. Explica, ainda, que na classe dos comportamentais “Existem conexões lógicas entre declarar e descrever quais são os nossos sentimentos, e também expressá-los, no sentido de dar-lhes uma válvula de escape, embora os comportamentais sejam distintos de ambas essas coisas”.

Ocorre interpenetração entre essas classes, sendo que cada classe tem sua força ilocucionária, isso porque há força ilocucionária em cada proferimento performativo que se torna mais forte dentro do contexto bem definido.

Uma classe de alto nível de complexidade, devido a sua vastidão é a dos expositivos, afirma Austin. Nessa classe estão atos de fala com forças ilocucionárias que expressam opiniões, conduzem debates e esclarecem usos e referências. Sobre esta classe Austin deixou a possibilidade de muitas outras discussões. Na interpenetração dessa classe com as demais a linha limítrofe é bastante tênue.

Com as palavras do filósofo da Universidade de Oxford, o campo dos expositivos é muito vasto e como exemplos centrais destacam-se os verbos: declaro, afirmo, nego, destaco, exemplifico, respondo, e outros semelhantes. Todos são usados em situações comunicativas para se fazer exposições. Austin ([1962] 1990, p. 130) ratifica:

Já dissemos repetidas vezes que estamos abertos à discussão quanto a estes atos serem tanto vereditivos, exercitivos, comportamentais, quanto comissivos, também. Podemos discutir também se não são descrições simples e diretas de nossos sentimentos, práticas, etc., especialmente em relação a situações em que se trata de ajustar a palavra à ação, como ao dizer ‘passo agora a ocupar-me de...’, ‘cito...’, ‘recapitulo’, ‘repito que’ e ‘menciono que’.

Na classe dos atos de fala expositivos está a complexidade da comunicação oral ou escrita. São proferimentos muito explorados, ao que parece, na troca linguística. É uma classe cuja característica aberta da classificação permite outros debates.

O curioso é perceber que o caráter aberto dos atos de fala de Austin demonstra o perfil ponderado do ato de filosofar, aquele que investiga a linguagem e toma os cuidados necessários para não fechar um argumento e cair no

abismo teórico ou mesmo no aforismo, legando um texto curto e assistemático. De fato, a Teoria dos Atos de Fala não se encerra na classificação, esta é parte das conferências austinianas que expõe uma teoria geral do atos de fala.

Searle se concentrou nas críticas à classificação e iniciou sua taxinomia, talvez por isso ele tenha feito algumas conclusões apressadas. O crítico acaba desconsiderando, entre outras coisas, um ponto crucial que encaminha os estudos austinianos ao desenvolvimento da classificação, a saber, a necessidade de delimitar a força ilocucionária de um proferimento, a fim de assegurar o entendimento de performativos felizes e sem tropeços. Os performativos malogrados são analisados na *Doutrina das Infelicidades*. Esta foi totalmente ignorada.

Os caminhos trilhados por Searle são, de fato, distintos dos de Austin. Além de a taxinomia ter como base a sintaxe e a semântica, em publicações e palestras proferidas na Universidade de Paris-Sorbone (Paris IV) e na *Unité de Formation et de Recherche*, que resultou no livro: *Liberdade e Neurobiologia: reflexões sobre o livre arbítrio, a linguagem e o poder político*, Searle (2007) apresenta outras discussões.

Nesta avaliação chegamos à conclusão de que as críticas feitas por Searle à classificação não procedem por várias razões, uma delas é a acusação de falta de princípios, que não tem consistência, haja em vista o ato ilocucionário, que é básico do proferimento performativo. Nas classes, o proferimento performativo funciona como meio para evidenciar a força ilocucionária.

O ato com o uso da linguagem ocorre ou *por* dizer ou *ao* dizer algo. Como dito, usamos a linguagem para dar uma ordem, prometer, legar e fazer um pedido. Faz-se necessário usar determinadas palavras para realizar uma ordem:

Por exemplo, podemos contrastar homens de letras com homens de ação; podemos dizer que eles não *fizeram* nada, apenas falaram ou *disseram* coisas. Contudo, podemos também contrastar o fato de estar *apenas* pensando em algo, como o fato de *realmente* dizê-lo (em voz alta), em cujo contexto, então, dizer é fazer algo (AUSTIN [1962] 1990, p. 83) [*grifos do filósofo*].

Nesse trecho, proferimentos performativos são, exatamente, feitos mediante as palavras ditas. É justamente o ato de se comprometer que contribui

para a realização de algo. Na verdade, o ponto chave que Austin busca elucidar, em última instância, é o ato de fala ilocucionário e não a classificação.

A consistência da Teoria dos Atos de Fala está no ato de fala ilocucionário, o dizer como fazer. Inclusive, a Linguística Pragmática adota a classificação de força ilocucionária como método de análise da linguagem. Mas, não se reduz a ela, uma vez que considera atos de fala e não apenas as classes de força ilocucionária, como fez Searle.

O caminho percorrido por Searle é oposto ao de Austin, o primeiro filósofo visa formular uma teoria alternativa à do segundo. No entanto, Austin desenvolve uma proposta de classificar proferimentos performativos e Searle elabora uma taxinomia de modo dogmático.

Como dito, provavelmente, a criação da noção sintático-semântica propiciou um estudo independente, que resultou na Teoria dos Atos de Fala Indiretos. Contudo, esta não desenvolve o pensamento de Austin.

Searle publica, na obra *Expressão e Significado*, os seguintes ensaios: 1. *Uma taxinomia dos atos ilocucionários*. 2. *Os atos de fala indiretos*, 3. *O estatuto lógico do discurso ficcional*, 4. *Metáfora*, 5. *Significado literal*, 6. *Referencial e atributivo* e 7. *Os atos de fala e a linguística recente*. Esses artigos foram compilados e lançados no mesmo livro porque versam sobre a linguagem. Contudo, são escritos independentes. Os títulos denunciam a preocupação de Searle quando o assunto é a linguagem em uso.

Austin, por sua vez, se desvencilha das perspectivas tradicionais de linguagem e desconstrói a percepção reducionista da linguagem como representação da realidade, o que resulta na Teoria dos Atos de Fala. Esta se preocupa com a linguagem enquanto ação, ou seja, ditos que fazem com o que o falante realize ações, que são atos de fala.

No pensamento de Searle os exemplos são mais teóricos. Para explicar algo ele usa ilustrações. Por exemplo, “As asserções estão na primeira categoria, as promessas e os pedidos na segunda. A melhor ilustração que conheço dessa distinção é a de Elizabeth Anscombe”<sup>8</sup> (SEARLE, [1979] 1995, p, 5).

No caso de Austin os exemplos são retirados da realidade e observados os contextos enunciativos. Ele não fica totalmente satisfeito com o teste do

---

<sup>8</sup> Referência ao seguinte texto: G.E.M., Anscombe. *Intentions*. Oxford: Blackwell, 1957.

proferimento reduzido a forma gramatical da primeira pessoa do presente do indicativo, da voz ativa. Embora ele afirme que esse recurso não é totalmente seguro, faz a ponderação e segue analisando a linguagem com a finalidade não apenas de entender a linguagem no âmbito da teoria. Para esclarecer questões de uso da linguagem recorre a contextos diversos, nos quais explora a prática linguística segundo a qual é indissociável o uso da linguagem como ato dentro de um contexto enunciativo. Explicita os elementos basilares do método de análise da linguagem filosófica e de sua aplicabilidade. Isso encaminha a discussão para debates sobre dilemas éticos, não desenvolvidos na obra *Quando dizer é fazer: palavras e ações*.

Na *XII Conferência: Classes de força ilocucionária* o filósofo de Oxford aponta para questões que envolvem o interesse de filósofos que há muito tempo se interessam pelo uso de palavras como “bom”. Possivelmente se tivesse tido tempo, a análise de questões filosóficas seriam desenvolvidas a partir da metodologia proposta. Vejamos:

Como de costume, não me sobrou tempo suficiente para mostrar qual o interesse de tudo isso que acabo de dizer. Darei, porém, um exemplo. De há muito, os filósofos têm demonstrado interesse pela palavra ‘bom’ e, recentemente, se interessam pelo modo como a usamos e pelos fins para que a empregamos. Já se sugeriu, por exemplo, que a usemos para expressar aprovação, para recomendar ou ainda para qualificar. Mas, nunca chegaremos a uma ideia clara sobre a palavra “bom” e sobre para que a usamos até que tenhamos de forma satisfatória, levantado a relação completa dos atos ilocucionários dos quais recomendar, qualificar, etc. seriam espécimes isolados, até que saibamos quantos destes atos existem e de que forma se inter-relacionam. Isso seria um exemplo de aplicação possível de uma teoria geral do tipo que acabamos de considerar. (AUSTIN, [1962] 1990, p. 131-132).

Essa preocupação envolve o uso da linguagem com ética. Abordagem que pode ser considerada pertinente para aplicar a teoria geral. Com efeito, o interesse da última conferência é a aplicabilidade do teste que visa fundamentar a teoria geral da doutrina dos atos ilocucionários.

Confrontando essa postura com a apresentada na taxinomia baseada em fundamentos tradicionais advindos da sintaxe e da semântica vê-se o quanto o pensamento de Austin é diferente do de Searle.

Os atos de fala de prometer, pedir, legar e outros que comprometem o usuário da linguagem verbal são realizações e ações. Na atualidade, todavia, há descaso com o uso da palavra que é ato de fala, aquela que faz com que o sujeito falante penhore e comprometa a pessoa. O dizer como fazer, delimitado na Teoria dos Atos de Fala, defende que “a nossa palavra é o nosso penhor”, que ao dizer algo se pretende cumprir e fazer de maneira subsequente o que se disse.

Na contemporaneidade essa fidedignidade do dito com o feito tem se perdido um pouco. Tanto que as pessoas recorrem frequentemente, ao contrato reconhecido em cartório, respaldando suas promessas em instância legalizada.

Não obstante, por mais que o tempo passe e as coisas mudem ao dizer algo ou por dizer algo àquele que fez o proferimento deve usar a linguagem com seriedade. Para Austin ([1962] 1990, p 27): “A exatidão e a moralidade estão, ambas, do lado da simples afirmativa de que *nossa palavra é nosso penhor*” [grifos do filósofo].

Nessa perspectiva, a presente pesquisa advoga em favor da Teoria dos Atos de Fala. Embora Searle tenha lançado as críticas mencionadas esta não procedem, há consistência no dizer como fazer, assim como na classificação austiniana.

Nas críticas feitas por Searle a Austin há alguns equívocos. Primeiro, pensar que a classificação não tem nenhum princípio ou conjunto de princípios e, segundo, afirmar que nesta não tem critérios consistentes. Tais críticas provocaram interpretações errôneas à classificação e acabaram deixando a entender que a taxinomia é um desenvolvimento da Teoria dos Atos de Fala.

Enfim, como princípio Austin classificou a classes de proferimentos em função da sua força ilocucionária. Para tanto, usou com cautela o teste simples da primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa e agrupou famílias mais gerais de atos de fala.

## 5 Conclusão

O objetivo desta pesquisa foi avaliar a procedência das críticas de Searle às *Classes de Força Ilocucionária* de Austin, uma vez que ao criticar a classificação austiniana o referido filósofo propõe como alternativa para resolução dos problemas o que ele denominou de taxinomia. O desenvolvimento dessa tese se estabeleceu com base na seguinte pergunta: as críticas que Searle fez a Austin, acusando a classificação de forças ilocucionárias de não ter princípios, procedem?

Embora motivados pelos críticas de Rajagopalan e Ottoni a Searle, nossa argumentação seguiu um outro rumo, como fica claro a seguir a partir dos pontos apresentados.

A partir disso, surgiu a necessidade de averiguar até que ponto o ensaio de Searle, *Taxinomia dos Atos Ilocucionários*, é uma continuação da *Teoria dos Atos de Fala* austiniana.

A fim de alcançar esse objetivo, destacamos a afirmação da página 15 do ensaio de Searle, onde ele afirma que o ponto fraco mais importante é o seguinte: “faltam princípios claros e consistentes” nas classes Vereditivos, Exercitivos, Comportamentais e Expositivos. Segundo ele, por falta de princípios é que Austin confundiu atos ilocucionários com verbos ilocucionários. Tal confusão acarreta sobreposições entre categorias, complementa o filósofo.

Ressaltamos que a única classe considerada como bem definida é a dos Compromissivos. Esta, inclusive, é absorvida integralmente na proposta de Searle, quando sugere desenvolver uma classificação, ou melhor, uma taxinomia de atos ilocucionários.

Searle destacou alguns dos verbos classificados por Austin para mostrar que não são sequer performativos, tais como “*begin by* (começar por), *turn to* (voltar-se para) e *neglet* (negligenciar) simplesmente não são nomes de atos ilocucionários, [...] *intend* (ter a intenção de)” (SEARLE, [1979] 1995, p. 17). Esse argumento, continua explicando tem “razões tanto sintáticas como semânticas”.

Desse ponto extraímos que a base da noção desenvolvida por Searle é sintático-semântica de linguagem, como denominamos nesse trabalho. Segundo a qual, os verbos supracitados não se constituem performativos. Isso porque, para

Searle, dizer “Tenho a intenção” não garante que a pessoa que disse isso tenha, de fato, uma intenção propriamente dita.

Dizer “Solidarizo-me com você” não é solidarizar-se, explica Searle, assim como não é pretender o ato de fala “Pretendo cumprir o prazo”, por exemplo. Ao destacar os verbos *sympathize* (solidarizar-se) e *mean to* (pretender) Searle critica o ponto de vista austiniano, dizendo que simplesmente esses verbos são atitudes tomadas, que em muitos casos não requerem o ato de fala, propriamente dito.

Searle pensa ter demonstrado a inconsistência dessas classes austinianas e, de modo mais rígido, propõe seis classes: Assertivos, Diretivos, Compromissivos, Expressivos, Declarações e Declarações assertivas.

No entanto, ao invés de fechar cada categoria em si mesma, Austin propõe classificar a força ilocucionária de verbos performativos. Esta pode ocorrer por meio do nome ou de um verbo, não se encerrando em uma classe. Há no comportamento de um verbo proferido uma força ilocucionária preponderante, a definição da classe vai depender do contexto, das convenções aceitas, das pessoas com seus pensamentos e sentimentos, e das circunstâncias particulares do proferimento.

Fazemos coisas com palavras, realizamos atos por meio de verbos performativos. Ao sentenciar, proclamar e advertir, entre outras coisas, realizamos atos de fala Exercitivos. Na classificação austiniana esta “é uma classe muito ampla, alguns exemplos são: sentencio, proclamo, anuncio, advirto” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 126). Por exemplo, ao proclamar sua decisão D. Pedro de Alcântara (D. Pedro I) disse: “Diga ao povo que fico!”, esse momento histórico aconteceu em 15 de abril de 1822. Um ato de fala realizado pelo então príncipe regente do Brasil ao proclamar a independência do Brasil. Esse proferimento é composto, simultaneamente, pelo locucionário, a frase dita, colado ao ilocucionário, que é o fazer coisas no ato de dizer e perlocucionário, os efeitos deste dito. Com esse ato de fala o sujeito falante contrariou as ordens da Corte Portuguesa e transformou a vida de todos os brasileiros. A frase dita por D. Pedro I é um proferimento performativo e com tal proclamação ele se comprometeu, isto é, faz uma promessa. Em comparação com os atos de fala Comportamentais, o seu dizer consiste em tomar uma atitude e, por conseguinte, exercer sua função. Assim, houve um compromisso.

Austin ([1962] 1990, p. 127) explica: “Há exercitivos, tais como ‘desafio’, ‘protesto’, ‘aprovo’, que são estreitamente ligados aos comportamentais. Desafiar, protestar, aprovar, elogiar e recomendar podem consistir na adoção de uma atitude ou na realização de um ato”. O proferimento performativo explícito de D. Pedro I seria: “Eu prometo que não vou partir” (performativo explícito, reduzido a primeira pessoa do presente do indicativo ativo). Segundo Austin ([1962] 1990, p. 112), “Sem dúvida que, até seus mínimos detalhes, declarar algo é realizar um ato ilocucionário, como, por exemplo, avisar ou proclamar”. Este proferimento performativo histórico foi a frase registrada em um contexto bem definido. Nesta há interpenetração com a força da promessa (Compromissivo). São verbos performativos distintos e não sinônimos que marcam, inquestionavelmente, o ato ilocucionário realizado de D. Pedro I. Essa análise do proferimento performativo é feita à luz da classificação da Teoria dos Atos de Fala.

Na taxinomia Searle esquece alguns pontos relevantes da classificação, a saber, ao se propor avaliar a classificação austiniana, que está na décima segunda e última conferência austiniana, ignora as onze primeiras, uma vez que sobre estas nada é dito em seu artigo. É na *VI Conferência*, intitulada de *Performativos explícitos*, que Austin ([1962] 1990, p. 66) explica, “o tipo de performativo do qual tiramos nossos primeiros exemplos, que tem um verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa, parece merecer nossa preferência, pelos menos nos casos em que fazer o proferimento é realizar o ato”.

Ademais, as críticas feitas às classes de força ilocucionária não observam as palavras austinianas que deixam claro o caráter provisório da classificação, assim como a necessidade de listar verbos performativos explícitos, o que nem sempre é uma tarefa simples como nos casos dos atos de fala realizados por meio de frases nominais, isto é, aquelas que não são constituídas por verbo, pois o mesmo está subentendido, e, por isso, tem força ilocucionária. Entre outras frases nominais citamos como exemplo: “Socorro!” (Eu peço ajuda em um momento difícil), “Fogo!” (Vejam o fogo, cuidado. Um alerta em caso de incêndios) e “Ladrão” (“Esse juiz é ladrão!” Dito no campo de futebol por um torcedor cujo time está perdendo).

Ao desconsiderar a noção performativa, Searle sugere uma mudança de eixo quando defende a fórmula:  $F(p)$  (Força ilocucionária e seu conteúdo proposicional). Somado a isso, direção do ajuste palavra-mundo/mundo-palavra e

a condição de sinceridade. Esta é uma proposta que vai em direção oposta ao caminho percorrido por Austin.

Austin procura esclarecer a maneira como as coisas feitas pelas pessoas, em determinadas circunstâncias, não prescindem do uso adequado de atos de fala. O uso da linguagem é um ponto preocupante, pois desde sempre “os filósofos têm demonstrado interesse pela palavra ‘bom’ e, recentemente, se interessam pelo modo como a usamos e pelos fins para que a empregamos. Já se sugeriu, por exemplo, que a usemos para expressar aprovação, para recomendar ou ainda para qualificar” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 132).

Atos de fala podem causar tropeços (malogro, infelizes), observando isso Austin elabora a doutrina das infelicidades, que também é ignorada por Searle em sua avaliação. Sobre a possibilidade de proferimentos performativos sem sucesso Austin dedica três das doze conferências: II *Condições para performativos felizes*; III *Infelicidades: desacertos*; IV *Infelicidades: maus usos*, o que demonstra que o filósofo dedicou mais tempo a esse ponto quando do desenvolvimento da Teoria dos Atos de Fala que a classificação. Ele apontou para algumas classes ao longo das conferências, como a dos Comportamentais (Behabitives), por exemplo.

Na terminologia específica da Teoria dos Atos de Fala temos, atos de fala felizes e infelizes, a força ilocucionária, o verbo performativo, os atos de fala locucionário, ilocucionário e perlocucionário, os proferimentos constatativos e performativos, os performativos explícitos e primários e as classes de força ilocucionária. Destes conceitos apenas a classificação foi avaliada por Searle.

Ressaltamos que as classes de força ilocucionária não apenas apresentam listas de verbos. Demonstra que *ao* dizer ou *por* dizer algo se realiza um ato efetivo, real interventivo no mundo. Basicamente, o ato locucionário é distinto do ato rético, fático e fonético.

- O ato rético é a realização de algo utilizando determinadas palavras com sentido e referências.
- O ato fático refere-se à palavra na visão gramatical e do vocabulário.
- O ato fonético consiste na emissão de certos sons.

Tal distinção deve ficar clara porque o ato fonético depende do ato fático para ser realizado, haja em vista a necessidade do som para se emitir qualquer

fala. Por exemplo, emitir uma declaração repetindo observações de outrem, sem saber o sentido e referência, é um ato fático e não rético.

De modo distinto, o ato locucionário é a emissão de uma frase, que respeita as regras da gramática, tem sentido e referência, isto é, significa algo. O ato ilocucionário é o proferimento de uma frase performativa cujo resultado é uma ação efetiva no mundo: prometer, doar, legar, entre outros, uma vez que é necessário saber em um diálogo se se perguntou, advertiu, informou ou prometeu. A tensão do fazer coisas com palavras concentra a força ilocucionária, que realiza atos, os quais podem ter efeitos esperados ou inesperados.

Lembrando que o verbo da ação performativa, presente no ato ilocucionário, nem sempre aparece de modo explícito, Austin ([1962] 1990, p. 42) deixa claro o que isso quer dizer, “todos eles [*Proferimentos performativos*] incluem ou têm inícios com palavras altamente significativas e inambíguas como ‘aposto’, ‘prometo’, doo, palavras corretamente usadas para designar o ato que, ao fazer tal proferimento, estou realizando” [*Grifes nossos*].

Com base nisso, afirmamos que as críticas de Searle são improcedentes, conforme todo estudo aqui desenvolvido. De modo que, há atos de fala que são de difícil classificação. Por exemplo, estou ao lado de Victor e de repente grito “Fogo!”. Diante das circunstâncias ele se assusta e imediatamente começa a correr. Corriqueiramente, quando alguém faz um alerta, não usa frases do tipo, “Eu te alarmo que algo está pegando fogo!”. Normalmente não se diz isso, o que causa perplexidade em Victor, ou em qualquer pessoa, é todo o contexto que envolve o dizer.

O contexto é um ponto fundamental para a Teoria dos Atos de Fala, casos estudados por Austin, por exemplo, recortam exemplos de atos de fala no âmbito jurídico, demonstrando que não basta obedecer a certas convenções linguísticas como a sintaxe, semântica e lógica, é preciso observar as implicações pragmáticas do dizer como fazer.

Contrário a essa direção encontra-se Searle na Taxinomia dos Atos Ilocucionário, que põe de forma impositiva classes cujas categorias se baseiam a sintaxe e semântica da linguagem, o que o distancia do pensamento austiniano.

A sintaxe não dá conta de análises de atos de fala pelo simples fato de ser a parte da gramática preocupada com as palavras enquanto elementos que compõem a frase, com as relações de concordância, de subordinação e de ordem, isto é,

estuda a linguagem enquanto sistema, relações formais de interligação dos termos que compõem a frase e sua lógica em relação a outras frases do discurso.

Estudos centrados na análise sintática impossibilitam entender aspectos que estão para além da estrutura da língua. O que interessa aos estudiosos da pragmática é justamente isso. Não apenas linguistas e filósofos se debruçam nos estudos da linguagem em uso, mas também psicólogos, juristas, entre outros.

Searle assume posicionamento contrário ao de Austin na medida em que considera o conceito de ato ilocucionário como objeto de estudo a partir de modelos idealizados, análogo ao estudo da estrutura da frase. Com isso, elabora o que denominamos de noção sintático-semântica de linguagem. A partir disso, desvia o eixo teórico da classificação, o que provoca o desenvolvimento de outra teoria da linguagem, com discussões distintas das desenvolvidas na Teoria dos Atos de Fala, a saber, a Teoria dos Atos de Fala Indiretos.

Com essa conclusão a que chegamos não pretendemos esgotar os estudos sobre a crítica de Searle à classificação da Teoria dos Atos de Fala. Outros estudos a serem empreendidos podem seguir temas não abordados, devido à especificidade desta pesquisa.

A posição de Austin, da Teoria dos Atos de Fala, leva em consideração, além do contexto e do sujeito falante, os sentimentos, pensamentos e intenções deste e a ação subsequente dentro da situação, isto é, todo o conjunto que envolve o uso da linguagem é essencial para se realizar atos de fala. Esta complexidade do dizer como fazer pode despertar investigações sobre as questões que envolvem o uso ético da linguagem a partir do entendimento de que as críticas que recaíram sobre a Teoria dos Atos de Fala são improcedentes.

Apesar de inicialmente entendida como sendo um desenvolvimento da Teoria dos Atos da Fala, a taxinomia de Searle se afasta do objetivo primordial de Austin, principalmente no tocante à crítica referente à falta de critérios. Um dos critérios da classificação austiniana é o fato de ao dizer algo se realiza ações: “Ao dizer que isso levava ao desemprego, eu não estava avisando nem protestando. Estava simplesmente declarando um fato” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 112). Em muitos casos “Declarar” é fazer coisas ao dizer ou especificar a força ilocucionária da declaração. Outro critério é a circunstância do proferimento realizado, pois “o que temos que examinar não é a sentença, mas o ato de emitir um proferimento numa situação linguística, não se torna difícil ver que declarar é

realizar um ato” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 115). O critério do performativo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo ativo serve para explicitar a força ilocucionária do ato de fala.

Nesse sentido, a consistência da classificação austiniana e a adequação do teste do performativo explícito procedem porque propiciam análises de questões filosóficas, muitas destas estão além de aspectos sintático-semânticos da linguagem, contribuindo para análises da linguagem em uso.

## 6 Referências bibliográficas

AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1962. \_\_\_\_\_. Quando dizer é fazer: palavras e ações. Tradução Danilo Marcondes de Sousa Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

COSTA, C. F. Revendo a distinção constativo/performativo. **Revista Princípios**. Natal, v.2, n. 3, p. 33-46, jun/dez, 1995.

COULTHARD, Malcolm. *An introduction to discourse analysis*. Harlow: Essex Longman, 1985.

MARCONDES, D. **Filosofia, Linguagem e Comunicação**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Desfazendo mitos sobre a pragmática. **ALCEU Revista de Comunicação Cultural e Política**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 38-46, 2000.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimentos Recentes na Teoria dos Atos de Fala. **Revista Que nos faz pensar** n. 17, dez, 2003.

\_\_\_\_\_. **A pragmática na filosofia contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005a.

\_\_\_\_\_. Revendo a distinção tradicional: sintaxe, semântica, pragmática. In: MacDOWELL, João A.; YAMAMOTO, Marcelo Y. (Orgs.). **Linguagem e linguagens**. São Paulo: Loyola, 2005b.

OTTONI, Paulo R. **Visão Performativa da Linguagem**. São Paulo: UNICAMP, 1998.

PENCO, C. **Introdução à filosofia da linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2006

PONZIO, Augusto; CALEFATO, Patrizia; PETRILLI, Susan. **Fundamentos de filosofia da linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2007.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O Austin do qual a Lingüística não tomou conhecimento e a Lingüística com a qual Austin sonhou. **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas, n. 30, p. 105-116, jan/jun. 1996.

\_\_\_\_\_. *On Searle [on Austin] on language*. **Language and Communication magazine**. Grã-Bretanha, v. 20, n. 4, p. 347-391, 2000.

SEARLE, John. R. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. \_\_\_\_\_. **Os Atos de Fala: um Ensaio de Filosofia da Linguagem**. Tadução C. Vogt et all. Coimbra: Almedina, 1981.

\_\_\_\_\_. *Expression and meaning*. 1979. Uma taxinomia dos Atos Illocucionários. In: **Expressão e Significado**: estudos da Teoria dos Atos de Fala. Tradução Ana Cecília A. Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SLAIBI FILHO, Nagib. **Sentença cível**: fundamentos e técnica. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal-STF**. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/arquivo/djEletronico/DJE\\_20130419\\_074.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/djEletronico/DJE_20130419_074.pdf)> Acesso em: 04 maio 2013.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 2005.